

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANA PAULA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA COORDENAÇÃO POLÍTICA E DA
COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA
ÁREA NUCLEAR (1980-1997)**

FRANCA

2011

ANA PAULA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA COORDENAÇÃO POLÍTICA E DA
COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA
ÁREA NUCLEAR (1980-1997)**

**Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho”, como pré-requisito
para obtenção do Título de Mestre em
História.**

**Área de Concentração: História e
Cultura Política.**

**Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-
Pierre.**

FRANCA

2011

ANA PAULA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA COORDENAÇÃO POLÍTICA E DA
COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA
ÁREA NUCLEAR (1980-1997)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre, UNESP

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2011.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Héctor Luis Saint-Pierre, pela tolerância e carinho ao longo de anos de trabalho juntos, onde não apenas a realidade acadêmica foi levada em conta, mas aspectos pessoais que tanto nos ajudam ou atrapalham ao longo do trabalho. Pela oportunidade e confiança a mim dedicada no trabalho realizado junto ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES), que me rendem frutos valorosos no meio acadêmico e proporcionam conhecimento e experiência em minhas pesquisas.

Aos meus pais, João Batista da Silva e Maria Lauriana da Silva, pela luta diária e por acreditar em um futuro melhor a partir da educação e da universidade, que sempre apoiaram e orientaram minhas atitudes com sabedoria e amor capazes de me dar calma e paciência para continuar mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao meu irmão, Paulo Sérgio da Silva, pelos apontamentos sempre racionais e oportunos, que nunca me deixaram perder o foco de meus sonhos. Pelo amor sincero e preocupação que se manifestam na medida e momento certos.

Ao meu namorado, Helton Carlos de Souza, amor que me faz perceber como as diferenças podem ser superadas e somadas na busca por um ideal comum. Por apoiar um mundo desconhecido onde cada passo acadêmico faz parte da construção de uma escada longa e tortuosa que leva anos para ser finalizada.

Aos amigos unespianos, Sueli Rodrigues de Souza, Fabrizio Ramos Tovani, Italo Cordeiro Xavier e Sérgio Azevedo, por compartilharem sonhos e acreditarem sempre em meu trabalho, escutando e compreendendo todas as lamúrias ao longo da faculdade e do mestrado. Por serem capazes de, mesmo em realidades hoje tão distintas, serem capazes de manter comigo a mesma intimidade, carinho e respeito da época em que nos víamos todos os dias.

Aos amigos Ezequiel Silva de Souza, Elaine Cristina de Souza, Izabel Maria Salgado Batista e Manuel Alves Batista, pelos momentos de descontração, discussões e ajudas rotineiras que transformam momentos simples em laços de amizade sincera.

Aos colegas do GEDES, em especial Juliana Bigatão, Ana Paula Oliveira, Victor Missiato e Érica Winand, pela ajuda e compreensão em momentos críticos da minha pesquisa nos quais sempre me substituíram e ajudaram, possibilitando que eu tivesse mais tempo de dedicação ao meu trabalho.

A realização deste trabalho se deve a todos vocês que, de uma forma ou de outra, tornam meu mundo mais tranquilo e seguro. Muito obrigada.

SILVA, Ana Paula da. **A construção da coordenação política e da cooperação estratégica entre Brasil e Argentina na área nuclear (1980-1997)**. 2011. 105 f. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

RESUMO

O trabalho analisa o processo histórico do surgimento, desenvolvimento e consolidação da coordenação política e da cooperação estratégica entre Brasil e Argentina na área nuclear. Levando em conta a rivalidade existente entre os dois países, faz-se um exame das políticas interna e externa exercida por ambos, considerando ainda aspectos importantes da política regional e global, e de que maneira foram implantados os mecanismos para a superação da desconfiança mútua e estabelecimento da cooperação, baseada na assinatura de uma série de acordos e declarações conjuntas. O recorte temporal utilizado aborda desde a assinatura do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado em maio de 1980, que evidencia o surgimento de uma nova proposta estratégica e geopolítica nas relações bilaterais, até a assinatura, em novembro de 1997, da Declaração Conjunta por ocasião do 5º Aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), que atesta a consolidação de uma relação baseada na coordenação política e cooperação no campo nuclear entre ambos os países.

Palavras-chave: política externa. cooperação Brasil-Argentina. tecnologia nuclear.

SILVA, Ana Paula da. The construction of policy coordination and strategic cooperation between Brazil and Argentina in the nuclear area (1980-1997). 2011. 105 f. Dissertation of Masters in History – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, 2011.

ABSTRACT

The work analyzes the historical process of emergence, development and consolidation of policy coordination and strategic cooperation between Brazil and Argentina on the nuclear field. Given the rivalry between both countries, it aims to be an examination of domestic and foreign policies pursued by both, considering as well important aspects of regional and global politics and how the mechanisms were implemented to overcome mutual suspicion and establish cooperation based on the signing of a series of agreements and joint declarations. The time frame addresses from the signing of the Cooperation Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of Argentina for the Development and Application of Peaceful Uses of Nuclear Energy, in May 1980, highlighting the emergence of a proposed new strategic and geopolitical in bilateral relations to the signing, in November 1997, of the Joint Declaration on the occasion of the fifth anniversary of the Brazilian-Argentine Agency for Accounting and Control of Nuclear Materials (ABACC), which attests to the consolidation of a relationship based in policy coordination and cooperation in the nuclear field between the two countries.

Keywords: foreign policy. cooperation between Brazil and Argentina. nuclear technology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 OS GOVERNOS MILITARES NO BRASIL E ARGENTINA E A RIVALIDADE ESTRATÉGICA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970	14
1.1 A unidade e coordenação do regime militar brasileiro (1964-1979)	15
1.2 O longo e conturbado processo de apogeu e crise do regime militar argentino (1966-1981)	25
1.3 A relação de rivalidade política entre Brasil e Argentina em busca de projeção regional	37
CAPÍTULO 2 O DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO POLÍTICA E COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA NA ÁREA NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA DÉCADA DE 1980	44
1.1 A redemocratização brasileira e as novas diretrizes políticas frente ao cenário internacional	45
1.2 O aprofundamento da crise sócio-político-econômica e o fim do regime militar argentino	48
1.3 A coordenação política entre Brasil e Argentina na década de 1980 a partir da assinatura de Acordos e Declarações Conjuntas sobre Política Nuclear	54
CAPÍTULO 3 A CONSOLIDAÇÃO DA COORDENAÇÃO POLÍTICA E DA COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA NA ÁREA NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA DÉCADA DE 1990	69
1.1 A subordinação da política externa frente aos desafios da permanente crise econômica brasileira	70
1.2 A crise econômica argentina e as medidas políticas adotadas nos mandatos presidenciais de Carlos Saúl Menem	77
1.3 A consolidação da cooperação nuclear entre Brasil e Argentina a partir da criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX observou-se uma fecunda renovação da Historiografia, com novos temas, variados objetos de pesquisa e olhares diferenciados sobre um mesmo acontecimento, possibilitando que a História Política, vista de forma pejorativa por muito tempo, vivenciasse um movimento de renovação e requisitasse seu lugar no campo historiográfico.¹

Apesar das críticas das gerações dos *Annales*, a partir da década de 1970 a história política desenvolveu-se no campo da história das mentalidades políticas, da sociologia política e teve uma aproximação progressiva dos problemas de análise do político com especialistas de disciplinas diferentes, entre as quais a própria Antropologia. Houve um conjunto de reorientações disciplinares, autônomas a princípio, mas que desenharam pouco a pouco um espaço comum, revelando novos campos de atuação e domínios de estudos para o campo historiográfico do político.²

Neste movimento de renovação, mais do que a simples recuperação, o contato com outras disciplinas, principalmente com as Ciências Sociais, desempenhou um papel central. A partir de então, o tema da participação política passou a ocupar espaço fundamental na história. Proliferaram os estudos sobre processos eleitorais, partidos, grupos de pressão, opinião pública, relações internacionais e mídia. Em síntese, como alega René Rémond, a História Política rejuvenescida encontrou as suas virtudes num novo ambiente científico, onde cada vez mais os pesquisadores buscaram avaliar uma diversidade de setores – o cultural, o

¹ Nas primeiras décadas do século XX, as críticas ao objeto principal (político) e a metodologia (objetivista) da Escola Metódica, presentes na Revista de Síntese, fundada por Henry Beer, foram revalidadas, aprofundadas e estendidas pelos Annales de Lucien Febvre e Marc Bloch. Ao avaliarem a natureza do social, renegaram o político e elegeram a esfera dos comportamentos coletivos, da longa duração, das relações de trabalho, do inconsciente, da produção e das trocas como centros prioritários do agir social. Assim sendo, a partir de 1929, quando se deu a publicação do primeiro número dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, foram identificados dois adversários principais a serem combatidos: a concepção da natureza do conhecimento histórico que privilegiava e pregava a preeminência do político como objeto de estudo e a primazia e predomínio da história política no campo da historiografia. Propuseram a ampliação do domínio historiográfico, defendendo a história total, no intuito de abarcar, nos estudos históricos, o homem global e a totalidade social, redefinindo conceitos fundamentais como documento, fato histórico e tempo. Iniciou-se um movimento de críticas incisivas ao fazer do historiador ligado à história política tradicional, que privilegiava eventos políticos e batalhas. Desta forma, a chamada história política, que no século XIX e início do século XX havia desfrutado de um prestígio inigualável, viu a renovação da historiografia francesa ser feita, de modo geral, em reação e contra ela, sendo identificada como uma história que não se atinha às estruturas, tendo os olhos voltados somente para os acidentes e para as circunstâncias, história factual que ficava na superfície das coisas e esquecia-se de vincular os acontecimentos às suas causas profundas, presa à narrativa e ao relato linear, enquanto a real vocação do historiador seria a de interrogar o sentido dos fatos e formar hipóteses explicativas. Cf. FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 68. RÉMOND, René. Uma História presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 14-17.

² Ibid.

econômico, o social e o político – que se influenciam, embora preservem seus dinamismos e especificidades próprios.

De fato o político distingue-se de outros tipos de realidades, constitui algo específico, é dotado de certa autonomia e é capaz de imprimir a sua marca e influir no curso da história, entretanto, não deixa de inserir-se num contexto amplo, o que demanda que os historiadores desta esfera entendam que as análises reducionistas são ineficazes, pois o fator político vincula-se, por diferentes espécies de laços, a todos os aspectos da vida coletiva, não se constitui num setor separado, é uma modalidade da prática econômica e social.³

Por sua vez, os novos ares que trouxeram o político ao bojo dos estudos históricos anunciaram uma revisão na noção de tempo histórico trazendo discussões acerca da História do Tempo Presente, produção que era ausente e menosprezada pela historiografia, argumentando-se sobre a falta de recuo do recorte temporal da pesquisa. Todavia, há cerca de duas décadas observou-se a aproximação entre os historiadores e o tempo presente, emergindo uma crescente preocupação com o estudo do passado próximo e com o imediato⁴.

Nesse contexto, os historiadores do político constituíram a vanguarda da história do presente, florescendo um novo campo onde a história não é somente o estudo do passado, mas também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente.⁵

Diante da revitalização da História Política e do aprofundamento das indagações sobre a História do Tempo Presente, a História das Relações Internacionais surgiu como uma nova e rica fonte de estudos, um fértil campo de assuntos, temas e objetos de estudos para a nova historiografia política. Apareceu como uma rica esfera de trabalho para o novo historiador do político, consciente da necessidade de buscar, valorizar, esmiuçar e compreender, neste

³ RÉMOND, René. Uma História presente. In: RÉMOND, op. cit., p. 35-36.

⁴ Compete esclarecer que existe um debate intenso acerca dos termos História do Presente, História Próxima e História Imediata. Essas três locuções não fazem referências às mesmas cronologias, embora estes três tempos históricos pertençam ao campo do “muito contemporâneo”, o do século XX, nas suas últimas décadas. A dita História Imediata é a que mais suscita desconfiança, pois é a que parece engendrar o maior paradoxo fazendo ritmar dois tempos contraditórios: imediato e história. O diferencial da história imediata se localiza nos seus procedimentos mais próximos e semelhantes às técnicas jornalísticas do que com as da pesquisa histórica. Vista como objeto, a história do imediato é testemunho. Este é o seu valor intrínseco. Este testemunho poder tomar a forma de uma análise que hierarquizando pela primeira vez as questões e os fatos fornece, conjuntamente com os arquivos e depoimentos, pistas de pesquisa e esboços de interpretação. O debate terminológico é menor em relação aos termos História Próxima e História do Presente, sendo que alguns defendem que a primeira engloba os últimos trinta anos e, a segunda, os últimos sessenta. De qualquer maneira as duas funcionam de um mesmo modo, definem-se por características comuns, tais como, a natureza dos arquivos e sua forma de acessibilidade, a natureza dos métodos, o círculo de historiadores, a continuidade cronológica num século. As duas possuem, além disso, o recuo necessário para desapaixonar a abordagem científica. A locução História do Presente é, entretanto, mais corrente e reconhecida, sendo utilizada por convenção, conforme o sugere o próprio nome do *Institut d'Histoire du Temps*. Cf. CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Phillippe. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 20-28.

⁵ Ibid., p. 14-15.

domínio de estudos, a historicidade dos processos históricos que dão sustentação aos arranjos internacionais, em qualquer tempo (inclusive o presente) e espaço.

As relações de poder entre os Estados resultam numa hierarquia que, além de determinar as condutas e os interesses das unidades políticas, cria diferenciações entre as unidades estatais quanto às suas margens de manobras no cenário internacional, seus pesos e capacidades de negociação e, finalmente, na efetiva possibilidade de imporem, se necessário sob o recurso da força, suas vontades às demais nações a favor da promoção e garantia dos seus interesses.⁶

Assim sendo, o analista de política internacional ou o historiador, devem começar a sua investigação por indagar quais os atores preponderantes e as alianças presentes em dado momento, quais os parâmetros colocados à realidade internacional, quais as diretrizes estratégicas, quais as características políticas e econômicas, quais os caminhos e alternativas contemporâneas, enfim, tem de discutir as condições gerais que sustentam o sistema, em suma, necessita considerar a historicidade do período que pretende analisar.

Desta forma, este trabalho procura construir uma narrativa em sintonia com a recente retomada da História Política, assumindo os postulados da História do Tempo Presente e considerando a riqueza da problemática histórica aplicada às Relações Internacionais, particularmente através da leitura de diversos documentos jurídicos internacionais, considerando-se a historicidade inerente aos processos políticos nacionais, regionais e globais.

O objetivo central do trabalho é analisar o processo histórico do surgimento, desenvolvimento e consolidação da coordenação política e da cooperação estratégica entre Brasil e Argentina no tocante a área nuclear entre os anos de 1980 – momento em que se procedeu a assinatura do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos usos Pacíficos da Energia Nuclear, sendo este o primeiro passo de cooperação na área nuclear após um longo processo de desconfiança mútua – a 1997 – ocasião da assinatura da Declaração Conjunta por ocasião do 5º Aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Matérias Nucleares (ABACC), que atesta a consolidação de uma nova postura política baseada na coordenação política e cooperação entre ambos os países.

Como objetivos específicos, o trabalho avalia as novas condições políticas e econômicas nacionais, regionais e globais, e de que maneira elas se somaram fazendo com que Brasil e Argentina substituíssem a lógica da desconfiança mútua pela coordenação

⁶ CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Brasil: Introdução ao Estudo de Uma Potência Média. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro: IBRI, ano XXVII, n. 105-108, 1984. p. 140.

política e cooperação estratégica; quais as transformações que levaram os dois países a alterarem sua política externa, notadamente de um em relação ao outro, no tocante à coordenação política e cooperação estratégica no campo nuclear; os mecanismos jurídicos utilizados para concretizar a nova fase de coordenação política e cooperação na área nuclear, pautados na assinatura de diversos acordos e declarações conjuntas; o teor dos documentos assinados entre os dois países ao longo do período estudado e quais as obrigações, direitos e deveres estabelecidos em cada um deles.

Para tanto, a argumentação foi dividida em três capítulos. O primeiro deles faz um histórico dos regimes militares presentes na condução política do Brasil e Argentina nas décadas de 1960 e 1970 e de que maneira as questões internas influenciaram no desenvolvimento da política externa dos dois países. No caso brasileiro é possível observar uma maior homogeneidade do regime e desdobramentos menos turbulentos que na Argentina, que sofreu uma crise social muito mais aguçada, com forte intervenção e repressão militar, ficando a política externa apagada frente aos desafios internos a serem enfrentados. Na relação bilateral entre os dois países é possível notar três fatores especiais que causaram distanciamento: a tentativa de projeção regional individual de cada país, buscando para isso apoio junto aos Estados Unidos; a desconfiança mútua em relação ao desenvolvimento da tecnologia nuclear e a disputa na construção das usinas hidrelétricas de Corpus e Itaipu, solucionada a partir do Acordo Tripartite de 1979, momento este que caracteriza a passagem de uma política de rivalidade entre Brasil e Argentina para o surgimento de uma nova política de cooperação.

No segundo capítulo o objetivo é demonstrar as mudanças internas ocorridas nos dois países na década de 1980 e a política de cooperação que foi, paulatinamente, adotada. No caso do Brasil o retorno ao regime democrático efetuiu-se de forma lenta e controlada, sendo que a condução da política externa privilegiou as relações de cooperação com os países do Terceiro Mundo como uma alternativa de inserção à nova realidade internacional que se definia com a distensão entre Estados Unidos e União Soviética. No caso da Argentina, sua participação na Guerra das Malvinas e as consequências negativas da crise econômica crônica fizeram com que os militares saíssem do poder com uma forte rejeição popular. Nas relações bilaterais, o caminho da cooperação nuclear foi adotado a partir de 1981, ocasião da assinatura do Acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina e, posteriormente, de diversas Declarações Conjuntas sobre Política Nuclear, demonstrando o processo de desenvolvimento da cooperação política e coordenação estratégica entre ambos os países na área nuclear.

O terceiro capítulo pauta-se na análise da consolidação da coordenação política e da cooperação na área nuclear ocorrida na década de 1990. Inicialmente faz-se um apanhado acerca da situação interna e externa dos dois países perante os desafios econômicos das novas condições da política internacional, diante do fim da Guerra Fria, e o esforço e maneira encontrados para permanecer no caminho da cooperação adotada desde a década anterior. Para isso, o trabalho analisa a criação, em 1991, da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) que foi responsável por implantar o Sistema de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC), que seria aplicado a todas as atividades nucleares de ambos os países, de forma a demonstrar a efetiva consolidação da coordenação política e cooperação estratégica.

Finalmente, é importante destacar que em todo o trabalho são utilizadas referências bibliográficas interdisciplinares e fontes documentais. As primeiras servem de base para traçar o cenário político brasileiro e argentino, na sua dimensão interna e externa, assim como para identificar os cenários internacionais e regionais que influenciaram a política dos dois países, fornecendo um arcabouço informativo e interpretativo do período. Quanto às fontes documentais, elas se compõem em acordos bilaterais, declarações conjuntas, convênios, protocolos e ajustes firmados entre Brasil e Argentina, relativos ao tema estudado, as quais são utilizadas para abordar e analisar os aspectos jurídicos e políticos dos entendimentos entre ambos os países.

CAPÍTULO 1

OS GOVERNOS MILITARES NO BRASIL E ARGENTINA E A RIVALIDADE ESTRATÉGICA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

1.1 A UNIDADE E COORDENAÇÃO DO REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964 - 1979)

Os governos de Castello Branco e Costa e Silva: do alinhamento à confrontação política com os Estados Unidos

Em 09 de abril de 1964 os três Ministros Militares, desconsiderando qualquer discussão democrática, outorgaram um Ato Institucional conferindo ao Executivo Federal poderes extraordinários para resolver o impasse político que estabelecera no Brasil após a saída do poder do então presidente da República, João Goulart. Entre as medidas adotadas houve alterações na forma de aprovação de emendas constitucionais; a atribuição ao presidente de poderes para decretar ou prorrogar o Estado de Sítio sem a aprovação do Congresso Nacional; amplos poderes para cassar os mandatos de membros de legislaturas federais, estaduais e municipais; o cancelamento da inelegibilidade dos militares da ativa e a convocação da eleição de um novo presidente e vice em 48 horas.

Assim sendo, no dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional elegeu Castello Branco, líder dos militares ideologicamente vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), com forte inclinação pró-americana, favoráveis à participação de civis no governo e defensores de que a saída para o desenvolvimento econômico estava no fortalecimento do setor privado, via entrada de capital estrangeiro, e no equilíbrio do orçamento público. Uma das primeiras medidas adotadas pelo novo presidente, frente à crise econômica nacional agravada no início da década de 1960, foi implantar uma estrita estabilização financeira para controlar a inflação e retomar o desenvolvimento. No campo político preservou-se uma aparente legitimidade democrática, estabelecendo a exigência de um mandato presidencial fixo, sem possibilidade de reeleição, o que fez com que, embora autoritário, o regime não fosse personalista. Entretanto, promoveram um expurgo político dos adversários civis e dos opositores dentro da corporação, uma vez que tentavam, cada vez mais, controlar todas as formas de crítica civil que consideravam ameaça à moral e à unidade das Forças Armadas.¹

Em relação à política externa, na perspectiva de obter dos Estados Unidos ajuda militar, econômica e tecnológica, o novo presidente dispôs-se a cumprir as medidas econômicas exigidas por Washington e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para

¹ FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e Morte do Partido**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 374.

combater a alta inflação permanente na economia, facilitando a entrada de capital estrangeiro no Brasil.²

Castello Branco abandonou os princípios da Política Externa Independente, o multilateralismo e a abertura para os países denominados Terceiro Mundo, afirmando ostensivamente que o governo não admitiria a ação comunista no território nacional ou no continente americano, chegando inclusive a romper relações diplomáticas com Cuba em maio de 1964. Desta forma, o neutralismo político foi revisto e considerado impertinente e o país foi novamente inserido na perspectiva do conflito Leste/Oeste, abandonando o antagonismo Norte/Sul.³

O governo brasileiro esperava, através dessa ligação estreita aos princípios políticos dos Estados Unidos, uma significativa melhora nas relações comerciais entre os dois países, preços mais justos e, principalmente, a abertura do mercado estadunidense aos bens manufaturados brasileiros. Essas expectativas não foram correspondidas e o governo passou a receber severas críticas.

Alguns setores da imprensa apontaram a fragilidade da postura internacional do Brasil e os militares da “linha dura” – defensores da garantia e ampliação do controle político pelos militares e de uma política nacionalista de valorização das indústrias brasileiras e a minimização social dos resultados do controle inflacionário⁴ – atacaram a excessiva submissão nacional aos interesses estadunidenses, da mesma forma que os empresários e a classe média enfatizavam os efeitos negativos da desnacionalização e recessão sobre a economia brasileira.⁵

Desde os primeiros meses de governo entendia-se que o programa de estabilização econômica exigia um tempo maior para render dividendos políticos e, portanto, não lograria seus objetivos se as eleições presidenciais se dessem, como estavam programadas, em outubro de 1965. A solução encontrada foi a aprovação de uma Emenda Constitucional, em julho de 1964, que prolongou o mandato de Castello Branco até 15 de março de 1967, designando eleições para novembro de 1966. Ante a proximidade das eleições estaduais, em meados de 1965, a crise política agravou-se. Os militares observaram atentamente os estados da Guanabara e de Minas Gerais, governados por líderes da União Democrática Nacional

² LOHBAUER, Cristian. **Brasil-Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Edusp, 2000. p. 32.

³ STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 168.

⁴ DROSDOFF, Daniel. **Linha dura no Brasil: o governo Médici (1968-1974)**. São Paulo: Global, 1986. p. 23.

⁵ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992. p. 237.

(UDN), respectivamente, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Estes, embora destacados membros do processo de golpe sobre Goulart, converteram-se em críticos áspers do programa de estabilização econômica do Governo Federal.⁶

Aparentemente, haviam duas saídas, os militares da “linha dura” destituiriam o presidente moderado e imporiam um regime mais autoritário a fim de barrar o acesso da oposição ao poder político ou Castello Branco reuniria um consistente apoio entre os moderados e derrotaria o golpe dos militares ligados a Costa e Silva. Entretanto, o próprio Castello Branco liderou o golpe. Editou o Ato Institucional n. 2 (AI-2), por meio do qual fechou o Congresso Nacional, aboliu os partidos políticos, impôs restrições às atividades políticas e à liberdade de expressão, determinou que a eleição presidencial de 1966 e as próximas eleições para governadores fossem indiretas, realizadas pelo Congresso para o cargo de presidente da República e pelas legislaturas estaduais para governadores e, finalmente, restituiu o direito do presidente de cassar direitos políticos de brasileiros considerados ameaças à segurança do governo.

Portanto, já no início de 1966, estava evidente que o governo caminhava para o fechamento do sistema político. A justificativa imediata era a necessidade de persistir no programa de desenvolvimento econômico e no combate à inflação. A “linha dura”, insatisfeita com as crescentes manifestações da oposição e dos empresários (estes descontentes com os efeitos recessivos da política de estabilização, a desnacionalização e as baixas taxas de crescimento), pressionou o presidente a aceitar como seu sucessor o Ministro do Exército, Marechal Costa e Silva. Para acolher tal indicação, a única exigência feita por Castello Branco foi a de que o indicado persistisse no programa de estabilização econômica. Após o compromisso, Costa e Silva recebeu apoio incondicional de Castello na campanha presidencial sendo eleito presidente da República pelo Congresso Nacional em 03 de outubro de 1966.⁷

Assumindo a presidência em março de 1967, o novo governo militar seguiu os parâmetros da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no controle dos movimentos populares e tendências esquerdistas, sempre em busca do saneamento político e restauração da ordem. Entretanto, os setores da oposição cresceram e uniram-se, resultando num movimento de massas que integrou o movimento estudantil, os trabalhadores e a Frente Ampla, com força e coordenação suficientes para afetar em profundidade as estruturas políticas do país. Frente a esta situação, o governo militar optou por realizar uma ampla repressão, na qual editou o Ato

⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio a Castelo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 374.

⁷ Ibid., p. 386-387.

Institucional n. 05 (AI-5). A partir desse momento, o Congresso Nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras dos vereadores foram fechadas; decretou-se a intervenção nos territórios, estados e municípios; foram cassados os mandatos eletivos e suspensos os direitos políticos por dez anos de todos aqueles que se opunham ao regime; instaurou-se a censura à imprensa; suspendeu-se o direito ao *Hábeas Corpus* e foi atribuído ao presidente da República o poder de demitir os funcionários do governo segundo seus critérios. Em síntese, a “linha dura” atacou diretamente as liberdades individuais e qualquer possibilidade de liberalização do regime, avançando com sua força repressiva na execução de prisões e torturas.⁸

No que se refere à política externa, substituiu-se a perspectiva internacionalista por um crescente nacionalismo com vista a um crescimento acelerado da economia e a estreita cooperação com os Estados Unidos transformou-se em confrontação. Os militares começaram a entender que esta aliança militar não se prestava à superação da desigualdade econômica existente entre países ricos e pobres e o governo brasileiro postulou que a interdependência militar, política e econômica deveria se guiar pelos interesses nacionais e não por motivações ideológicas. Essa mudança de orientação expressou-se numa crescente e pragmática solidariedade com os países latino-americanos e do Terceiro Mundo, bem como em um maior interesse econômico nos países socialistas. A política externa adquiriu nítido caráter econômico e foi colada a serviço da prosperidade em defesa dos interesses nacionais e na busca pelo desenvolvimento, com a finalidade de atingir resultados em três direções: na reformulação das bases do comércio internacional e ampliação das pautas e mercados para a exportação brasileira; na aquisição, via cooperação internacional, da ciência e da tecnologia necessárias à independência econômica e no aumento dos fluxos financeiros, quer como empréstimos ou sob a forma de investimentos públicos ou privados, em condições de pagamento e tratamento semelhante ao capital nacional.⁹

Graças ao AI-5, a condução da política externa brasileira foi centralizada nas mãos dos militares, sendo que o Ministério das Relações Exteriores somente aconselhava o presidente nos assuntos de política comercial e na diplomacia multilateral. Por fim, o Ministério das Finanças e da Economia, sob o comando de Delfim Neto, expandiu sua influência no governo em razão da prioridade atribuída ao crescimento econômico e da maior interdependência

⁸ CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000. p. 187-180.

⁹ CERVO; BUENO, op. cit., p. 345.

econômica do país diante da sua nova inserção internacional, dando origem à chamada diplomacia da prosperidade, que surgiu a partir da prioridade para o desenvolvimento.¹⁰

Essa nova postura logo gerou tensões entre o Brasil e os Estados Unidos, nas áreas econômica, política e militar, sendo que nesta última o maior foco de tensão foi a recusa de Washington quanto à intenção brasileira em adquirir armas e aviões supersônicos, no final do governo Costa e Silva, fato que aumentou a desconfiança de vários grupos das Forças Armadas nacionais sobre a real validade da aliança militar com os estadunidenses. A saída encontrada pelos militares foi adquirir armamentos da Europa, destacando-se a compra de aviões franceses Mirage, além do reforço das propostas de fomento a uma indústria de armamentos nacional. Outro ponto de discórdia foi a recusa de Costa e Silva em aderir ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). O Brasil declarou-se a favor do desarmamento mundial, mas defendeu o direito de desenvolver sua própria tecnologia nuclear. Tais fatos ampliaram a percepção de que o país permaneceria ao lado dos Estados Unidos, mas que em dadas situações, segundo a lógica de seus interesses, não se intimidava em seguir uma política de confrontação.¹¹

Em 31 de agosto de 1969, Costa e Silva ficou incapacitado de continuar governando em decorrência de problemas de saúde, fato que levou os Ministros Militares a assumirem o poder. Após a morte do presidente, o Alto Comando Militar foi convocado e, em outubro, o Colégio Eleitoral Militar anunciou que o General Emílio Garrastazu Médici, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) fora escolhido para ocupar o cargo de presidente da República, a partir do dia 30 daquele mês e ano.¹²

Os governos de Médici e Geisel e o nacionalismo como política de Estado

A partir do governo de Garrastazu Médici surgiu o denominado projeto Brasil Potência, cujo objetivo era tornar o país uma potência mundial ao final do século XX. Através do Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo divulgou-se que a ação presidencial visava transformar o país numa sociedade desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se, assim, sua viabilidade econômica, social e política como grande potência. O programa era dividido em três partes: Objetivos, Estratégia e Ação Para o Desenvolvimento; Ação Setorial: grandes prioridades; Ação Setorial: outras áreas. No tópico “grandes

¹⁰ LOHBAUER, op. cit., p. 39.

¹¹ Ibid., p. 42.

¹² DROSDOFF, op. cit., p. 27.

prioridades” foram incluídas a proposta de implantação de mudanças na educação, a aceleração do programa de saúde e saneamento, além de diretrizes para inovações na agricultura e aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico.¹³

No campo social e político, Médici, que antes de ser indicado à presidência havia prometido restaurar as instituições democráticas, ao tomar posse fez justamente o contrário, reforçou os mecanismos da DSN e estabeleceu a censura prévia a livros e periódicos. A violência tornou-se a marca registrada do seu governo, aplicada especialmente na repressão aos movimentos de oposição, legais e clandestinos. Com os poderes discricionários do AI-5 o autoritarismo radicalizou-se e o Brasil passou a integrar as listas dos países que não respeitavam os direitos humanos.¹⁴

Entretanto, graças à Agência Especial de Relações Públicas, o apoio popular ao regime militar aumentou significativamente devido a criação e divulgação ostensiva da propaganda oficial dos grandes projetos do governo, tais como a Transamazônica, a participação no Tricampeonato Mundial de Futebol, a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a ampliação de programas de seguro social.¹⁵

O período foi caracterizado como o governo do milagre econômico, obtido graças à adoção de uma política de desenvolvimento acelerado (expansão e modernização do mercado interno e do sistema de crédito, bem como o estabelecimento de uma nova política de exportação), favorecido pela maciça entrada de capital estrangeiro, pelo fortalecimento do setor estatal nas áreas relegadas pelo capital privado e pelo apoio à indústria nacional. A economia do país cresceu rapidamente, enquanto a inflação encontrava-se em baixa, entusiasmando as autoridades militares.¹⁶

Aparentemente, no final da gestão de Médici, o governo militar estava mais forte do que em qualquer outro período. A ameaça armada da esquerda fora liquidada, os guerrilheiros estavam presos, exilados ou mortos e a economia expandia-se. Nesse ambiente de crescimento elevado e inflação moderada, o índice de crescimento em 1973 foi de 14%, o mais alto desde 1928.¹⁷

No que se refere à política externa, Médici definiu desenvolvimento como crescimento e, enquanto Costa e Silva acreditou poder alcançar esse objetivo através da solidariedade com

¹³ SOUTO, Cíntia Vieira. **A Diplomacia do Interesse Nacional: a política externa do Governo Médici**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 26.

¹⁴ SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994. p. 63.

¹⁵ DROSDOFF, op. cit., p. 31.

¹⁶ SOUTO, op. cit., p. 21.

¹⁷ SKIDMORE, Thomas E. A Lenta Via Brasileira Para a Democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 29.

os países em desenvolvimento, Médici entendeu que o Brasil deveria seguir o seu próprio caminho, pois tal solidariedade não teria importância se não trouxesse vantagens objetivas imediatas. Com isso, as formulações ideológicas, oriundas dos estudos promovidos pela ESG, relativas ao peso, sentido, alcance e virtualidades do desenvolvimento econômico, cultural, científico e tecnológico brasileiro, foram tomadas como metas de seu governo.¹⁸

A rivalidade com os Estados Unidos tornou-se mais latente, pois este evidenciou que não abriria mão de sua hegemonia sobre a região e que tampouco permitiria a prática de uma sub-hegemonia regional. Assim, os militares pleitearam uma autonomia estratégica no contexto da esfera de ação estadunidense sobre a região e passaram a associar autonomia a crescimento e independência econômica, cultural e científico-tecnológica. Nesse contexto, o desenvolvimento nacional foi visto como o único caminho para diminuir o peso da influência dos Estados Unidos na região e permitir o aumento do espaço estratégico brasileiro.¹⁹

Entretanto, não se pode classificar o Brasil sob a ótica dual de amigo ou inimigo em relação aos americanos nesse período, pois sua relação, tanto com os países desenvolvidos ou países do Terceiro Mundo, foi assinalada pela tentativa de dupla inserção no plano internacional. Ora o país alinhava-se com os posicionamentos das nações ricas e industrializadas, tencionando ser aceito no clube dos Estados de primeiro mundo, ora comportava-se como país em desenvolvimento, usufruindo os benefícios e vantagens que lhe possibilitasse maior desenvolvimento econômico. Portanto, no plano externo, o Brasil assumiu o caráter de uma ambiguidade vantajosa, sob um enfoque realista e prático em nome do interesse nacional, sendo que a idéia era tirar vantagem onde fosse possível e evitando os atritos sempre que possível.²⁰

Em 1974, ao final do governo de Médici, embora ele gozasse de um poder sem precedentes, deram-se as articulações para o seu sucessor em busca de um nome consensual, sendo que entre os possíveis candidatos ganhou força a indicação do general Ernesto Geisel, naquele momento presidente da Petrobrás. Tornada majoritária a escolha, Médici o apoiou e seu nome foi ratificado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Embora o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que agregou políticos liberais, sindicalistas, estudantes, socialistas, trabalhistas, comunistas e até setores conservadores que nutriam diferenças com os militares, tenha lançado a candidatura de Ulisses Guimarães e exercido uma política de

¹⁸ LOHBAUER, op. cit., p. 49.

¹⁹ SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Racionalidade e Estratégia. In: **Premissas**. Campinas: NEE/UNICAMP. Vol. 03, Abr. 1993. p. 36-37.

²⁰ SOUTO, op. cit., p. 71.

oposição ao regime militar durante sua campanha, em janeiro de 1974 o Colégio eleitoral elegeu Geisel majoritariamente.²¹

Ao assumir o cargo de presidente da República, Geisel deparou-se na área econômica com as consequências da crise do petróleo de 1973 e com uma dependência externa de 80% de seu consumo. O Brasil tinha poucas opções para equilibrar a sua balança de pagamentos, ou diminuía drasticamente as importações de não derivados de petróleo, usando as reservas de divisas ou tomava emprestado mais capital externo. Cortar importações implicaria em comprometer o ritmo de crescimento nacional e a recessão internacional impedia o aumento de lucros com as exportações, ou seja, diminuía a disponibilidade de divisas. Restava, portanto, como única saída, utilizar as reservas existentes e fazer empréstimos, o que fez com que o país duplicasse a sua dívida externa que, somente em 1974, passou de 6,2 para 11,9 bilhões de dólares.

Sustentado por empréstimos estrangeiros, o governo de Geisel manteve os grandiosos projetos de investimentos estatais que herdara de Médici, por exemplo, a construção da Usina de Itaipu, somando-os a novas iniciativas e investimentos para aumentar a produção interna de bens de capital e de matérias-primas. Em resumo, Geisel aceitou o desafio de perseguir o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, em escala até mesmo maior do que os seus predecessores tinham tentado, e num clima internacional muito menos favorável.²²

O novo presidente propôs-se ainda a aperfeiçoar a democracia no país e ampliar os canais de comunicação e de diálogo entre governo e sociedade e, para tanto, reuniu em torno de si uma cúpula política destinada ao controle estrito do sistema político para promover uma distensão controlada que resultasse, ao final de um longo processo, na restauração da atividade política partidária e retomasse certos direitos civis mínimos como a liberdade de expressão.

Pretendia-se seguir um modelo gradual em que as transformações institucionais seriam implantadas uma de cada vez, ao mesmo tempo em que o restante do sistema político seria mantido sob rígido controle, evitando ou minimizando os riscos da necessidade de recuos autoritários e da desorganização do sistema. Restringiram-se ainda a independência da “comunidade de informações” e dos “órgãos de segurança” que haviam gozado de ampla

²¹ DROSDOFF, op. cit., p. 32.

²² SKIDMORE, op. cit., In: STEPAN, op. cit., p. 31.

autonomia operacional nos governos anteriores, o que significou a redução do poder da “linha dura”.²³

Ernesto Geisel fez da política externa um componente complementar ao nacionalismo de fins. Estendeu o espaço de manobra do país no plano internacional para fomentar o desenvolvimento econômico e o fortalecimento nacional, sendo a principal novidade a sua tentativa de ampliar a capacidade autônoma de defesa do país. Para tanto, fortaleceu os vínculos de cooperação, expandiu o comércio externo, o suprimento de matérias-primas e insumos e perseguiu o acesso à tecnologia avançada, como a finalidade de dar suporte ao grandioso plano interno de auto-suficiência econômica, militar e de segurança.²⁴

No momento em que os antagonismos entre Norte/Sul ficaram claros, ante a distensão entre Estados Unidos e União Soviética, redefiniu-se a percepção da identidade brasileira relativa à inserção internacional do país, que passou a ser entendido como nação do Terceiro Mundo, o que fez com que fossem valorizadas as alianças do Brasil com os países em condições de alterar as regras do sistema internacional. Reviu-se a postura brasileira no tocante à América Latina, sendo valorizadas as propostas de cooperação e integração regional e colaboração científica e tecnológica, particularmente na questão nuclear. Se no governo de Médici o Brasil pretendia ser a última das nações ricas, e por isso ignorava o Terceiro Mundo, com Geisel, ao contrário, pretendia ser a primeira das nações pobres e, portanto, pertencente e líder do Terceiro Mundo. Entre as possibilidades abertas pelo “pragmatismo responsável”, Geisel optou por uma política externa desprovida de valores ideológicos, restabelecendo relações diplomáticas com países socialistas e procurando parcerias com países europeus, sempre com o intuito de ampliar a cooperação político econômica.²⁵

Nesse momento, as relações com os Estados Unidos ficaram instáveis na área econômica e, especialmente, nas questões de defesa e segurança, pois enquanto o Brasil buscava pela transferência de tecnologias, especialmente na área nuclear, os Estados Unidos mostravam-se cada vez mais decididos a não atender tais demandas, exemplo claro através das constantes tentativas feitas pelos estadunidenses para inviabilizar o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, assinado em 1975.²⁶

A divergência agravou-se em 1977 quando o Departamento de Estado dos Estados Unidos publicou um relatório sobre direitos humanos em países que recebiam assistência

²³ MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil**. O Projeto Militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995. p. 85.

²⁴ CERVO; BUENO, Clodoaldo. op. cit., p. 347.

²⁵ LOHBAUER, op. cit., p. 86.

²⁶ LOHBAUER, op. cit., p. 60-61.

militar americana e fez severas críticas à situação brasileira, fato que Geisel considerou uma interferência intolerável nos assuntos internos do país e rompeu todos os acordos de ajuda e cooperação militar firmados entre os dois países.²⁷

A partir de 1978 o presidente brasileiro anunciou a retomada do processo de abertura política do regime militar à sociedade civil de forma “lenta, gradual e segura”. Nesse momento iniciaram-se os preparativos para a sucessão presidencial e Geisel lançou como seu candidato o general João Baptista Figueiredo, chefe do SNI. Em abril a Convenção Nacional da ARENA apoiou as indicações. Em dezembro de 1978 o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional n.º 11 e encerrou o AI-5. Ao mesmo tempo, novos poderes de salvaguardas foram dados ao Executivo, inclusive a autoridade de declarar medidas de emergência, tais como o estado de sítio, renováveis pelo prazo de 120 dias, sem a aprovação do Congresso. Finalmente, em março de 1979, Figueiredo foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral.²⁸

²⁷ SKIDMORE, op. cit., In: STEPAN, op. cit., p. 44.

²⁸ Ibid., p. 47-48.

1.2 O LONGO E CONTURBADO PROCESSO DE APOGEU E CRISE DO REGIME MILITAR ARGENTINO (1966-1981)

A Revolução Argentina de 1966 e o governo de Onganía

A partir da segunda metade da década de 1960 os militares argentinos aliaram-se aos líderes sindicais da direita peronista com a finalidade de derrubarem o presidente Arturo Umberto Illia, que foi deposto em 1966 tendo início a denominada Revolução Argentina, sob o comando do general Juan Carlos Onganía.²⁹

Nesse momento, os setores empresariais, os partidos políticos (com exceção dos radicais, socialistas e comunistas) e até mesmo grupos da esquerda felicitaram o fim da “democracia burguesa”. Os políticos peronistas e os sindicalistas ficaram esperançosos e apoiaram a ascensão do novo presidente, especulando-se acerca da manutenção dos tradicionais espaços políticos para a negociação e pressão, uma vez que em alguns pontos seus pensamentos coincidiam com os militares, particularmente na questão da ênfase na ordem, na unidade e no anticomunismo. Onganía foi aplaudido por sindicalistas, líderes dos principais partidos políticos e empresários, além de receber o apoio da imprensa em geral. A tarefa que se impôs ao novo governo foi reorganizar o Estado, fazê-lo forte, com autoridade e recursos a partir de um novo centro político. Essa tarefa era vista sob a ótica da reestruturação econômica e social, para romper o bloqueio do crescimento e seus modos de organização e representação, a fim de liquidar as formas políticas do liberalismo, tidas como nefastas, criando-se outras orgânicas e hierárquicas.³⁰

A primeira fase do governo de Onganía foi marcada por um “choque autoritário”, traduzido no fechamento do regime político através da suspensão da Constituição e adoção do Estatuto da Revolução Argentina, as legislaturas provinciais foram dissolvidas e os partidos políticos extintos e seus bens confiscados. Além do mais, os militares foram afastados das decisões políticas diretas, ainda que em questões de segurança nacional tenha sido institucionalizada a representação das armas, por meio de seus comandantes. Reduziram-se os ministérios a apenas cinco, foram afastados de suas funções os membros da Corte Suprema de Justiça e o Procurador Geral da Nação e criou-se uma forma de Estado Maior da Presidência, integrado pelos Conselhos de Segurança, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia,

²⁹ BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve História da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996. p. 66.

³⁰ ROMERO, Luis Alberto. **Breve Historia Contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001. p. 169-170.

orientado pelas novas concepções de que o planejamento econômico e a investigação científica eram partes da segurança nacional.³¹

Unificado o campo das decisões, promoveu-se um ajuste social, marcado pela repressão ao comunismo, que afetou todas as expressões de pensamento crítico, de dissidência ou diferença, sendo que as universidades foram as que mais sofreram, sendo tidas como um lugar típico da infiltração do comunismo, núcleo de propagação de todos os tipos de doutrina dissolventes e tradicional foco de desordem. Progressivamente, a censura estendeu-se e a Revolução Argentina revelou os seus princípios de ordem, hierarquia e moralidade, ao passo que Onganía mostrou-se um presidente autoritário, anticomunista obsessivo e um católico ultramontano.³²

No campo econômico, estabeleceu uma política econômica liberal favorável ao capital externo, de combate à inflação e de realização de grandes obras públicas. Tal projeto teve relativo sucesso nos primeiros anos, mas à custa do arrocho salarial, aumento de impostos, crescimento de falências, desemprego e redução das exportações. Já no âmbito internacional, a Revolução Argentina colocou-se a favor do realinhamento com os Estados Unidos, o que resultou na adesão imediata às instituições de Bretton Woods, FMI e Banco Mundial, além da afirmação constante do alinhamento argentino com o mundo ocidental e cristão, via política de segurança nacional com nítidas fronteiras ideológicas.³³

O novo governo adotou estritamente a DSN, legitimando a permanência do domínio militar num estado de exceção que resultou na criação de uma ampla legislação discricionária, com mecanismos de coerção e repressão que militarizaram a vida civil, destacando, especialmente, a presença do conflito interno, cuja expressão maior foi a Lei 16.970/66 de Defesa Nacional que postulou o lema desenvolvimento com segurança, pela qual a Segurança Nacional tornaria a Nação livre de qualquer tipo de agressão externa, espionagem, reconhecimento hostil, sabotagem, inimizade e outras influências inimigas. Já a Defesa Nacional foi conceituada como o conjunto de medidas que o Estado adota para obter a Segurança Nacional, ou seja, pela primeira vez, determinou-se que a política e estratégia nacional deveriam ir além de seu clássico sentido castrense e ser coesa com as novas exigências para o desenvolvimento nacional.

O ajuste liberal feito por Onganía afetou negativamente alguns setores da cadeia produtiva argentina, sendo o tradicional setor rural o primeiro a ser afetado pelas restrições à

³¹ GIRBAL-BLANCHA, Noemi M. (Coord.). **Estado, Sociedad y Economía en la Argentina (1930 a 1997)**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000. p. 151.

³² ROMERO, op. cit., p. 170-171.

³³ BEIRED, op.cit., p. 66.

exportação. Em seguida, os empresários nacionais (organizados na Confederação Econômica Geral) ressentiram-se pela falta de proteção e desnacionalização, assim como os trabalhadores, prejudicados por medidas econômicas tais como a liberalização dos aluguéis urbanos, o avanço dos supermercados no comércio varejista e, especialmente, o congelamento dos salários. Ao lado dos problemas econômicos persistia a incapacidade do regime de absorver politicamente os sindicatos, nos quais a classe trabalhadora sempre estava disposta a ultrapassar os limites que os dirigentes lhes impunham. A essa ameaça difusa e eminente o governo respondia com medidas coercitivas, tratando como inimigo as camadas médias e populares, base social do sindicalismo e do peronismo.³⁴

Ao longo de 1968 iniciaram-se movimentos contestadores que colocaram em ação uma série de protestos e enfrentamento, às quais o governo não pode controlar. A eclosão social ocorreu no ano seguinte, precedida por uma série de protestos estudantis, em diversas universidades das províncias, às quais se agregou uma forte agitação sindical. Em 29 de maio de 1969, o ativismo estudantil e operário conjugaram-se em Córdoba, dando lugar a uma ampla manifestação de estudantes e trabalhadores no centro da cidade. O governo respondeu com uma fortíssima repressão policial, gerando um enfrentamento violento, no qual a multidão controlou por várias horas o centro da cidade da província até que o Exército interveio e recuperou o controle. Lentamente, no dia 31 de maio restabeleceu-se a ordem. Houve entre vinte e trinta mortos, quinhentas pessoas feridas e outras trezentas detidas, sendo que o episódio ficou conhecido como Cordobazo.³⁵

Esse acontecimento evidenciou que os objetivos de Onganía estavam muito distantes de serem alcançados, apesar de seu poder praticamente ilimitado. Para outros setores, mostrou a disposição popular em se lançar em ações violentas renunciando uma situação revolucionária. Em termos sociais o movimento deu início a várias formas de protestos e luta armada, que desde então passaram a fazer parte da política. Ocorreu ainda o surgimento de um novo ativismo sindical, cujas reclamações não se limitavam mais ao mero aumento salarial, mas também em relação às condições de trabalho e, sobretudo, a convicção de que o principal inimigo do povo era o poder autoritário.³⁶

Após Córdoba, houve episódios similares em Rosário, em Cipolletti, no Vale do Rio Negro, novamente em Córdoba, em 1971, em Neuquén e em General Roca e, em julho de 1972, em Mendoza, local em que as manifestações adquiriram amplas dimensões. A mesma

³⁴ GIRBAL-BLACHA, op. cit., p. 155.

³⁵ RODRIGUEZ, Matilde. **Participação das mulheres na guerrilha na Argentina (1968-1980)**. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2001. (Dissertação de Mestrado em História). p. 42.

³⁶ Ibid.

agitação adveio em zonas rurais, sobretudo nos pampas, como o Chaco, Missões e Formosa, onde arrendatários e colonos, pressionados pelo desencadeamento dos baixos preços do algodão e da erva mate, organizaram-se nas Ligas Agrárias. As manifestações urbanas prolongavam-se, especialmente, em protestos de rua.³⁷

A reação social contra o autoritarismo do governo de Onganía levou ao surgimento, dentro dos setores peronistas e da esquerda, de distintos grupos de lutas armadas, entre os quais as Forças Armadas Peronistas, Descamisados, Forças Armadas Revolucionárias, Forças Armadas de Libertação e, em 1970, aquela que teve maior expressão, os Montoneros, nascidos do integralismo católico e nacionalista, além do Exército Revolucionário do Povo, ligado ao grupo trotskista do Partido Revolucionário dos Trabalhadores. O traço comum de tais organizações foi o desejo de transformarem a atuação política espontânea da sociedade em uma mobilização generalizada, tendo, como base, idéias da esquerda, o exemplo da experiência cubana e a violência como meio de luta.³⁸

Entre os anos de 1968 a 1973, surgiu e consolidou-se a luta de guerrilha, cujas ações caracterizaram-se por atos de violência crescentes, tanto em número quanto em ousadia. Como causa deste desenrolar, pode-se apontar a proscrição política de Perón, as tensões no interior do Movimento Justicialista, o processo de contestação social aberto em 1968, o aparecimento de lideranças operárias peronistas, o intenso sentimento da necessidade de uma mudança profunda, na qual grande parcela dos argentinos desejava o fim do atraso e da pobreza e, finalmente, a adoção da DSN, que militarizou as questões de política interna.³⁹

A mobilização popular identificou-se cada vez mais e as Forças Armadas se conscientizavam de que deviam buscar uma saída da situação em que se encontravam. Optaram por retirar-se politicamente, mas tinham de negociar os termos com as diversas forças sociais e políticas. A primeira tentativa de mudança foi empreendida pelo próprio Onganía, em maio de 1969, que se dispôs a promover uma abertura mais ampla rumo ao “social”, negociada com a Confederação Geral do Trabalho (CGT). Entretanto, os sindicalistas mostraram-se receosos e os empresários manifestavam sua desconfiança com medidas populistas. Em 29 de maio de 1970, o general Pedro Eugenio Aramburu foi sequestrado pelos Montoneros e assassinado, o que aumentou as dúvidas entre os militares do poder de comando de Onganía. Em junho o depuseram e a Junta de Comandantes em Chefe

³⁷ ROMERO, op. cit., p. 177.

³⁸ Ibid., p. 183.

³⁹ RODRIGUEZ, op. cit., p. 11-12.

das três forças armadas designou como presidente Roberto Marcelo Levingston, um militar pouco conhecido.⁴⁰

A sucessão de governos de 1970 a 1973

Ao assumir o poder Levingston tentou construir uma nova base de apoio civil, integrando peronistas e radicais, antigas e novas alianças políticas, numa tentativa de promover um movimento nacional capaz de dar continuidade às transformações. Entretanto, a crise persistiu e os dirigentes sindicais, pressionados pelas demandas sociais crescentes e pela volta da inflação, lançaram, em outubro de 1970, um extenso plano de luta que incluiu três greves gerais. O presidente foi incapaz de conduzir espaços de negociação, confrontando-se com partidos políticos, com a CGT e até mesmo com empresários nacionais.

A crise política agravou-se com novos protestos e greves de organizações armadas, confrontos que resultaram em mortes, centenas de detidos, roubos a bancos e o assassinato do ex-secretário geral da CGT. Os militares da Junta entenderam que Levingston era incapaz de fornecer uma resposta à crise política que assolava o país e decidiram por sua remoção, substituindo-o pelo general Alejandro Augustín Lanusse, que parecia o único chefe militar com competência política para conduzir o difícil processo de retirada.⁴¹

Coube ao novo governo, perante a recessão econômica, o sindicalismo combativo e a guerrilha urbana, buscar uma saída para o impasse em que se encontrava o regime militar. Incumbiu-lhe promover uma abertura política controlada e procurar administrar, pelo alto, o conturbado processo de transição democrática que culminou nas eleições de 1973 e no retorno do peronismo ao poder.⁴²

Seguindo as diretrizes de abertura interna, no plano externo Lanusse substituiu a antiga fórmula das fronteiras ideológicas por uma diplomacia de convivência no pluralismo ideológico. O maniqueísmo anticomunista, que marcara o governo de Onganía, cedeu lugar a uma abertura para o Leste a partir da assinatura de um acordo comercial com a União Soviética, em 1971, e no reatamento das relações diplomáticas com a China Popular, em

⁴⁰ ROMERO, op. cit., p. 185-186.

⁴¹ BEIRED, op. cit., p. 68.

⁴² MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul**. São Paulo: Anablume, 1996. p. 95-96.

1972. Além disso, colocou-se em prática um lento processo de reaproximação com países latino-americanos, entre os quais Peru, Bolívia e Chile.⁴³

Com a chegada de Lanusse ao poder os militares aceitaram os limites impostos à sua dominação e tutela e passaram a defender a devolução do poder aos civis e a criação de um sistema político legítimo amplo com a participação de todas as forças políticas, inclusive do peronismo. Em março de 1971 retomaram-se as atividades políticas partidárias e foram convocadas novas eleições como meio de reconstituir e legitimar o poder do Estado.⁴⁴

Entretanto, o desafio de enfrentar às organizações armadas e o protesto social era crescente e anunciava futuros dilemas. Nesse cenário, os militares empenharam-se em prender e julgar, em tribunais especiais, os guerrilheiros, assim como deram início à repressão ilegal, por meio de sequestro, tortura e desaparecimentos de militantes. A solução política para sua retirada do poder foi o Grande Acordo Nacional, uma negociação ampla e demorada entre Lanusse e Perón. A proposta inicial do governo contemplava a condenação irrestrita de toda a ação subversiva, garantia à continuidade da política econômica, respeito às normas democráticas e um lugar institucional de peso para as Forças Armadas, como tutores da segurança nacional, no futuro regime. Além disso, era necessário negociar uma candidatura presidencial de transição, para a qual o próprio Lanusse se oferecia. Alguns pontos das discussões econômicas já haviam sido firmados pelo peronismo no documento A Hora do Povo, todavia, garantir um lugar institucional para as Forças Armadas era impossível, dado o clima daquele período. Já a questão da subversão e da candidatura eram pontos que dependiam diretamente da tática do líder do peronismo.

Em novembro de 1971, Perón colocou à frente das negociações Héctor Campora, seguidor incondicional e fiel do líder exilado, e não se dispôs a renunciar nenhuma de suas cartas, não abandonou o seu papel de porta-voz do descontentamento social e nem o apoio declarado de boa parte das organizações armadas, pelo contrário, legitimou-as permanentemente, tanto que, em 1972, quando surgiu a Juventude Peronista, incluiu o seu coordenador mais notório no comando estratégico do peronismo. Ao mesmo tempo organizou o seu próprio Grande Acordo Nacional, através da Frente Cívica de Libertação Nacional, com partidos aliados a CGT.⁴⁵

Nesse contexto, Lanusse teve de reduzir suas exigências, ante a impossibilidade de forçar o líder peronista a negociar. Em julho de 1972, assegurou-se apenas de que Perón não

⁴³ STUART, Ana Maria. Política Externa e Institucionalidade Democrática na Argentina. Uma Trajetória de Desencontros. In: **Política Externa**. Vol. 10, n. 01, Jun-Jul-Ag. 2001, p. 31-32.

⁴⁴ BEIRED, op. cit., p. 69.

⁴⁵ ROMERO, op.cit., p. 187.

fosse candidato. A partir daí organizou-se a Frente Justicialista de Libertação, que contou com a participação de uma série de partidos menores, lançando a candidatura de Héctor Campora e Vicente Solano Lima numa campanha eleitoral cujo tema era Campora ao Governo, Perón ao Poder. Em 11 de março de 1973 o país votou em massa contra os militares e o seu poder autoritário e esperava-se a criação de um espaço social, político e militar no qual os conflitos deveriam cessar.⁴⁶

A vitória e a posse de Héctor Campora, obtida graças ao peronismo, foi vista pelos atores sociais como uma nítida vitória, formando-se no país um clima geral de reconciliação e entusiasmo, marcado pela eclosão de demandas sociais desde longa data sufocadas. Em maio de 1973, o novo presidente lançou o Programa de Reconstrução e Libertação Nacional para superar as limitações ao crescimento da economia via expansão do mercado interno aliado à expansão das exportações. O estímulo ao comércio exterior permitiu o ingresso de recursos no setor industrial, embora boa parte do fluxo de capital tenha sido canalizada para o tradicional setor rural com o objetivo de ampliar sua produtividade. Por outro lado, tentou-se expandir as exportações industriais via convênios especiais, pela criação de linhas e programas especiais de crédito para as empresas nacionais e apoio a projetos industriais de interesse nacional.⁴⁷

No governo de Campora merecem destaque o restabelecimento das relações com Cuba, com a Alemanha Oriental, a Coréia do Norte e o Vietnã, assim como o ingresso do país no movimento dos Países Não-Alinhados e a ampliação de suas relações com a Europa e com países africanos e asiáticos, além da aproximação econômica com a União Soviética e os países do Leste Europeu, numa demonstração clara do não-alinhamento pró-americano.⁴⁸

Em 20 de junho de 1973, diante de efusivas manifestações sociais, Perón retornou à Argentina. Poucos dias depois, no dia 13 de julho, Campora e o seu vice-presidente renunciaram. Ausente o titular do Senado, assumiu o poder o então presidente da Câmara dos Deputados, Raul Lastiri.

O retorno e a queda dos Perón no comando da Nação

De acordo com as regras constitucionais foram convocadas novas eleições para setembro de 1973, nas quais Perón pode se candidatar e lançou sua esposa, Maria Estela

⁴⁶ Ibid., p. 190.

⁴⁷ Ibid., p. 192.

⁴⁸ STUART, op. cit., p. 33.

Martinez de Perón, popularmente conhecida como Isabelita e comprometida com a ala direita do partido peronista, como candidata a vice-presidência. Foram eleitos com 62% dos votos.⁴⁹

Em traços gerais, Perón deu continuidade no desenvolvimento do Programa de Reconstrução e Libertação Nacional, destacando a necessidade da formação de um verdadeiro pacto social no cenário econômico e político com o propósito de consolidar a democracia representativa, estimular e promover o crescimento da economia. Os resultados do programa de estabilização foram positivos, freou-se a inflação, o incremento das exportações permitiu superar a situação da balança de pagamentos, acumular um superávit e o aumento de salário e dos gastos do Estado acelerou a atividade interna, chegando-se próximo da utilização plena da capacidade produtiva instalada no país.

Entretanto, a partir de dezembro de 1973, os problemas começaram a se acumular. O aumento do consumo pressionou os preços ocasionando aumentos e fazendo a inflação crescer. O auge da crise do petróleo, que levou ao avanço do preço do produto no mercado internacional, desestabilizou a balança de pagamentos e as contas externas, assim como ampliou os custos das empresas e, finalmente, o Mercado Comum Europeu se fechou para a aquisição de carnes proveniente da Argentina, tornando a crise cíclica e profunda.⁵⁰

Se até aquele momento, em decorrência dos novos parâmetros, a economia reativara-se, ao mesmo tempo em que os salários e os níveis de emprego haviam aumentado, paulatinamente, a harmonia de interesses entre trabalhadores e patrões desvaneceu-se e os empresários responderam ao aumento da demanda com a elevação dos preços. A inflação retornou de forma crescente a qual se somou a deterioração da balança de pagamentos e o governo passou a sofrer diretamente os efeitos deste desgaste. Romperam-se os laços com a esquerda, a relação com o setor agrícola foi abalada e o empresariado industrial e as bases de apoio sindical diminuíram.

Finalmente, reativaram-se as ações dos grupos armados, tornando evidente que eles não se dispunham a depor as armas, mesmo diante de um governo que havia sido eleito democraticamente e contava com forte apoio popular.⁵¹

A tensão social acirrou-se e, pela primeira vez, no dia 01 de maio de 1974, durante uma ampla manifestação social realizada na Praça de Maio para celebrar a data, a Juventude Peronista e os Montoneros vaiaram Perón e Isabelita, manifestando abertamente a sua oposição ao líder. Com o apoio da CGT, por meio dos sindicatos, Perón convocou para 12 de

⁴⁹ GIRBAL-BLACHA, op.cit., p. 163.

⁵⁰ ROMERO, op.cit., p. 198.

⁵¹ GIRBAL-BLACHA, op. cit., p. 164-165.

junho de 1974 uma manifestação pública na Praça de Maio, como meio de evidenciar que sua capacidade de mobilização não era inferior a das demais organizações políticas. Nessa oportunidade, reiterou dramaticamente o pedido de restauração da ordem, elogiou os sindicatos e criticou as organizações, até recentemente suas partidárias, além de ameaçar com a sua renúncia. Essa foi a sua última aparição pública, pois, em 01 de julho de 1974, Perón faleceu e a Argentina mergulhou numa crise política e social.⁵²

A continuidade do governo coube a Isabel de Perón, que conduziu o governo de modo autoritário, reordenando as forças políticas na tentativa de se firmar uma aliança social que não rompesse com o frágil equilíbrio existente entre os setores que ainda apoiavam o governo. Entretanto, a sua política afastou-se da tradicional prática política peronista. A nova presidente buscou homogeneizar o governo, nomeando para os postos-chaves somente partidários incondicionais. Pouco a pouco ela rompeu as alianças que haviam sido formadas por Perón com a esperança de substituí-las, no futuro, por outras com os militares e com os empresários. Inicialmente, o choque de estabilização ocasionou a revitalização monetária da economia, a inflação e as taxas de juros diminuíram e retomou-se o crédito comercial. Entretanto, no início de 1975, a crise econômica acentuou-se, a balança de pagamentos desequilibrou-se, a inflação aumentou de forma escalonar e o embate entre as forças sociais acirrou-se, ocasionando greves gerais coordenadas pela CGT que, pela primeira vez, enfrentou um governo peronista.⁵³

No plano externo o governo do casal Perón deu ênfase à independência da política externa, contudo, sem arestas agressivas. Entretanto, a crise econômica, social e política apagou o brilho da política externa que nascera como expressão clara e nítida de um governo democrático em busca de uma inserção internacional independente. O fracasso econômico, somado à sua incapacidade de arbitrar as lutas setoriais, inviabilizou o governo de Isabelita. Desta feita, no início de 1976, as Forças Armadas se preparavam para mais uma intervenção, num contexto em que o clima político para o golpe militar já estava presente. Em 24 de março os comandantes militares a depuseram e, como em situações anteriores, boa parte da população recebeu o golpe com muita expectativa. Com o peronismo desmotivado e incapaz de oferecer resistência, num contexto político e social marcado pela crescente violência e em que não se encontravam soluções políticas, o golpe militar não encontrou oposição.⁵⁴

⁵² RODRIGUEZ, op. cit., p. 61.

⁵³ ROMERO, op. cit., p. 200.

⁵⁴ Ibid., p. 205.

O Processo de Reorganização Nacional

No dia 24 de março de 1976 a Junta de Comandantes em Chefes, composta pelo general Jorge Rafael Videla, o almirante Emílio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramon Agosti, assumiram o poder e estabeleceram o denominado Processo de Reorganização Nacional. O general Videla foi designado como presidente da Nação, além de permanecer à frente do Exército. A estratégia dos militares voltou-se para uma radical reestruturação da sociedade, de acordo com novas metas sociais, políticas e econômicas. Foram elaboradas propostas de alterações no modelo econômico, de imposição da disciplina na ordem social e de significativas mudanças no campo do Estado.⁵⁵

Inspirados pela DSN, desenvolveram plenamente o seu viés intervencionista e exerceram manobras coercitivas sobre a sociedade civil, via terror exercido pelo Estado. Dissolveram o Executivo, Legislativo e Judiciário nacionais e provinciais, proibiram a atividade política, estudantil e partidária. Intervieram na CGT e nos mais importantes sindicatos do país, os quais tiveram os seus fundos congelados, as greves foram proibidas, os partidos políticos foram proscritos, implantaram uma rígida censura aos meios de comunicação e iniciaram a repressão a toda e qualquer forma de subversão ou contestação, sendo que a violência do regime resultou no assassinato de centenas de pessoas pelas Forças de Segurança, além de sequestros, torturas e prisões clandestinas.⁵⁶

As medidas econômicas visaram, a curto prazo, frear a inflação e restabelecer a balança de pagamento e, a médio e longo, aumentar a eficiência do sistema produtivo, sob as regras hegemônicas do mercado, reordenando a inserção financeira do país no cenário internacional. Entretanto, a indústria nacional, em virtude da perda de sua tradicional proteção, sofreu a competição dos artigos importados, potencializada pelo encarecimento do crédito em decorrência do aumento das taxas de juros, houve uma redução progressiva do poder aquisitivo da população e significativa queda do Produto Interno Bruto (PIB). Progressivamente, o programa econômico produziu a retração da capacidade industrial do país, levando à falência boa parte do parque industrial argentino e a elevação do desemprego a patamares nunca vistos anteriormente. Por sua vez, o setor público, afetado pelo desequilíbrio, mudou a orientação de seu financiamento, voltando-se para o crédito internacional e

⁵⁵ AYERBE, op. cit., p. 43.

⁵⁶ LOPEZ, Ernesto. **Seguridad Nacional y Sedición Militar**. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1987. p. 181.

ampliando enormemente os seus níveis de endividamento, mergulhando o país numa crise sem precedentes.⁵⁷

Em 1978, o general Videla foi confirmado pela Junta de Comandantes para permanecer como presidente por mais três anos, tendo como vice Roberto Eduardo Viola. Entretanto, naquele momento, as três forças já não estavam coesas, observava-se uma fragmentação do poder, sendo este momento aproveitado pelo movimento sindical que, timidamente, voltaram a agrupar-se em duas tendências, os dialoguistas e os combativos, tanto que, em abril de 1979, organizou-se a primeira greve geral de protesto, que resultou em uma forte repressão e na prisão da maioria dos dirigentes sindicais.

No final de 1980 os combativos reorganizaram a CGT e, no ano seguinte, realizaram novas greves gerais e protestos, não se intimidando com a forte repressão. A partir daí, uniram-se aos trabalhadores grupos estudantis e até mesmo grupos de empresários regionais. A Igreja também apoiou os movimentos de contestação, defendendo sua opção pela democracia e seu desligamento do regime militar e a sua vinculação às crescentes demandas sociais. Finalmente, outro importante veículo social em defesa dos direitos humanos foram as manifestações das mães de desaparecidos, reunidas semanalmente na Praça de Maio que, ao pedirem informações sobre seus filhos, combinavam o doloroso testemunho pessoal a uma demanda ética, sob o princípio da maternidade, e os militares não puderam questioná-las, tampouco enquadrá-las como subversivas.⁵⁸

Tal clima social e político favoreceu a revitalização dos partidos políticos, proibidos desde 1976 e reabilitados, oficialmente, a partir de 1981. Os dispersos grupos de direita foram convocados a constituir uma força política oficial, pelo próprio governo, que ensaiava uma abertura política. Por sua vez, peronistas e radicais constituíram a Multipartidária, à qual se juntaram os desenvolvimentistas, a democracia cristã e os intransigentes. Os partidos negaram-se a negociar com o governo militar uma saída eleitoral condicionada, deixando claro que não aceitariam uma democracia submetida à tutela militar. Elevaram progressivamente o seu tom, ao se virem como os únicos depositários da legitimidade política e ao incorporarem os protestos de empresários, sindicalistas e aqueles vinculados aos direitos humanos.⁵⁹

Em decorrência da crise econômica, isolamento político interno, crescimento das oposições, pressões da opinião internacional e enfrentamentos internos, os dirigentes do

⁵⁷ GIRBAL-BLACHA, op. cit., p. 185.

⁵⁸ ROMERO, op. cit., p. 224-225.

⁵⁹ Ibid., p. 228.

Processo buscaram uma saída política. As dissidências internas do regime ficaram claras por ocasião da designação do general Viola para substituir Videla na presidência da Nação, em 1981, a qual se opôs abertamente a Marinha, e foram aguçadas quando o novo presidente deixou claro o seu propósito de alterar os rumos da política econômica.

Viola aliviou a situação dos empresários locais, atingidos pela crise financeira e pela desvalorização da moeda, ao assumir, em nome do Estado, parte de suas dívidas e incorporá-las aos seus quadros. Ademais, formou o grupo dos “amigos do Processo” e buscou alternativas para uma lenta e gradual transição. Entretanto, não conseguiu obter apoio significativo, tampouco, atenuar a crise econômica desencadeada pela desvalorização da moeda e pela acelerada inflação. Ao final, foi hostilizado por diferentes grupos militares que o acusavam de falta de firmeza na condução política. No final de 1981, por problemas de saúde, Viola foi substituído pelo general Leopoldo Galtieri.⁶⁰

⁶⁰ Ibid., p. 229.

1.3 A RELAÇÃO DE RIVALIDADE POLÍTICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA EM BUSCA DE PROJEÇÃO REGIONAL

As ditaduras e a rivalidade estratégica

Os governos militares existentes no Brasil e na Argentina foram marcados por instabilidade política interna e exerceram diferentes políticas externas que provocaram um distanciamento em suas relações bilaterais por praticamente duas décadas. Dominada por conflitos políticos, sociais e econômicos, a política externa argentina foi um reflexo de sua própria situação interna, exercendo a maior parte do tempo uma postura baseada nas fronteiras ideológicas da DSN, com forte repressão ao comunismo, evidenciando uma tentativa de aproximação com os Estados Unidos com o intuito de tornar-se seu aliado dentro da América Latina. Entretanto, o sucessivo desgaste econômico que o país sofria desde a década de 1950 inviabilizou o governo dos militares que, mesmo utilizando mecanismos repressivos, não conseguiram assegurar sua governabilidade e Perón retornou ao governo em 1973.⁶¹

Naquele momento, enquanto a Argentina retomava a democracia de origem peronista, os demais países da região platina, como Bolívia, Uruguai e Chile, implantaram regimes autoritários similares ao governo militar brasileiro, o que favoreceu a aproximação desses países com o Brasil, que conseguiu maior homogeneidade política e crescimento econômico, gerando um sensível deslocamento no equilíbrio geopolítico do Cone Sul.⁶²

Tais diferenças na condução de suas políticas internas resultaram em desacordos bilaterais entre os dois países e no avanço político do Brasil no continente. A rivalidade estratégica ainda era ampliada à medida que cada um dos regimes buscava, com maior ou menor intensidade, alinhar-se à política estadunidense com a intenção de firmar uma relação especial com a potência na tentativa de consolidar um importante papel de influência regional. Os governos militares no Brasil oscilaram entre a recusa e a busca de uma “barganha leal” com Washington, pela qual o país alinhava-se e, em troca, era reconhecido no seu suposto “destino manifesto” no Atlântico Sul, além de obter vantagens econômicas.⁶³

⁶¹ MATHIAS, Suzeley Kalil.; MEI, Eduardo. As relações Brasil-Argentina e a política externa do presidente Geisel (1974-1979). In: VILLA, Rafael Duarte; MATHIAS, Suzeley Kalil. (Orgs.). **Ensaio latino-americanos de política internacional**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007. p. 127.

⁶² MELLO, op. cit., p. 128-129.

⁶³ Ibid., p. 17.

Tais movimentos oscilatórios não foram diferentes na condução da política externa argentina, marcada por fases de aproximação e distanciamento de Washington desde a Revolução Argentina à implantação do Processo da Reconstrução Nacional. Entretanto, o fato de ser mais eficaz na resolução de conflitos e na busca de alianças continentais, permitiu ao Brasil manter relativa estabilidade nas suas relações com a América Latina e com os Estados Unidos, tornando-se, diferentemente da Argentina, capaz de exercer uma influência político-econômica em âmbito regional.⁶⁴

Quanto aos propósitos de autonomia estratégica, Brasil e Argentina enfrentaram pressões estadunidenses durante a década de 1970, pois estes se recusaram sistematicamente a fornecer, aos dois países, armamentos pesados e com tecnologia sofisticada. Isso levou o Brasil a investir, desde 1971, na produção nacional de material bélico, a ponto de, em 1977, somente 20% do armamento do Exército ser de origem externa, oriundos, especialmente, de países da Comunidade Européia. Ao mesmo tempo, o país buscou, junto à Alemanha, a transferência do ciclo completo do enriquecimento do urânio, a produção do elemento combustível e seu reprocessamento, além da fabricação de reatores, o que lhe permitiria construir submarinos atômicos e, se quisesse, confeccionar a bomba atômica.⁶⁵

A Argentina, por sua vez, através do Plano Europa, lançado em 1969, voltou-se também para a Comunidade Européia em busca de armamentos mais modernos, e não só protegeu como ampliou sua própria produção bélica, graças à estatal Fabricaciones Militares. No campo nuclear, optou servir-se, no complexo da usina Atucha, do urânio natural, refrigerado e moderado com água pesada com o propósito de não depender de tecnologia estrangeira, desenvolver rapidamente a sua capacidade nuclear e assegurar os seus interesses em questões regionais. Contudo, os Estados Unidos, decididos em impedir a proliferação de armas atômicas, não admitiam que os dois países adquirissem essa tecnologia, sendo que, em 1978, o Congresso estadunidense, sob o pretexto de crimes contra os direitos humanos, suspendeu completamente a ajuda militar à Argentina, sendo que no ano anterior o Brasil também havia cancelado os acordos de ajuda militar em decorrência de denúncias estadunidenses acerca dos direitos humanos na ditadura brasileira.⁶⁶

Entretanto, sob o âmbito político, os Estados Unidos, diante do seu fracasso no Vietnã, tinham o interesse, ante os seus propósitos de política externa para a América Latina, de que o

⁶⁴ MÁRMORA, Leopoldo. A Integração Brasil-Argentina: Riscos, Possibilidades, Custos. In: **Política e Estratégia**. Vol. 06, n. 01, Jan.- Mar. 1988. p. 17.

⁶⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Conflito e integração na América do Sul**: Brasil, Argentina e Estados Unidos - da Tríplice Aliança ao Mercosul. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 432-433.

⁶⁶ Ibid.

Brasil, como o maior e um dos mais influentes do continente, fosse bem sucedido dentro do modelo capitalista. Ademais, diante da presença de governos nacionalistas com tendências de esquerda no Peru, Colômbia e Chile e das frequentes crises políticas na Argentina e Uruguai, agradava-lhes o fato do país estar sob o comando de um governo de direita e que mantinha a esquerda sob estrito controle, fato que afastava o perigo comunista do Brasil e intimidaria os partidários desse sistema no resto da América Latina.⁶⁷

Em suma, a junção de fatores tais como a parceria especial cultivada pelo Brasil com os Estados Unidos (embora tenham existido atritos da área de cooperação militar) e o aumento da influência brasileira sobre o subsistema platino, somados ao sucesso interno das políticas conservadoras de ajustes econômicos e a ampliação da capacidade industrial, científica e tecnológica do país, fizeram pender definitivamente a balança do poder regional em favor do Brasil, ao mesmo tempo em que a Argentina se distanciou da potência hegemônica e ficou isolada no contexto sul americano.

Neste universo de divergências geopolíticas, outro ponto de discórdia recorrente durante as décadas de 1960 e 1970 entre os dois governos referiu-se à questão nuclear. O regime militar brasileiro estabeleceu que o Brasil deveria guiar-se, em âmbito interno e externo, segundo seus interesses nacionais, cujo norte primordial era promover e favorecer o desenvolvimento nacional. Por sua vez, este deveria ser obtido através do crescimento econômico, capacitação científica tecnológica e capacitação militar em segurança e defesa. Entendeu-se que o Brasil, nas suas relações internacionais, deveria buscar as condições favoráveis ao seu desenvolvimento mediante o máximo aproveitamento das oportunidades que o setor externo pudesse oferecer à aceleração do progresso e à modernização do país.

Nesse sentido, para ampliar a autonomia e a liberdade de ação nacional, reforçaram-se as aspirações brasileiras à obtenção de tecnologias avançadas, quer para o crescimento econômico, quer para a capacitação e projeção militar, notadamente a busca do acesso à tecnologia nuclear, cuja expressão maior, naquele momento, era o domínio do ciclo do átomo e das técnicas de enriquecimento de urânio tanto para emprego econômico, nas usinas nucleares de produção de energia, quanto para emprego militar.

O objetivo brasileiro de ampliar a autonomia e a liberdade de ação nacional, buscando para isso a obtenção de tecnologias avançadas, aumentou os níveis de desconfiança da Argentina sobre as reais pretensões do uso da energia nuclear, se realmente seria utilizada

⁶⁷ SOUTO, op. cit., p. 71.

para emprego econômico, nas usinas nucleares de produção de energia, ou para emprego militar, incluindo a fabricação da bomba atômica.⁶⁸

Conquistar o domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio significava dotar o país tanto para capacidades de uso pacífico quanto militar. Dessa forma, as duas décadas em questão foram marcadas por uma imagem negativa de um país em relação ao outro, onde a atitude de competição fomentou visões preconceituosas que refletiam os descompassos entre os processos de desenvolvimento interno de cada unidade política. Na ótica argentina, a política externa regional do Brasil era marcada por uma indubitável vocação expansionista, fruto de um espírito bandeirante e do expansionismo lusitano. Para os brasileiros, a Argentina era um *ethos* político que sonhava com a restauração do antigo vice-reino do Prata, sob a hegemonia de Buenos Aires.⁶⁹

O que se verificou no cenário regional entre as relações do Brasil e Argentina foi uma total frieza, cujos entendimentos reduziram-se a assuntos de segunda ordem tratados sob a forma impessoal de trocas de notas diplomáticas onde cada um dos países buscava se servir do seu peso geográfico e político na América Latina para assumir uma posição de hegemonia, quando não de liderança ostensiva.⁷⁰

Finalmente, se de 1965 até 1972 tal coordenação foi extremamente tímida, relegada a trocas de notas diplomáticas, a partir dessa data os contatos foram congelados definitivamente e permaneceram suspensos até 1979, sendo a causa a assinatura, entre Brasil e Paraguai, em 1973, do Tratado de Itaipu, que formalizou uma associação com o objetivo de aproveitar os recursos hídricos do rio Paraná, mediante a construção de um complexo binacional que seria a maior usina hidrelétrica do globo. Ao mesmo tempo, consolidou-se a disposição brasileira para auxiliar o Paraguai a sair de seu isolamento territorial, mediante concessões nos portos de Santos e Paranaguá e pela construção de uma ferrovia para complementar o sistema rodoviário, que conectava o Paraguai à costa atlântica brasileira, permitindo-lhe diminuir sua dependência em relação ao porto de Buenos Aires como via de acesso ao exterior.⁷¹

De fato, as divergências bilaterais vinham agravando-se há algum tempo, especialmente a partir de 1971, quando a política de Brasília de “fronteiras ideológicas” entrou em rota de colisão como a diplomacia de “convivência no pluralismo ideológico”, de Buenos Aires. Desta feita, a construção de uma grande obra binacional, a 17 km da linha comum de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, formada pela junção dos rios Paraná

⁶⁸ BIASI, Renato. **A energia nuclear no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979. p. 25.

⁶⁹ MELLO, op. cit., p. 33.

⁷⁰ FERREIRA, op. cit., p. 76.

⁷¹ MELLO, op. cit., p. 134.

ao Iguaçu, somada ao alinhamento paraguaio e à política brasileira, tornou mais complicado o cenário platino.

As divergências acirraram-se ainda mais no momento em que os peronistas retornaram ao poder argentino e permaneceram alicerçados na luta antiimperialista e numa visão política regional centrada na tradicional visão geopolítica da rivalidade natural entre os dois países. Nesse contexto, as ações regionais brasileiras, incluso o ajuste com o Paraguai, foram tomadas como marcas evidentes do expansionismo brasileiro na região e uma patente ameaça para a Argentina.⁷²

A reação do governo argentino foi imediata, pois sabia que a usina de Itaipu representaria uma alteração no volume hídrico do rio Paraná, o que colocava em risco projetos argentinos de natureza semelhante. A iniciativa brasileira foi tomada como ameaça e a diplomacia argentina centrou-se na defesa do conceito jurídico, amplamente aceito em foros internacionais, de que as construções de obras civis em rios internacionais deveriam ser precedidas de consultas, por parte do Estado empreendedor, às partes interessadas, segundo o princípio da “consulta prévia”. Em contrapartida, o Brasil rejeitou sistematicamente qualquer diálogo conciliatório e o princípio da consulta prévia, defendendo a soberania nacional e o direito do Estado de explorar livremente os recursos naturais existentes em seu território.⁷³

A Argentina, percebendo que a implantação da usina seria realizada, passou então a utilizar um novo argumento, a construção da Usina de Corpus, um empreendimento argentino-paraguaio, e as demandas de sua compatibilidade com Itaipu. Buenos Aires atribuiu à usina de Corpus um alto valor estratégico, entendendo que sua construção re-equilibraria, ainda que parcialmente, a balança de poder platina, neutralizando a preponderância brasileira no Paraguai por meio do incremento da parceria argentina com aquele país. Neste momento, a rivalidade passou a ser a compatibilização das duas represas e os fatores técnicos e diplomáticos que envolviam sua construção em um rio internacional contíguo e de curso sucessivo, além, evidentemente, da dimensão estratégica e geopolítica referente ao equilíbrio de poder regional.⁷⁴

Os especialistas argentinos alegavam que o aproveitamento máximo de Corpus somente seria possível caso houvesse uma cota de 105 a 115 metros acima do mar. Todavia, essa cota dependia de aprovação brasileira e paraguaia, pois, dependendo da altura da barragem de Corpus, a água represada poderia prejudicar a geração de energia em Itaipu, além

⁷² MÁRMORA, op. cit., p. 18.

⁷³ MELLO, op. cit., p. 148.

⁷⁴ Ibid., p. 145.

de que o volume do reservatório poderia inundar parcelas de seus territórios. O Brasil recusou a cota reivindicada pela Argentina, propondo uma altura máxima de 100 metros, o que, segundo os especialistas argentinos, retirava de Corpus qualquer viabilidade econômica. Assim, de 1975 a 1977 as rivalidades cresceram e as partes não cederam em suas reivindicações. A Argentina manteve a demanda pela cota de 115 metros para Corpus, e o Brasil, com anuência paraguaia, decidiu aumentar de 18 para 20 o número de turbinas de Itaipu, ações que obstruíram qualquer espaço para a negociação diplomática e elevaram ao máximo a tensão política entre os dois países.⁷⁵

O Acordo Tripartite de 1979 e o início da superação das rivalidades entre Brasil e Argentina

Iniciado o Processo de Reorganização Nacional, o governo militar argentino exerceu uma política externa baseada nas premissas do nacionalismo territorial, o que resultou no desafio internacional de atuar em sete frentes para a preservação da sua soberania, sendo elas a posse das ilhas do Canal de Beagle, reclamadas também pelo Chile; a definição da questão da usina de Corpus e Itaipu, tomada pelo Brasil como tema de exclusiva soberania brasileira; a reivindicação da posse das ilhas Malvinas, conquistadas pelo Reino Unido desde o século XVIII; a projeção continental argentina sobre a Antártida, linhas questionadas pelo Chile, Uruguai e Reino Unido; as fronteiras andinas, com trechos montanhosos reclamados pelo Chile; e o traçado do mar continental argentino, discutido pelo Brasil, Chile, Uruguai e Reino Unido.⁷⁶

Neste clima, a rivalidade geopolítica com o Brasil perdeu a centralidade e tornou-se um dos pontos de um complicado arranjo político. O fato era que, em termos de conjuntura regional no Cone Sul, a Argentina enfrentava conflitos em duas frentes, com o Chile, no Canal de Beagle, e com o Brasil, na Bacia do Prata. Assim, é provável que o acirramento do conflito com o Chile, no qual os dois países prepararam-se militarmente para uma guerra, a qual os argentinos consideravam cada vez mais inevitável e eminente, tenha alertado os argentinos da necessidade de uma solução definitiva em relação a Corpus-Itaipu. O risco de

⁷⁵ Ibid., p. 147.

⁷⁶ SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política Externa do Governo Geisel (1974-1979). In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 45, n. 01, 2002. p. 130-131.

ter que se defender em duas frentes levou a Argentina a concentrar esforços em relação ao Chile e negociar a estabilização com o Brasil.⁷⁷

Desta forma, entre outubro e dezembro de 1978, a Argentina cedeu e aceitou que Corpus ficasse com a cota de 105 metros, desde que Itaipu funcionasse com 18 turbinas. Assim, no final de 1978 os acordos técnicos para a assinatura de entendimento entre Buenos Aires e Brasília foram definidos, faltando apenas o consenso quanto à forma e procedimento jurídico a ser adotado, se um acordo bilateral ou trilateral.⁷⁸

No caso brasileiro, a partir de 1979 o governo do general Figueiredo trouxe novas condições para a reforma geral da política brasileira em relação à Argentina, sob uma nova ótica de que era necessário rever as relações com Buenos Aires, a começar com a negociação que envolvia as obras de Itaipu, já em andamento, com o projeto de Corpus. Assim, em 19 de outubro de 1979, os dois países, juntamente com o Paraguai, firmaram o Acordo Cooperativo Técnico-Operativo (Acordo Tripartite), com o qual superaram definitivamente suas divergências sobre o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, graças ao ajuste de um aproveitamento cooperativo das potencialidades hidrelétricas deste rio. Tal fato significou o início da superação das rivalidades entre os dois países, abrindo uma nova fase nas suas relações. A solução do conflito diplomático e geopolítico normalizou as relações entre Brasil e Argentina e favoreceu a retomada da cooperação bilateral no começo da década de 1980.⁷⁹

⁷⁷ MELLO, op.cit., p. 149-150.

⁷⁸ SPEKTOR, op. cit., p. 134.

⁷⁹ MELLO, op. cit., p. 16.

CAPÍTULO 2

O DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO POLÍTICA E COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA NA ÁREA NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA DÉCADA DE 1980

1.1 A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E AS NOVAS DIRETRIZES POLÍTICAS FRENTE AO CENÁRIO INTERNACIONAL

Os governos dos presidentes João Batista Figueiredo e José Sarney

Ao assumir a presidência da República o general Figueiredo não fugiu do compromisso principal de sua campanha, o de restaurar a democracia, num momento de crescentes pressões externas e, sobretudo, internas, devido ao crescimento da oposição e ao sindicalismo paulista em nome dos desaparecidos políticos e dos ajustes salariais. Nesse processo dois momentos que merecem destaque foram a criação da Lei de Anistia Geral e o afastamento de Golbery Couto e Silva da atuação governamental. A primeira foi editada em agosto de 1979 e permitiu o retorno ao Brasil de um grande número de exilados, o que fortaleceu a popularidade do presidente e demonstrou sua confiança de enfrentar as objeções dos militares da “linha dura”. A saída do Ministro Golbery Couto e Silva, principal ideólogo e estrategista do ciclo militar, além de coordenador político do regime há mais de sete anos, neutralizou os adversários da abertura política.¹

Em relação à economia, embora a crise tivesse atingido o país, as medidas adotadas entre 1974 e 1978 permitiram que o Brasil crescesse a uma média de 6,5% ao ano, resultado notável diante da conjuntura internacional cada vez mais desfavorável. Entretanto, a partir do novo governo a inflação acelerou em taxas crescentes, as contas externas avançaram para um desequilíbrio insustentável e a dívida internacional atingiu níveis muito altos. Desta forma, com a finalidade de adequar a economia nacional à nova realidade externa e interna, foi formulado o III Plano Nacional de Desenvolvimento, que teve como meta ajustar a economia para persistir no crescimento a partir da aplicação de um modelo normativo em que se definiram objetivos, prioridades e linhas de ação somente aos programas e projetos de investimento já em execução ou inadiáveis.²

Percebeu-se naquele momento o esgotamento de Estado Desenvolvimentista, na qual o desenvolvimento econômico, enquanto política de Estado, fora manipulado desde o início do regime militar, baseado na proposta de substituir as importações, via tutela do poder público por meio da utilização de empréstimos externos. Inicialmente, essa postura ampliou a autonomia externa do país e manteve elevadas as taxas de crescimento do Produto Interno

¹ SKIDMORE, Thomas E. A Lenta Via Brasileira Para a Democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 53.

² Ibid., p. 61.

Bruto (PIB), porém, não tardou para que o país se tornasse dependente financeiramente em relação ao mercado internacional de capitais.

Enquanto as taxas internacionais de juros mantiveram-se baixas e o preço do petróleo conservou-se no mesmo patamar, a capacidade de pagamento do governo preservou-se graças à absorção de novos capitais e da rolagem da dívida. Entretanto, a partir do aumento da taxa internacional de juros, em 1979, e da nova elevação dos preços do petróleo, a capacidade de adaptação da economia brasileira ao cenário econômico internacional esgotou-se. A dívida externa brasileira cresceu exponencialmente, pois fora fixada em taxas flutuantes, inviabilizando seu pagamento sem um choque econômico.

Finalmente, a guerra Irã-Iraque provocou nova elevação dos preços internacionais do petróleo, fato que aumentou as dificuldades brasileiras em equilibrar a sua balança comercial. Essa nova realidade neutralizou a capacidade de novos investimentos por parte do Estado e fez com que a única saída viável fosse os ajustes recessivos de acordo com as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI), contando com seu apoio na obtenção de empréstimos internacionais, bem como dos demais credores.³

Nesse contexto, a política externa do governo de Figueiredo baseou-se na busca por parcerias que pudessem trazer vantagens para estabilizar a crise econômica brasileira. Assim, o governo deu continuidade ao não alinhamento incondicional com os Estados Unidos, estabelecendo relações especialmente com países do Terceiro Mundo na tentativa de apresentar-se como um parceiro vantajoso dentro de um contexto de crise econômica.⁴

Desde o processo de abertura política iniciado por Geisel era visível que os militares não pretendiam entregar o poder para a extrema direita, tampouco para a oposição política, assim, embora tenha ocorrido uma grande mobilização social reivindicando eleições diretas para a presidência da República, em janeiro de 1985 Tancredo Neves foi eleito por eleição indireta através do Colégio Eleitoral. Embora fosse visto socialmente como o líder que conduziria a democracia e a reforma social, era na verdade apenas o líder e articulador de uma complexa rede na qual coexistiriam continuidade e mudança. Entretanto, diante de sua doença e morte, quem assumiu o primeiro governo democrático, em 15 de março de 1985, foi José Sarney, um representante dos quadros civis do regime autoritário.

A abertura política assumiu o caráter de um governo transitório no qual as mudanças foram controladas e os militares deixaram voluntariamente de ocupar o poder político para

³ LOHBAUER, Cristian. **Brasil-Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Edusp, 2000. p. 90.

⁴ SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. pag. 27-29.

retornar à sua função de tutela sob o governo civil. A oposição ao regime não foi capaz de acumular forças para promover alterações no processo de direção e conteúdo da abertura política. Embora o apoio social ao regime militar tivesse acabado, ele conseguiu manter sua base, capaz de dar respostas a qualquer tentativa de ruptura com o autoritarismo, exemplo disso foi o fracasso do movimento civil das Diretas Já, que não conseguiu estabelecer regras para o processo eleitoral e a alternância de poder. A autonomia militar dentro da estrutura do Estado foi mantida, impondo seus interesses aos atores políticos, sem nenhuma ruptura da ordem institucional.⁵

No campo econômico, o governo de Sarney permaneceu em crise e com aplicação de planos econômicos ineficazes, tais como o Plano Cruzado I e II (1986), o Plano de Consistência Macroeconômica (1987) e o Plano Verão (1989), sendo que nenhum conseguiu frear a inflação e fizeram com que o país anunciasse a moratória sobre a dívida externa em 1987. Ao término de seu mandato, Sarney fora incapaz de estabilizar a economia brasileira, que permaneceu numa crise estrutural, marcada pela inflação ascendente, déficit público, escalonamento da dívida externa e deterioração de preços e salários.

Em termos de política externa, o presidente José Sarney criticou a divisão Norte/Sul em órgãos internacionais e as medidas protecionistas, assim como buscou acesso ao mercado internacional. Entretanto, em virtude de sua situação de crise econômica interna, muitas vezes o país adotou posturas conciliatórias e flexíveis em estratégias de curto prazo, para cobrir a balança de pagamento do governo, em prejuízo de sua posição em fóruns multilaterais e bilaterais. Destacou-se no período de 1985 a 1989 o reatamento político com Cuba, a aproximação com os países latino-americanos, empenhando-se em questões comerciais, financeiras e tecnológicas, especialmente aquelas relacionados com a dívida externa do país, e o projeto de integração com a Argentina.⁶

Em relação aos Estados Unidos a política foi instável, não apenas por questões econômicas como a renegociação da dívida externa no momento em que o Brasil decretou a moratória, mas também porque o governo estadunidense pressionou o país para que abandonasse suas posições autônomas em questões como meio ambiente, patentes, informática e energia nuclear.⁷

⁵ CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Autonomia Militar e Construção da Potência. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de.; CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat.; MORAES, João Quartim de.; DREIFUSS, René Armand. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 69-71.

⁶ LOHBAUER, op. cit., p. 105.

⁷ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 70.

1.2 O APROFUNDAMENTO DA CRISE SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICA E O FIM DO REGIME MILITAR ARGENTINO

O governo do presidente Leopoldo Galtieri e a Guerra das Malvinas

Ao assumir o poder o general Leopoldo Galtieri manteve-se no cargo de Comandante em Chefe do Exército, modificando as regras que os chefes militares haviam estabelecido. Propôs-se a desenvolver uma política mais enérgica e estratégica do que Viola, acreditando que os “amigos do Processo” sustentariam sua liderança. Definiu como prioridade combater a inflação, suspender as regulamentações e desestatizar a economia, entretanto o que ocorreu foi o aumento da recessão e o protesto de sindicalistas e empresários o que o fez, a longo prazo, anunciar um plano de privatizações, particularmente do subsolo, que provocou o acirramento das resistências.⁸

O novo presidente encerrou a limitada abertura política para os países da América Latina, iniciada pelo general Viola, e buscou realinhamento incondicional com os Estados Unidos, acreditando que fariam da Argentina um aliado central da política estadunidense na América do Sul, o que deslocaria a liderança assumida pelo Brasil na região. Reativaram uma antiga proposta de firmar um pacto militar no Atlântico Sul, envolvendo a África do Sul, projeto que o Brasil nunca aceitara, e passaram a cooperar ativamente com a política estadunidense na América Central, enviando especialistas em contra-insurreição e agentes de inteligência para treinarem as tropas de El Salvador, no combate às guerrilhas da Frente de Libertação Nacional, e para participarem de operações secretas contra o regime sandinista da Nicarágua. A partir de tais atitudes a Junta Militar acreditou que poderia resolver militarmente o litígio com a Grã-Bretanha em relação à posse das Ilhas Malvinas, ocupadas pelos primeiros desde 1893, pois contaria com o apoio dos Estados Unidos.⁹

Além disso, Galtieri acreditava que uma ação armada para recuperar as ilhas traria ainda outros ganhos políticos internos e externos. Esperava-se unir forças em torno de um objetivo nacional comum, superando as divisões internas e angariando o apoio da opinião pública, que

⁸ ROMERO, Luis Alberto. **Breve Historia Contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001. p. 230.

⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Conflito e integração na América do Sul: Brasil, Argentina e Estados Unidos - da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 446.

se mostrava extremamente insatisfeita com o regime. Externamente, esperava-se coibir o Chile no tocante à disputa pelo Canal de Beagle, que quase já resultara em confronto direto.¹⁰

Assim, no dia 02 de abril de 1982, as Forças Armadas ocuparam as ilhas Malvinas, o que de fato resultou num apoio dos diversos setores sociais aos militares, até mesmo por parte dos líderes da Confederação Geral do Trabalho (CGT), fortemente reprimidos até aquele momento. Os militares obtiveram uma significativa vitória política ao incorporarem uma reivindicação social que era alimentada pela tradicional cultura política nacionalista e anti-imperialista da Argentina.¹¹

Por outro lado, a Grã-Bretanha respondeu duramente à ação argentina, organizando uma poderosa força naval que, no dia 17 de abril, declarou uma zona de exclusão em torno da ilha, dentro da qual atacaria qualquer força inimiga, e preparou o contra ataque às Malvinas, contando com o apoio da Comunidade Européia que promoveu sanções econômicas contra a Argentina, bem como o apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que votou uma resolução declarando a Argentina nação agressora, exigindo que o país retirasse suas tropas das ilhas.¹²

A Argentina viu sua força militar anulada perante o bloqueio britânico e contavam apenas com a solidariedade latino-americana, de pouco peso militar, e iludiu-se ao pensar que os Estados Unidos, a quem Galtieri havia se alinhado incondicionalmente, ofereceriam respaldo e apoio militar na ação de confronto bélico. Embora o governo Reagan tenha deixado de lado as impunidades do regime militar argentino, em troca de seu alinhamento político, não quis indispor-se com a Grã-Bretanha que, no contexto da Guerra Fria, tinha um papel estratégico em sua posição geopolítica insular e sua tradicional aliança política com os Estados Unidos que, naquele momento, dava mais importância à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), concebido diretamente para deter a União Soviética, do que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), criado com o interesse de conter o comunismo na América Latina.¹³

Atuando como mediador da questão, os Estados Unidos tentaram convencer a Junta Militar a desistir da posse das ilhas, mas, diante da recusa argentina, frente a um ataque britânico iminente, alegaram intransigência e impossibilidade de uma solução negociada com

¹⁰ AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e política externa na América Latina**: uma análise a partir da experiência argentina recente. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 49.

¹¹ O'DONNELL, Guillermo. A Argentina Antes e um pouco depois das Malvinas. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Vol. 10, n. 04, nov. 1982. p. 13.

¹² ROMERO, op.cit., p. 232.

¹³ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Argentina e Brasil**: a balança de poder no Cone Sul. São Paulo: Anablume, 1996. p. 114.

o agressor, abandonaram as conversas, votaram sanções econômicas contra a Argentina e ofereceram apoio logístico à Grã-Bretanha. Galtieri buscou, em vão, aliados nos países do Terceiro Mundo, União Soviética e Cuba.¹⁴

Com ataques sucessivos e coordenados a Grã-Bretanha retomou as ilhas no período de maio a junho, com uma rendição rápida e incondicional das tropas, sendo o saldo do conflito para a Argentina a morte e desaparecimento de 700 soldados e cerca de 1.300 feridos, com a exigência dos generais de que Galtieri renunciasse.¹⁵

O resultado da Guerra das Malvinas fez com que Argentina, Brasil e demais países da América Latina vissem que jamais poderiam contar militarmente com os Estados Unidos quando os interesses deste estivessem de fato em jogo, ou seja, a Doutrina Monroe o Pan-Americanismo serviam apenas aos interesses estadunidenses quando fosse o caso.¹⁶

Até o momento final de sua saída do poder os militares tiveram de conviver com o fracasso que se mostraram como condutores de um país desordenado internamente e no qual viram o sepultamento do sonho de aliar-se com os Estados Unidos, tendo como única opção aliar-se ao Terceiro Mundo, a quem sempre haviam renegado. A derrota militar ampliou a crise do poder militar, era impossível recompor as alianças que haviam possibilitado sua ascensão ao poder em 1976 e, após uma crise interna da Junta Militar, o general Reinaldo Bignone assumiu o poder em julho de 1982, mas era iminente a retirada militar do poder, embora estes tenham se empenhado em negociar e assegurar com os partidos uma série de questões, como a política econômica, a presença institucional das Forças Armadas no novo governo e, sobretudo, a garantia de que não se investigaria atos de corrupção, enriquecimento ilícito e violação de direitos humanos pelos militares.¹⁷

Todas as proposições foram negadas pela opinião pública e partidos políticos, que iniciaram marchas em defesa da democracia, concedendo aos militares somente a legitimidade de organizar as próximas eleições, que foram marcadas para dezembro de 1983. Diante da impossibilidade de negociar um pacto de saída, os militares impuseram, duas semanas antes das eleições, a Lei de Pacificação Nacional, outorgando imunidade aos suspeitos de atos de terrorismo estatal e a todos os membros das Forças Armadas por supostos crimes cometidos entre 25 de maio de 1973 e 17 de junho de 1982. Finalmente, nos dois

¹⁴ Ibid., p. 115.

¹⁵ CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000. p. 235.

¹⁶ BANDEIRA, op. cit., p. 450.

¹⁷ ROMERO, op. cit., p. 236.

últimos dias de governo, determinaram a destruição de todos os documentos referentes à repressão militar.¹⁸

Dois candidatos disputaram as eleições presidenciais de 1983, o justicialista Ítalo Luder e o candidato da União Cívica Radical, Raul Alfonsín, pela União Cívica Radical, sendo este o vencedor das eleições, na qual repudiava a auto-anistia militar, propunha a constituição de um Estado de Direito, marcado pelo pluralismo democrático e com as demandas da cidadania. Pela primeira vez o peronismo foi derrotado eleitoralmente, evidenciando a desconfiança da população com relação a essa corrente política e sindical, a qual atribuíam as responsabilidades pela crise da década anterior.¹⁹

A redemocratização argentina

Restaurada a democracia, os argentinos multiplicaram suas formas de participação cidadã na utilização dos espaços públicos, por meio de atividades políticas e culturais, entre as quais, o teatro e a música, que permitiam encontros coletivos. Intelectuais e artistas exilados retornaram ao país, normalizou-se o funcionamento das universidades e revitalizou-se um pluralismo ideológico, refletido na larga retomada da atividade editorial.²⁰

Na questão militar, Alfonsín editou em 13 de dezembro os Decretos 58 e 157/88, que determinavam a investigação fiscal de terroristas e ex-comandantes e sancionou a Lei 23.040/83, que revogou a Lei de Pacificação Nacional. Em janeiro de 1984 sancionou a Lei 23.049/84 que determinou o julgamento dos ex-comandantes no âmbito da Justiça Militar, mas, perante a negativa do Conselho Supremo das Forças Armadas em julgar os ex-comandantes, os casos foram enviados à Câmara Federal, em outubro de 1984, e em abril de 1985 iniciaram-se os julgamentos, nos quais o general Jorge Rafael Videla e o almirante Emílio Massera foram condenados à prisão perpétua; o general Roberto Viola a dezessete anos de prisão; o almirante Armando Lambruschini a oito anos e o brigadeiro Orlando Agosti a quatro anos e meio, sendo que tramitavam ainda outros 1.600 processos contra militares por violações dos direitos humanos. Os militares pressionaram duramente o governo e Alfonsín enviou ao Congresso, no final de 1986, a Lei do Ponto Final, pela qual concedeu sessenta dias para que os oficiais acusados por delitos contra os direitos humanos fossem processados e

¹⁸ GIRBAL-BLACHA, Noemi M. (Coord). **Estado, Sociedad y Economía en la Argentina (1930 a 1997)**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000. p. 194.

¹⁹ BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve História da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996. p. 80.

²⁰ GIRBAL-BLACHA, op.cit., p. 199.

anistiava os restantes. Assim, a Justiça processou mais de 300 oficiais, entre janeiro e abril de 1987, a fim de que estes não ficassem sob o respaldo da dita lei.²¹

Nesse momento, um grupo de oficiais, liderado pelo tenente-coronel Aldo Rico, veterano da Guerra das Malvinas, promoveu uma rebelião na qual apontaram seu descontentamento com os julgamentos nos quais, segundo eles, os generais estavam colocando toda a responsabilidade dos crimes da ditadura sobre os oficiais subordinados. Com isso, os partidos políticos e as organizações sociais apoiaram a decisão política de Alfonsín de editar a Lei da Obediência Devida, que isentou de responsabilidade os oficiais cuja patente fosse até de coronel.²²

Em relação à política externa o presidente defendeu a democracia, a paz, os direitos humanos, a solidariedade internacional e a independência dos Estados, buscou uma reinserção no cenário internacional para fortalecer as instituições democráticas e resolveu as principais questões pendentes, com o Chile, pelo canal de Beagle e com a Grã-Bretanha, pelas Malvinas.²³

No primeiro caso, através da mediação do Papa João Paulo II, convocou um referendo popular para confirmar o consenso acerca de uma solução pacífica e imediata da questão, obtendo 81% votos favoráveis e somente 17% contrários. Assim, fizeram um acordo no qual dividiram o poder terrestre e marítimo da região. Em relação às Malvinas, Alfonsín recorreu ao debate da questão junto às Nações Unidas, a qual insistiu que as partes iniciassem as negociações, mas a Grã-Bretanha recusou-se a questionar sua soberania sobre o território e o discurso argentino foi deixado em segundo plano.²⁴

Regionalmente, alinhada a países que também haviam retornado à democracia, tais como Uruguai, Brasil e Peru, a Argentina propôs-se a mediar os conflitos na América Central, sobretudo na Nicarágua. Em relação aos Estados Unidos, a relação equalizou-se, pois os estadunidenses apoiaram as diversas tentativas argentinas de estabilização econômica e respaldaram suas instituições democráticas.²⁵

Economicamente a Argentina encontrava-se em profunda crise, com inflação acelerada, alto endividamento externo e um Estado incapaz de responder as necessidades sociais de educação e saúde e reajustes salariais nos setores públicos e privados. Inicialmente, a equipe econômica de Alfonsín procurou prorrogar os prazos dos empréstimos externos e

²¹ BEIRED, op. cit., p. 81.

²² ROMERO, op.cit., p. 251.

²³ Ibid., p. 247.

²⁴ STUART, Ana Maria. Política Externa e Institucionalidade Democrática na Argentina. Uma Trajetória de Desencontros. In: **Política Externa**. Vol. 10, n. 01, Jun-Jul-Ag. 2001, p. 34.

²⁵ ROMERO, op.cit., p. 248.

renegociar as taxas de juros diretamente com os bancos credores, sendo feito uma negociação com o FMI que resultou num acordo, no final de 1984, pelo qual o país assumiu compromissos de ajustes ortodoxos a serem implantados e supervisionados pelo Fundo.²⁶

Da mesma forma que no Brasil, foram lançados planos econômicos como o Austral e Primavera (1988), não obtiveram adesão suficiente dos setores políticos e sociais, que promoveram diversas paralisações e lutas corporativas, mostrando-se ineficazes no controle da inflação e estagnação econômica. Ao mesmo tempo, Alfonsín iniciou uma política de privatizações, desregulamentação no setor de transportes e comunicações e abertura aos investimentos estrangeiros. No início de 1989, o Banco Mundial e o FMI retiraram o apoio à política econômica do governo e a situação ficou insustentável, culminando na derrota governamental nas eleições presidenciais, na qual concorreram o governista Eduardo Angeloz e o justicialista Carlos Saúl Menem, num momento em que as classes sociais mais humildes promoviam assaltos e saques a supermercados, sendo duramente reprimidos. Neste contexto de dissolução social, política e econômica, Alfonsín renunciou em julho de 1989 e transferiu o cargo a Menem seis meses antes do prazo regular.²⁷

Durante a sua campanha, seguindo um discurso conservador popular, Menem apelou para os setores mais abalados da sociedade com a promessa de lutar contra a inflação, aumentar os salários e promover uma revolução produtiva. Essas promessas conferiam um amplo apoio político e tolerância por parte da população prejudicada por suas medidas econômicas.²⁸

Sua vitória significou a primeira sucessão constitucional desde 1928 e a primeira vez, desde 1916, que um presidente entregava o poder ao candidato da oposição. Sem dúvida, uma vitória significativa para a consolidação do regime democrático e republicano. Entretanto, esse êxito encontrava-se apagado em virtude da profunda crise econômica e social que assolava o país.²⁹

²⁶ GIRBAL-BLACHA, op.cit., p. 196.

²⁷ Ibid., p. 212.

²⁸ CANO, op. cit., p. 123.

²⁹ ROMERO, op.cit., p. 269.

1.3 A COORDENAÇÃO POLÍTICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA DÉCADA DE 1980 A PARTIR DA ASSINATURA DE ACORDOS E DECLARAÇÕES CONJUNTAS SOBRE POLÍTICA NUCLEAR

O Acordo de Cooperação entre Brasil e Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear e a abertura do caminho da coordenação política e cooperação estratégica

Iniciada a distensão entre os dois países a partir do Acordo Tripartite, os presidentes procuraram ampliar seus entendimentos. Em maio de 1980 o presidente brasileiro visitou a Argentina com uma delegação, ato que teve um alto significado político, já que o último registro da visita de um presidente brasileiro àquele país fora a de Getúlio Vargas, em 1935. Por sua vez, o general Videla demonstrou que uma das prioridades do seu governo seria a de ampliar as relações entre os dois países, tomando uma série de medidas econômicas, em especial a reativação do funcionamento da Comissão Brasil-Argentina de Comércio (CEBAC).³⁰

A partir deste novo espaço de diálogo aberto entre os dois países, no dia 17 de maio de 1980 assinaram, em Buenos Aires, um **Memorando de entendimento relativo a consultas sobre assuntos de interesse comum** no qual expressaram o desejo de fomentar uma permanente cooperação, reconheceram suas responsabilidades para obter soluções justas e duradouras para os problemas internacionais daquele período, salientaram a importância da consideração conjunta dos interesses dos países em desenvolvimento e, de modo especial, dos temas de interesse para a América Latina, sublinhando o peso do diálogo comum.³¹

Instituíram ainda consultas ministeriais anuais entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina para o exame da “situação internacional e do conjunto de relações dos dois países”, e estabeleceram que poderiam ser criados grupos de estudo ou trabalho para examinar questões específicas. Os encontros seriam alternados nos dois países e seguiriam agendas previamente definidas.³²

³⁰ BANDEIRA, op.cit., p. 430.

³¹ **Memorando de Entendimento Relativo a Consultas Sobre Assuntos de Interesse Comum**. Assinado entre Brasil e Argentina em 17 de maio de 1980, p. 01. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

³² Ibid., p. 02.

Nesta mesma data foi assinado o **Acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina**, destacando o desejo de aprimorar o intercâmbio científico entre os dois países e reconhecendo o papel crescente e vital da ciência e tecnologia e a importância alcançada pelas atividades científicas e tecnológicas, sobretudo na área acadêmica em ambos os países.

O acordo determinava que os dois governos promoveriam a cooperação científica e tecnológica através das seguintes formas:

- a) Os de natureza variada para discussão e troca de informações sobre aspectos relacionados com a ciência e a tecnologia;
- b) Intercâmbio de professores, cientistas, técnicos, pesquisadores e peritos (doravante denominados especialistas);
- c) Troca de informações científicas e tecnológicas e publicação de documentação;
- d) Execução conjunta ou coordenada de programas e projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, aplicação e aperfeiçoamento de tecnologias existentes e/ou desenvolvimento de novas tecnologias;
- e) Criação, operação e/ou utilização de instalações científicas e técnicas, centros de ensino e/ou de produção experimental.³³

A cooperação se realizaria através de Ajustes Complementares, que também determinariam o alcance da difusão da informação oriunda dos programas e projetos de cooperação, sendo que para a operacionalização da cooperação autorizou-se as entidades e instituições científica e tecnológica, inclusas as de natureza acadêmica, públicas ou privadas, de ambos os países, a celebrarem convênios interinstitucionais destinados a ações de cooperação recíprocas.³⁴

Instituiu-se uma Comissão Mista de Ciência e Tecnologia com a função de considerar os temas da política científica e tecnológica do acordo, examinar as atividades dele decorrentes e fazer recomendações a ambos os governos quanto ao seu aperfeiçoamento e firmou-se a realização de simpósios anuais, entre os especialistas brasileiros e argentinos, para a discussão de temas de interesse comum no campo da ciência e da tecnologia.³⁵

Assinados os dois documentos destacados, o primeiro foco de abordagem dentro da cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Argentina foi o campo da energia nuclear, que até aquele momento fora motivo de desconfiança mútua. Simultaneamente à assinatura do Memorando e do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, firmou-se, no dia 17 de maio de 1980, o **Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do**

³³ **Acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina.** Assinado entre Brasil e Argentina em 17 de maio de 1980, Artigo I. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_185_690.htm>. Acesso em 27fev. 2011.

³⁴ Ibid., Artigos II, III e VI.

³⁵ Ibid., Artigos VIII e IX.

Brasil e da República Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.

No preâmbulo do documento os dois países defenderam o direito de desenvolvimento e utilização da energia nuclear para fins pacíficos, reconheceram que o desenvolvimento da energia nuclear era um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico e social brasileiro e argentino e que ambas as nações realizavam esforços para incorporarem o domínio dessa tecnologia. Pelo acordo as Partes se comprometeram a cooperar na área da energia nuclear, segundo as necessidades e prioridades de seus respectivos programas nacionais e conforme os compromissos internacionais por ela assumidos. Estabeleceram que a cooperação dar-se-ia nos seguintes campos:

- a) pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de reatores de pesquisa e de potência, incluindo as centrais nucleares;
- b) ciclo do combustível nuclear, incluindo a prospecção e exploração de minerais nucleares e a fabricação de elementos combustíveis;
- c) produção industrial de materiais e equipamentos e prestação de serviços;
- d) produção de radioisótopos e suas aplicações;
- e) proteção radiológica e segurança nuclear;
- f) proteção física do material nuclear;
- g) pesquisa básica e aplicada relativa aos usos pacíficos da energia nuclear e
- h) demais aspectos científicos e tecnológicos referentes ao uso pacífico da energia nuclear que as Partes considerassem de interesse mútuo.³⁶

Como meio de operacionalizar a cooperação previu-se:

- a) assistência recíproca para a formação e capacitação de pessoal científico e técnico;
- b) intercâmbio de técnicos e de professores para cursos e seminários;
- c) concessão de bolsas de estudo;
- d) consultas recíprocas sobre problemas científicos e tecnológicos;
- e) formação de grupos mistos de trabalho para a realização de estudos e projetos concretos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico; f) fornecimento recíproco de equipamentos, materiais e serviços relativos aos campos assinalados anteriormente e
- g) intercâmbio de informações relativas aos campos assinalados anteriormente.³⁷

Estabeleceu-se que cada país designaria órgãos competentes para firmar convênios de aplicação em que seriam estabelecidas as condições e modalidades específicas da cooperação, podendo, inclusive, formar entidades conjuntas para a condução técnica e econômica dos projetos acordados.³⁸

³⁶ **Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.** Assinado entre Brasil e Argentina em 17 de maio de 1980, Artigo III, parágrafo 01. Disponível em <http://www.abacc.org/port/acordos_declaracoes/doc/acordo_de_coop_br_e_ar_para_des_e_aplic_portugues.pdf>. Acesso em 27 fev. 2011.

³⁷ Ibid., Artigo III, parágrafo 02.

³⁸ Ibid., Artigo IV.

Além disso, as Partes poderiam usar livremente toda a informação trocada, exceto se houvesse sido estabelecidas condições ou reservas a respeito do seu uso ou difusão. Definiram-se também facilidades para o fornecimento recíproco, mediante transferência, empréstimo, arrendamento e venda de materiais nucleares, equipamentos e serviços necessários para a realização dos programas conjuntos e de seus programas nacionais de desenvolvimento no campo da utilização da energia atômica, ficando essas operações, porém, sujeitas às suas respectivas disposições legais.³⁹

O documento previu ainda que “todo material e ou equipamento fornecido por uma das Partes à outra, ou de qualquer material derivado do uso daquele material ou utilizado em um equipamento fornecido em virtude deste acordo”, somente poderia ser utilizado para fins pacíficos e que os dois países celebrariam com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) acordos de salvaguardas.⁴⁰

A vigência inicial do acordo ficou definida por dez anos, entrando em vigor após a troca de instrumentos de ratificação, e prorrogar-se-ia por períodos sucessivos de dois anos, salvo manifestação expressa de uma das Partes.

Para concretizar as propostas foram assinados, ainda no dia 17 de maio de 1980, mais três documentos de destacada importância. O primeiro deles foi o **Convênio de Cooperação entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA)**. Na abertura do documento reconheceram o interesse comum pela investigação científica em matéria de energia nuclear e pelo fomento à utilização de radioisótopos e da radiação, além do interesse de ambas as comissões no aperfeiçoamento da regulação e na tecnologia da segurança nuclear e na proteção radiológica, além da constante melhoria das normas e técnicas adequadas para o licenciamento de instalações nucleares. Destacou-se que, mediante o estabelecido no artigo IV do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, que autorizava organismos competentes de cada uma das Partes a celebrarem convênios de aplicação, as duas comissões empreenderiam o primeiro convênio. Assim, definiram que a cooperação compreenderia:

- a) investigação básica e aplicada no campo nuclear (física, química, metalurgia, biologia, geologia, engenharia, etc.);
- b) investigação básica e aplicada sobre conceitos de reatores e ciclos de combustíveis nucleares;
- c) produção de radioisótopos e moléculas marcadas e suas aplicações;
- d) normas e técnicas de licenciamento de instalações nucleares;

³⁹ Ibid., Artigos V e VI.

⁴⁰ Ibid., Artigo VII.

- e) segurança nuclear e proteção radiológica;
- f) proteção física do material nuclear;
- g) evacuação de dejetos radioativos;
- h) informação nuclear e
- i) aspectos legais e jurídicos da energia nuclear.⁴¹

Convencionou-se que a cooperação seria desenvolvida por instituições públicas ou privadas de ambos os países e canalizada por meio da CNEN e CNEA, que facilitariam a participação que poderia caber a elas nos projetos conjuntos de aplicação do convênio. Como forma de desenvolver a cooperação previu-se:

- a) assistência recíproca para a formação e a capacitação de pessoal científico e técnico;
- b) intercâmbio de técnicos ;
- c) intercâmbio de professores para cursos e seminários;
- d) bolsas de estudos;
- e) consultas recíprocas sobre problemas científicos e tecnológicos;
- f) formação de grupos mistos de trabalho para a realização de estudos e projetos concretos;
- g) intercâmbio de informações;
- h) outras formas de trabalho que se acordassem.⁴²

A execução do convênio seria realizada através de contratos e outros instrumentos firmados no contexto do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Finalmente, definiram ao longo do documento uma série de detalhes quanto à troca de pessoal científico e técnico, a responsabilidade por danos, os direitos de patentes, a utilização das informações trocadas, além da previsão da transferência, empréstimo, arrendamento e venda de materiais nucleares e serviços necessários para a realização de programas conjuntos e de seus programas nacionais de desenvolvimento no campo da energia atômica para fins pacíficos. Estabeleceram reuniões anuais e que a vigência do Convênio seria de dez anos, renovando-se por períodos sucessivos de dois anos, salvo disposição contrária de alguma das Partes.

O segundo documento assinado após o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear foi o **Convênio de Cooperação entre Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (NUCLEBRÁS) e a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA)**. As Partes destacaram o interesse comum no desenvolvimento de tecnologias e atividades industriais da utilização de energia nuclear com fins pacíficos e as possibilidades abertas na nova fase de cooperação e dispuseram-se a cooperar nas seguintes áreas:

⁴¹ **Convênio de Cooperação entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA)**. Assinado entre CNEN e ABEA em 17 de maio de 1980, Artigo I. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁴² Ibid., Artigo II.

- a) pesquisa aplicada ao campo núcleo elétrico;
- b) prospecção e exploração de urânio;
- c) minério de urânio;
- d) produção de urânio;
- e) fabricação de circuitos;
- f) serviços de enriquecimento de urânio;
- g) fabricação de elementos combustíveis;
- h) projeto, construção e operação de centrais nucleares;
- i) estudos sobre localização de centrais nucleares;
- j) fornecimento de serviços, materiais e equipamentos;
- k) integração da indústria nacional de cada Parte;
- l) aspectos legais e jurídicos da nucleoeletricidade.⁴³

Para operacionalizar a cooperação determinou-se:

- a) assistência recíproca para a preparação de pessoal profissional e técnico;
- b) intercâmbio de técnicos;
- c) consultas recíprocas sobre problemas tecnológicos;
- d) formação de grupos mistos de trabalho para a realização de estudos e projetos concretos;
- e) operações comerciais de transferência, empréstimo, arrendamento e vendas ;
- f) intercâmbio de informação;
- g) outras formas apropriadas de trabalho que as Partes convenham para casos específicos.⁴⁴

Ao longo do documento foram especificados detalhes acerca do intercâmbio de pessoal profissional e técnico, as responsabilidades por danos, os direitos de patente, a realização de reuniões anuais e determinou-se que as Partes somente poderiam utilizar livremente a informação trocada, nos casos em que a parte cedente da informação houvesse consentido expressamente o seu uso e difusão. Estabeleceram a duração de dez anos para o Convênio, com renovação automática por períodos sucessivos de dois anos, salvo notificação prévia de uma das Partes.

Finalmente, o terceiro documento assinado após o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear e, em complementação ao Convênio de Cooperação da NUCLEBRÁS e a CNEA, foi o **Protocolo de Cooperação Industrial entre Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (NUCLEBRÁS) da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA)**. Através dele dispuseram-se a celebrar o mais rápido possível, e conforme as necessidades e prioridades de seus respectivos programas, os necessários arranjos comerciais com o objetivo de iniciar a colaboração nos seguintes campos:

- a) Resfriamento: a CNEA se declara em condições de fornecer a NUCLEBRÁS e esta de adquirir daquela, serviços de fabricação de tubos e parte de sistema de refrigeração para

⁴³ **Convênio de Cooperação entre Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (NUCLEBRÁS) e a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA)**. Assinado entre NUCLEBRÁS e CNEA em 17 de maio de 1980, Artigo I. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁴⁴ Ibid., Artigo II.

aplicações nucleares, especialmente as relacionadas com a fabricação de elementos combustíveis. Tais serviços começarão em 1983, para a preparação de até 250 toneladas a partir da capacidade adquirida pela NUCLEBRÁS e poderá chegar a 350 toneladas, incluindo o envio de matéria prima, a partir de 1986, em ambos os casos, segundo um cronograma de entregas anuais a convencionar-se.

b) Concentrado de Urânio: a CNEA está disposta a arrendar até 240 toneladas de U₃O₈, e entregar a razão de 129 toneladas anuais, em 1981 e 1982.

c) Tratamento de mineral: a CNEA se propõe a repassar à NUCLEBRÁS toda a tecnologia do processo e projeto, assim como toda a experiência de execução de que dispunha na área de beneficiamento do mineral de urânio por levitação em pilha.⁴⁵

Transcorridos alguns meses da assinatura dos documentos de cooperação destacados acima, foram assinados em Brasília mais três documentos importantes para a execução do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. O primeiro deles, assinado no dia 15 de agosto de 1980, foi o **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Pesquisa Científica e Tecnológica**. Nele reconheceu-se a importância da cooperação científica e tecnológica entre os dois países e o desejo de intensificar a cooperação e de desenvolver o intercâmbio entre eles. O Brasil designou como entidade responsável pela execução do Ajuste Complementar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e aos argentinos a Secretaria de Estado de Ciências e Técnica (SECYT) e o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET). Definiu-se que estas entidades promoveriam a cooperação no campo da pesquisa científica e tecnológica das seguintes formas:

- a) intercâmbio de cientistas, pesquisadores, técnicos e professores, tendo como objetivos a pesquisa, a formação de quadros de cientistas, consultas e troca de experiências;
- b) realização de projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica, com vista à solução de problemas de interesse recíproco;
- c) concessão de bolsas de estudo, de especialização e de aperfeiçoamento de nível técnico e de pós-graduação;
- d) intercâmbio de informação científica e tecnológica;
- e) organização e realização de cursos, conferências, seminários, simpósios e colóquios sobre temas de interesse comum;
- f) intercâmbio de materiais e equipamentos científicos necessários à realização dos programas e projetos conjuntos;
- g) qualquer outra modalidade convencionadas pelas Partes em instrumentos complementares.⁴⁶

⁴⁵ **Protocolo de Cooperação Industrial entre Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (NUCLEBRÁS) da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA)**. Assinado entre NUCLEBRÁS e CNEA em 17 de maio de 1980, parágrafo I. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁴⁶ **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Pesquisa Científica e Tecnológica**. Assinado entre Brasil e Argentina em 15 de agosto de 1980, Artigo II. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Definiu-se ao longo do documento que as entidades responsáveis por sua execução estabeleceriam programas de cooperação conjuntos através de reuniões e que estes deveriam ser revistos e complementados anualmente e uma série de detalhes quanto às ações e medidas administrativas, técnicas e burocráticas para o intercâmbio dos especialistas e para o desenvolvimento de suas atividades. Ficou estabelecido que o Ajuste Complementar era de duração ilimitada, a não ser que uma das Partes comunicasse a outra, por via diplomática, sua decisão de denunciá-lo. Nesse caso a denúncia surtiria efeito seis meses após a data de notificação e os programas e projetos em execução não seriam afetados, salvo se as Partes conviessem de modo diferente.

O segundo documento, de 20 de agosto de 1980, foi o **Protocolo de Execução n.º 1 entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA) para a cooperação no campo da formação de recursos humanos no setor nuclear**. Considerando a função de cada um dos organismos dos países em promover e incentivar a capacitação de pessoal técnico e científico em todos os setores públicos e privados relacionados com a energia nuclear, a CNEN e a CNEA reafirmaram o interesse de ambas as instituições em concretizar a cooperação integrada para a formação de recursos humanos capacitados como meio de alcançarem os objetivos da auto-suficiência no desenvolvimento da energia nuclear com fins pacíficos. Pelo documento, propuseram-se a cooperar estreitamente na promoção e estímulo para a formação científica e técnica de recursos humanos em instituições públicas e privadas do setor nuclear nos seus respectivos países. Para tanto, se dispuseram a nomear, em seu âmbito doméstico, um coordenador e um suplente com a responsabilidade de constituir um grupo executivo que promoveria:

- 1) o aproveitamento conjunto de cursos ou programas de formação de recursos humanos em andamento em cada país, quando resultem de interesse comum;
- 2) a identificação de necessidades comuns de formação de recursos humanos que não se encontrassem cobertas em nenhum dos dois países;
- 3) a organização conjunta de programas de formação de recursos humanos que, mediante cursos, seminários, reuniões de trabalho ou outros meios de capacitação, acordados pelas Partes, permitam suprir as necessidades comuns, aproveitando na medida do possível, a infraestrutura existente em ambos os países.⁴⁷

⁴⁷ **Protocolo de Execução n.º 1 entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA) para a cooperação no campo da formação de recursos humanos no setor nuclear**. Assinado entre CNEN e CNEA em 20 de agosto de 1980, Artigo II. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Quanto ao prazo de vigência do Protocolo de Execução n. 1 acordaram um período de dez anos, prorrogáveis sucessivamente por períodos de dois anos, salvo notificação prévia de uma das Partes.

O terceiro documento assinado, também em 20 de agosto de 1980, foi o **Protocolo de Execução n.º 2 entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA) sobre Informação Técnica**. As Comissões reconheceram a conveniência de unificar coordenadamente os esforços que as instituições realizavam para cobrir as suas necessidades na área de informação técnica e comprometem-se a colaborar quanto ao sistema internacional de informações nucleares (INIS), através de:

- a) fornecimento recíproco de documentos bibliográficos;
- b) utilização conjunta de bases de dados bibliográficos e dos correspondentes serviços de documentação;
- c) desenvolvimento conjunto de sistema de computação para gestão, administração e informação;
- d) intercâmbio de informações sobre os desenvolvimentos que ambas as instituições realizassem no campo da documentação e do processamento de dados;
- e) outras ações conjuntas que se estimem de mútuo benefício.⁴⁸

Ao longo do documento as Partes estabeleceram, como forma de promover o fornecimento recíproco de documentos bibliográficos, a troca de informações relativas aos documentos e coleções de material bibliográfico de que cada uma dispunha. Em relação ao desenvolvimento conjunto de sistema de computação para gestão, administração e informação previram o intercâmbio de informações sobre os sistemas que no momento estavam implantados ou em desenvolvimento e empreenderiam estudos referentes aos sistemas de processamento de gestão e informação que pudessem ser de uso comum ou adaptados aos respectivos sistemas de computadores, considerando a possibilidade de realizarem desenvolvimentos conjuntos. Determinou-se um prazo de vigência de dez anos, prorrogável automaticamente por períodos de dois anos, salvo notificação prévia de uma das Partes.

A Declaração de Iguaçu como marco da coordenação política entre Brasil e Argentina

Em 30 de novembro de 1985, na cidade de Foz de Iguaçu, os presidentes brasileiro, José Sarney, e argentino, Raul Alfonsín, assinaram a Declaração de Iguaçu, documento que

⁴⁸ **Protocolo de Execução n.º 2 entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA) sobre Informação Técnica**. Assinado entre CNEN e CNEA em 20 de agosto de 1980, Artigo I. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

sintetizou o entendimento entre os dois países em relação às condições sócio-político-econômicas regionais e internacionais e através do qual demonstraram que não cabia na relação entre ambos as antigas desconfianças e rivalidades, sendo o caminho estabelecido o da ampliação da cooperação política. A partir desse documento, os níveis de cooperação e integração nas relações entre Brasil e Argentina aprofundaram-se no campo econômico, científico e tecnológico.⁴⁹

Na Declaração os presidentes manifestam opiniões sobre temas de interesse comum, sendo este o primeiro ato formal, após um longo período de divergência política, no qual os dois países se empenharam publicamente a adotar a solidariedade entre si e com os demais países do continente. Analisando a situação econômica da região destacaram o peso da dívida externa como um dos problemas comuns e propuseram-se a buscar soluções conjuntas:

(...) é urgente a necessidade de que a América Latina reforce seu poder de negociação com o resto do mundo, ampliando sua autonomia de decisão e evitando que os países da região continuem vulneráveis aos efeitos das políticas adotadas sem a sua participação. Portanto, resolveram conjugar e coordenar os esforços dos respectivos Governos para revitalização das políticas de cooperação e integração entre as Nações latino-americanas.⁵⁰

Em relação à cooperação econômica bilateral, definiram a criação de uma Comissão Mista de Alto Nível para integração econômica, presidida pelos seus Ministros das Relações Exteriores e composta de representantes governamentais e dos setores empresariais dos dois países, para examinar e propor programas, projetos e modalidades de integração econômica.⁵¹

Os dois presidentes também manifestaram a disposição de revitalizar a Organização dos Estados Americanos (OEA) e fortalecer os princípios que regiam as relações hemisféricas. Contrariando os propósitos estadunidenses, defenderam a autonomia política e o princípio da não-intervenção, com respaldo às soluções pacíficas em relação à situação política da América Central. Assinalaram a importância do Atlântico Sul para os sul-americanos e africanos e expressaram oposição a qualquer tentativa de transferir para a região, que deveria ser preservada como zona de paz e cooperação, tensões do conflito Leste/Oeste, especialmente aquelas relacionadas às medidas de militarização. Finalmente, em relação à região da Bacia do Prata, histórica área de desentendimentos e de conflitos,

⁴⁹ SILVA, Paulo Sérgio da. **Brasil e Argentina: a superação da lógica da desconfiança mútua e a construção da coordenação política e da cooperação estratégica e militar**. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2006. (Tese de Doutorado em História). p. 230.

⁵⁰ **Declaração de Iguazu**. Assinada entre Brasil e Argentina em 30 de novembro de 1985, parágrafo 08. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁵¹ Ibid., parágrafo 15.

dispuseram-se a ações de cooperação bilaterais e multilaterais como meio de assegurar o seu desenvolvimento social e econômico.⁵²

A respeito das Ilhas Malvinas, o presidente Sarney reiterou o apoio brasileiro aos direitos de soberania argentina sobre o arquipélago, sublinhando a importância de uma solução pacífica para a controvérsia e sua confiança em que se reiniciassem as conversações entre as partes, nos termos das resoluções pertinentes aprovadas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da OEA. O presidente Alfonsín, manifestando a sua satisfação por esta posição, externou o reconhecimento de seu governo pela atuação do Brasil em seu caráter de potência protetora dos interesses argentinos junto a Grã-Bretanha.⁵³

Ao longo do documento destacaram ainda a disposição de promover a complementação crescente entre os dois países nos setores de energia, transportes e comunicação como forma de ampliar a integração efetiva, gerando benefícios mútuos nos planos técnico, econômico, financeiro e comercial.

Finalmente, em relação à cooperação científica e tecnológica, os presidentes destacaram suas convicções de que a ciência e a tecnologia desempenhavam um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social, assinalando a importância do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica de 1980. Destacando o processo de redemocratização vivido pelos dois países, felicitaram a assinatura, a que procederam na mesa data, da Declaração Conjunta sobre Política Nuclear que, segundo eles, consubstanciava os propósitos pacíficos dos programas de desenvolvimento de seus países no campo nuclear e inseria-se nas melhores tradições de cooperação e paz que inspiravam a América Latina.⁵⁴

As Declarações Conjuntas sobre Política Nuclear e o estabelecimento de uma nova fase de cooperação entre Brasil e Argentina

Na mesma data da Declaração de Iguaçu, 30 de novembro de 1985, os presidentes brasileiro e argentino assinaram também a **Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear**, documento pelo qual coordenaram os seus discursos num campo que até recentemente fora um dos pontos de desconfiança mútua. Dispuseram-se a trabalhar em conjunto neste setor, declarando a cooperação como uma política de Estado.

⁵² Ibid., parágrafos 10, 11, 12 e 13.

⁵³ Ibid., parágrafo 14.

⁵⁴ Ibid., parágrafo 31.

Os presidentes destacaram o seu entendimento comum de que a ciência e a tecnologia nucleares eram fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de ambos os países, que se empenhavam durante anos na pesquisa e estudo da aplicação da energia nuclear para fins pacíficos. Destacaram que a cooperação entre as duas nações multiplicaria os benefícios recíprocos e permitiria que Brasil e Argentina enfrentassem juntos as crescentes dificuldades encontradas no cenário internacional para a aquisição de equipamentos e materiais nucleares. Desta forma, declararam sua decisão de:

Criar um Grupo de Trabalho Conjunto sob a responsabilidade das Chancelarias Brasileira e Argentina, integrado por representantes das respectivas comissões e empresas nucleares, para o fomento das relações entre os dois países nessa área, a promoção de seu desenvolvimento tecnológico nuclear e a criação de mecanismos que assegurem os superiores interesses da paz, da segurança e do desenvolvimento da região, sem prejuízo dos aspectos técnicos da cooperação nuclear que continuarão sendo regidos pelos instrumentos vigentes.

Com base nos objetivos acima mencionados, os dois Presidentes instruíram as respectivas Chancelarias para que convoquem uma reunião do Grupo de Trabalho no prazo de 120 dias, para examinar os procedimentos que conduzam a implementação da presente Declaração.⁵⁵

No ano seguinte, em 10 de dezembro de 1986, na cidade de Brasília, os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín publicamente confirmaram sua satisfação com a cooperação nuclear através da assinatura de uma nova **Declaração Conjunta sobre Política Nuclear**. Expressaram seu contentamento com os resultados alcançados nas reuniões do grupo de Trabalho conjunto e ressaltaram a crescente cooperação feita através de projetos conjuntos a longo prazo, que tornaram-se importantes para fortalecer a confiança recíproca e ampliar o conhecimento acerca das capacidades tecnológicas de cada país. Pelo documento, os presidentes comprometeram-se a:

5. Intensificar a prática de intercâmbio de visitas, informações e consultas sobre aspectos relativos ao desenvolvimento tecnológico, à segurança e proteção radiológica e a outras questões relevantes dos respectivos programas nucleares;
6. Fortalecer a coordenação de posições políticas no âmbito internacional para a defesa de interesses comuns e para preservar a região do risco de introdução de armas nucleares;
7. Estimular a participação empresarial em projetos industriais vinculados à área nuclear, de interesse para os dois países.⁵⁶

Na mesma data, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré e o Chanceler argentino, Dante Caputo, como representantes legais de seus respectivos países, assinaram o **Protocolo n. 17 de Cooperação Nuclear**, levando em consideração os

⁵⁵ **Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear**. Assinada entre Brasil e Argentina em 30 de novembro de 1985. p. 02. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁵⁶ **Declaração Conjunta sobre Política Nuclear**. Assinada entre Brasil e Argentina em 10 de dezembro de 1986. p. 02. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil..

objetivos estabelecidos no Acordo de Cooperação entre Brasil e Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear e o Convênio de Cooperação entre a CNEN e a CNEA, ambos assinados em 17 de maio de 1980.

Através do Protocolo, aprofundaram o interesse de ampliação e autonomia de seus programas nucleares com as seguintes decisões:

1. Cooperar para o desenvolvimento conjunto de elementos combustíveis de alta densidade para reatores de pesquisa.
2. Cooperar em matéria de detectores, eletrônica e instrumentação nuclear, para o desenvolvimento conjunto de projetos para a aquisição recíproca, em bases preferenciais, dos equipamentos já desenvolvidos em cada uma das Partes. Para alcançar este último objetivo, as Partes se comprometem a prestar informações recíprocas sobre suas disponibilidades.
3. Cooperar para o desenvolvimento conjunto ou complementar em matéria de enriquecimento de isótopos estáveis.
4. Apoiar a cooperação entre as diferentes instituições de ambos os países encarregadas de desenvolver pesquisas sobre física nuclear e física de plasma, com vistas ao estabelecimento de programas conjuntos.
5. Cooperar para o desenvolvimento e implantação de técnicas de salvaguardas à luz dos compromissos assumidos por ambas as Partes junto a Agência Internacional de Energia Atômica.
6. Estudar a viabilidade técnica e econômica do desenvolvimento conjunto, a longo prazo, de um reator rápido de demonstração.⁵⁷

Posteriormente, José Sarney – na ocasião de sua inédita visita às instalações argentinas da Usina de Enriquecimento de Pilcaniyeu, uma retribuição a visita recebida no Brasil de Raul Alfonsín no Centro Experimental De Aramar, em Iperó – assinou com o presidente daquele país, na cidade de Viedma, no dia 17 de julho de 1987, mais uma **Declaração Conjunta sobre Política Nuclear**, tendo em vista os compromissos assumidos em Foz do Iguaçu e em Brasília.

Ao longo do documento, os presidentes destacaram com veemência o compromisso de ambas as nações utilizarem a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos. Reiteraram a sua satisfação pelos significativos avanços alcançados nas reuniões periódicas do Grupo de Trabalho Conjunto sobre Política Nuclear, estabelecido na Declaração de Iguaçu, o que promoveu um amplo intercâmbio de informações de interesse comum e de experiências decorrentes dos projetos bilaterais no campo nuclear. Ressaltaram os progressos alcançados no aperfeiçoamento legal e técnico da cooperação nuclear e, finalmente, assinalaram a importância das reuniões empresariais que evidenciavam a ativa participação de empresas públicas e privadas no processo de vinculação nuclear.

⁵⁷ **Protocolo n. 17 de Cooperação Nuclear.** Assinado entre Brasil e Argentina em 10 de dezembro de 1986. p. 01-02. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Finalmente, houve um avanço importante nesta Declaração, a determinação de que o Grupo de Trabalho Conjunto fosse transformado em Comitê Permanente, com o objetivo de empreender e coordenar iniciativas nas áreas política, técnica e empresarial do setor nuclear. Estabeleceram-se reuniões a cada 120 dias, alternadamente no Brasil e Argentina, que tratariam dos temas de interesse mútuo na área nuclear.⁵⁸

Em 08 de abril de 1988 os governos brasileiro e argentino firmaram a **Declaração de Iperó – Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear**. Destacando os compromissos assumidos nas declarações anteriores, reiteraram sua opinião acerca do direito inalienável de qualquer nação a desenvolver, sem restrições, seus programas nucleares para fins pacíficos e seu contentamento pelos avanços alcançados na cooperação nuclear, especialmente nos campos de técnicas de salvaguardas, segurança nuclear, reatores rápidos, intercâmbio de informações e fornecimento recíproco de equipamentos e materiais.⁵⁹

Ressaltaram o papel das visitas presidenciais recíprocas na consolidação da confiança mútua, bem como o posicionamento conjunto de suas opiniões frente às principais questões internacionais na área nuclear, desejando que a cooperação se estendesse a todos os países latino-americanos.

Nesta Declaração Brasil e Argentina decidiram aperfeiçoar os mecanismos de cooperação política e técnica existentes, através do incremento de visitas e intercâmbio de informações, com o objetivo de ampliar o conhecimento recíproco dos respectivos programas nucleares, de forma a otimizar a complementaridade tecnológica e aprofundar a confiança recíproca.⁶⁰

Alguns meses depois José Sarney e Raúl Alfonsín assinaram o último documento na área nuclear daquela década, a **Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear – Declaração de Ezeiza**, feita em Buenos Aires, em 29 de novembro de 1988.

Nesse documento, os dois presidentes, no mesmo espírito das declarações de Iguaçu, Brasília, Viedma e Iperó, sublinharam a vocação pacífica que animava os seus respectivos programas nucleares e a firme convicção nos benefícios econômicos e sociais que os mesmos aportavam. Salientaram as suas satisfações, no quadro dos protocolos e anexos vigentes, pelos empreendimentos e êxitos obtidos a partir da ação do Grupo de Trabalho e do Comitê Permanente sobre Política Nuclear.

⁵⁸ **Declaração Conjunta sobre Política Nuclear**. Assinada entre Brasil e Argentina em 17 de julho de 1987. p. 02. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁵⁹ **Declaração de Iperó – Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear**. Assinada entre Brasil e Argentina em 08 de abril de 1988. p. 01. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 02.

Destacaram a decisão de ambos os países de desenvolver um projeto conjunto em matéria de reatores regeneradores, passo decisivo para o aprimoramento dos recursos materiais, técnicos e científicos dos dois países na área nuclear, bem como a importância deste projeto no quadro dos objetivos comuns de garantir a independência energética, em vista das necessidades que decorriam dos seus planos de desenvolvimento para o século XXI.⁶¹

Finalmente, felicitaram a visita do presidente José Sarney às instalações do Laboratório de Processos Radioquímicos da Comissão Nacional de Energia Atômica, em Ezeiza, destacando o desenvolvimento tecnológico argentino no fechamento do ciclo do combustível dos reatores térmicos e no início da nova geração de reatores que, juntamente com outros êxitos dos setores nucleares dos dois países, contribuiriam para o projeto conjunto referente a reatores rápidos e regeneradores, e comprometeram-se a continuar incentivando, através do Comitê Permanente sobre Política Nuclear, o estreito contato político, os projetos conjuntos e o intercâmbio de informações, experiências e visitas técnicas, como meio de assegurar o aperfeiçoamento definitivo dos mecanismos de cooperação no campo nuclear e permanecer com os princípios da amizade e compromisso com a paz e desenvolvimento.⁶²

⁶¹ **Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear – Declaração de Ezeiza.** Assinada entre Brasil e Argentina em 29 de novembro de 1988. p. 02. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁶² *Ibid.*, p. 02.

CAPÍTULO 3

A CONSOLIDAÇÃO DA COORDENAÇÃO POLÍTICA E DA COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA NA ÁREA NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA DÉCADA DE 1990

1.1 A SUBORDINAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA FRENTE AOS DESAFIOS DA PERMANENTE CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

O governo de Fernando Collor de Mello

Ao final de 1989 a persistência da crise econômica e política resultou na divisão política partidária do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do qual nasceu o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), voltado a um discurso progressista, moralista e social democrata. Em virtude desta divisão interna e da consequente divisão de votos, nas eleições presidenciais daquele ano os vitoriosos foram candidatos de partidos de menor expressão eleitoral, Luíz Inácio Lula da Silva, do Partido dos trabalhadores (PT), e Fernando Collor de Mello, do inexpressivo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que passaram à disputa do segundo turno, da qual Collor de Mello saiu vencedor.

Diante das elites conservadoras e da classe média, o novo presidente da República apresentou-se como o salvador de uma sociedade em crise, com princípios voltados para a defesa da moralidade política e modernização econômica, social e política do país, atacando diretamente a continuidade no poder das elites políticas, a espoliação das multinacionais e a inoperância da máquina pública, ocupada por funcionários corruptos e detentores de elevados salários. Collor apresentou um projeto nacional bem definido, em termos internos e externos, e fez uso de sua imagem política como um homem jovem, rico e conhecedor da política para projetar-se como um líder capaz de solucionar os problemas da política brasileira.¹

Ao assumir a presidência, implantou um novo plano econômico, conhecido como Plano Collor, com a finalidade de ajustar a crise cíclica da economia brasileira. Entretanto, com o propósito de cortar as demandas, a equipe responsável determinou o sequestro de todas as reservas líquidas, inclusive os depósitos, a vista e na poupança, pelo período de um ano e meio, o que ocasionou uma profunda recessão do sistema financeiro. Determinou-se ainda a substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro, o congelamento de preços e salários por um ano, o estabelecimento de rígida política de negociação de salários, ajustes nos gastos públicos e na arrecadação, com medidas fiscais de combate à sonegação, aumento de tributos, cortes em subsídios e gastos, além da definição de metas de superativ.

¹ CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000. p. 228.

Num primeiro momento, a inflação respondeu de modo satisfatório, mas ao longo do ano do ano de 1990 aumentou significativamente, o que culminou na implantação, em janeiro de 1991, do Plano Collor II, com medidas tais como o congelamento de preços por prazo indeterminado, unificação das datas bases de reajuste dos salários privados, adoção da *tablita* para contratos, reajuste de 60% das tarifas e preços públicos e a criação de vários fundos de aplicação financeira. O governo também impôs uma reforma fiscal de emergência com a atualização do valor patrimonial de empresas, antecipação do pagamento do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e a criação da UFIR como unidade de correção tributária.

Com o transcorrer dos meses, paulatinamente ficou claro que os dois planos econômicos não deram resultado e Collor ficou isolado dentro de sua precária base de apoio político. Em virtude da contínua estagnação, desemprego, confiscos e perdas salariais, os empresários, trabalhadores, elites e classe média faziam duras críticas ao governo e a mídia começou a divulgar atos de corrupção de seu governo.²

Em relação aos militares, Collor tentou impor uma imagem publicitária e política do Estado sem tutela militar, em contraposição ao seu antecessor, José Sarney, através de constantes visitas às unidades militares, discursos aos oficiais e medidas de impacto, visando condicionar as ações militares às determinações do presidente da República. Neste último caso, embora seus propósitos nem sempre se mostrassem seguros e evidentes, merece destaque a desmontagem das iniciativas militares ligadas à ideia do Brasil Potência, em especial o projeto nuclear, quando o presidente fechou, de maneira calorosa e midiática, um poço construído para a realização de testes nucleares, numa área militar localizada na Serra do Cachimbo, estado do Pará, ocasião em que Collor procurou demonstrar a sobreposição do governo aos militares e os compromissos do governo com a restrição para o uso pacífico e o controle das atividades nucleares perante a comunidade internacional.³

Dispôs-se ainda a não empregar a força militar em conflitos sociais, num contexto marcado por uma grave crise econômica e social. Extinguiu o Serviço Nacional de Informação (SNI) e promoveu a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), em face da modificação do estatuto ministerial do Gabinete Militar e do Estado-Maior das Forças Armadas, com o objetivo de diminuir a militarização no nível superior de deliberação e poder do Estado, inclusive na administração do Palácio do Planalto.⁴

² Ibid., p. 230-233.

³ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas: Papirus, 1994. p. 206.

⁴ Ibid., p. 207.

Em relação à política externa, Collor estipulou como objetivo a busca de aquisição de tecnologia de ponta e o aumento de investimentos estrangeiros no país, com o objetivo de capacitar e modernizar a indústria nacional, aprimorando sua competitividade junto aos mercados internacionais. Na tentativa de ampliar a credibilidade internacional brasileira, diminuiu os obstáculos às importações, em contraponto à defasada política de substituição das importações, e iniciou um programa de privatizações das empresas estatais e a renegociação da dívida externa com os credores internacionais.⁵

O presidente adotou integralmente os postulados do Consenso de Washington, mas como não obteve sucesso internamente no controle da inflação, o que melhorava a sua imagem junto aos credores internacionais, eliminou a maioria das taxas de comércio externo, sem estipular contrapartidas dos parceiros comerciais e tampouco resguardar os produtos brasileiros da concorrência externa. Tentou alterar o perfil internacional do Brasil, com a finalidade de atualizar a política externa brasileira de acordo com a nova realidade internacional, melhorar as relações com os Estados Unidos e livrar o país do rótulo de nação do Terceiro Mundo.⁶

O presidente tentou ainda imprimir ao Brasil um papel de liderança no cenário multilateral, com destaque para a participação na Eco-92, a iniciativa de revisão do Tratado de Tlatelolco e o lançamento, na Comissão de Desarmamento das Nações Unidas (UNDC), do debate sobre o intercâmbio internacional de tecnologias sensíveis, a fim de que a comunidade internacional elaborasse um conjunto de diretrizes para a troca internacional de tais tecnologias, desbloqueando esse tipo de transferência para fins pacíficos, em troca de garantias que as mesmas não fossem utilizadas para fins militares.⁷

Neste período o Brasil também aderiu a diversos regimes de controle de armamentos nucleares, armas químicas e biológicas. Em relação aos países da América Latina, seguindo os princípios da Constituição Federal de 1988, Collor buscou ampliar os entendimentos, sendo a maior expressão disso a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), parte de uma efetiva reestruturação estratégica das relações entre Brasil e Argentina dentro dos moldes dos primeiros entendimentos celebrados no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, de 1988, assinados entre os presidentes brasileiro, José Sarney, e argentino,

⁵ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 81.

⁶ Ibid., p. 82.

⁷ SILVA, Paulo Sérgio da. **Brasil e Argentina: a superação da lógica da desconfiança mútua e a construção da coordenação política e da cooperação estratégica e militar**. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2006. (Tese de Doutorado em História). p. 209.

Raúl Alfonsín, cujos preceitos Collor persistiu e ampliou através da assinatura, em 1991, do Tratado de Assunção.⁸

Com o decorrer do desgaste interno da figura do presidente, finalmente, em 1992, graças às investigações de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, tornou-se público um amplo esquema de corrupção que deu sustentação financeira à campanha eleitoral de Collor, evidenciando que a corrupção atingira grande parte do governo, sendo que a reforma administrativa da máquina federal fora realizada para potencializar os ganhos da estrutura de corrupção, baseada na exploração de redes de relações especiais com o presidente e no acesso privilegiado aos mecanismos de decisão, pelo qual empresas canalizavam doações que financiaram não somente a sua campanha, mas também o seu nível de vida. Nesse momento, a autoridade do presidente declinou aceleradamente ante a desagregação política e moral, num ambiente marcado pela retomada do processo inflacionário.⁹

Assim, em setembro de 1992, o Congresso Nacional votou o *impeachment* de Collor e suspendeu seus direitos políticos por oito anos, assumindo o poder o então vice-presidente, Itamar Franco, responsável por cumprir o restante do mandato, até dezembro de 1994.

O governo de Itamar Franco

Na ocasião em que assumiu o poder, Itamar deparou-se com um cenário econômico desconcertante, marcado pela alta inflação. Assim, o grande sucesso de sua administração foi o lançamento do Plano Real, coordenado pelo então Ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso, que deu continuidade ao projeto neoliberal de Collor e o aperfeiçoou. O novo plano econômico freou a inflação graças à criação, em 01 de março de 1994, da Unidade Real de Valor (URV), indexador universal da economia, uma vez que todos os preços eram corrigidos pelo mesmo indexador. Em seguida, efetivou-se a criação de uma moeda não contaminada pela inflação, o Real, que equivalia a uma URV, que por sua vez correspondia a um dólar.¹⁰

A taxa de câmbio entre dólar e real não foi fixada rigidamente, mas foi controlada pelo governo, que deixou o real valorizar-se ante a moeda estadunidense em face da entrada de dólares no país, criando uma situação artificial de valorização da moeda brasileira. A equipe econômica abriu o mercado nacional às importações, o que ampliou a oferta interna de

⁸ Ibid.

⁹ OLIVEIRA, op.cit., p. 234.

¹⁰ CANO, op. cit., p. 229.

produtos a preços constantes, obrigando as empresas a segurarem os seus preços segundo os patamares dos artigos importados, sob pena de perderem espaço para os importados. Isso provocou um déficit na balança de mercadorias, que passou a ser coberto por empréstimos externos e investimentos diretos do exterior.¹¹

No cenário da política externa, Itamar Franco alterou o teor neoliberal por um discurso desenvolvimentista. Prosseguiu no objetivo de ampliar a atuação brasileira em âmbito internacional, através do qual o país sustentou, perante a OEA, a necessidade de fortalecimento da democracia e a abertura da organização a novos temas. Já na ONU defendeu uma agenda voltada para o desenvolvimento e posições não intervencionistas em assuntos como direitos humanos, meio-ambiente e terrorismo, sendo eleito por dois anos consecutivos para o Conselho de Segurança.¹²

Em termos regionais, aprofundou os entendimentos com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, propôs a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) e a reativação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), dando amplo destaque à integração platina e sul-americana. O MERCOSUL ganhou uma dimensão estratégica com aumento significativo do comércio entre os países integrantes. Finalmente, aumentaram-se as visitas presidenciais entre os países fronteiriços, sendo a integração regional convertida em realidade.

Na área da tecnologia sensível, Itamar prosseguiu na política de adesão brasileira aos regimes de controle de desarmamentos, em nome do restabelecimento da confiança internacional na área de segurança e da tradição pacífica do país, aderindo à Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (BWC), em setembro de 1993.¹³

Ao final de seu governo, a combinação da sobrevalorização do real e da deflação dos preços industriais, barateados em virtude da presença dos importados, embora tenha gerado uma série de dificuldades para os produtores nacionais, promovera uma ampla aceitação social, que culminou na candidatura presidencial de Fernando Henrique Cardoso, que anunciava em seu programa desenvolvimento, estabilização e abertura comercial. Com apoio popular, o alinhamento das lideranças conservadoras do país e o setor de comunicações, somada ao financiamento das grandes empresas e bancos, o candidato obteve, em outubro de 1994, vitória em primeiro turno sob o segundo colocado, Luíz Inácio Lula da Silva.¹⁴

¹¹ Ibid., p. 235.

¹² SILVA, op.cit., p. 211.

¹³ Ibid., p. 212.

¹⁴ CANO, op.cit., p. 237.

O governo de Fernando Henrique Cardoso e o alinhamento aos Estados Unidos

Ao assumir o governo em janeiro de 1995 o novo presidente deixou clara opção pela adoção integral das propostas políticas, sociais e econômicas neoliberais propostas pelo Consenso de Washington. Defendeu uma ampla reforma constitucional em busca da quebra dos monopólios estatais, dentre eles o setor petrolífero e das telecomunicações, reforma da Previdência Social e da administração pública, incluindo o fim de direitos e garantias de trabalhadores públicos e privados, além de abrir a economia brasileira ao capital internacional. Com isso, o governo brasileiro desistiu de fazer política internacional própria em nome da governabilidade na construção de regras e instituições favoráveis à expansão das empresas privadas transnacionais na região.¹⁵

Em relação à política externa, Fernando Henrique expandiu o universalismo da política brasileira, aprofundando a integração regional, especialmente com relação ao MERCOSUL, diversificou os parceiros brasileiros nas relações bilaterais, defendeu o multilateralismo junto às organizações econômicas multilaterais e tentou conferir ao Brasil uma posição de destaque no cenário internacional perante a ONU, fazendo uso de dados nacionais como tamanho territorial e contingente populacional.¹⁶

Na busca por inserção multilateral, a proximidade com os Estados Unidos, que sofrera resistência por parte de José Sarney e ganhara força por Collor de Mello, efetivou-se definitivamente com Fernando Henrique, que subordinou a política externa brasileira à política econômica interna, pois, dependente do capital financeiro internacional e aderindo às prerrogativas do Consenso de Washington, o país perdeu sua capacidade de fazer política externa autônoma, subordinando-o às linhas das estratégias estadunidenses.¹⁷

Desta maneira, o discurso e a prática da política externa deixaram de lado, definitivamente, qualquer recurso em favor da persuasão, defendendo a tradição pacifista através da celebração de pactos e tratados internacionais referentes ao desarmamento. Em 1995 o Brasil aderiu ao Regimento de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), uma aceitação voluntária de restrições legais e do regime de controle nas áreas de desarmamento e de tecnologia sensível, sem nenhuma contrapartida, a não ser supostos benefícios para candidatar-se ao Conselho de Segurança da ONU; em 1996 aderiu ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), que previu a proscrição completa de testes nucleares;

¹⁵ CERVO, Amado Cervo. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 45, n. 01, 2002. p. 08.

¹⁶ VIZENTINI, op. cit., p. 94.

¹⁷ FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e Morte do Partido**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 14-16.

em 1997 assinou o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e o ratificou no ano seguinte, marcando definitivamente a alteração da política externa brasileira.¹⁸

Cabe destacar que a resistência brasileira em aderir ao TNP por quatro décadas significava a autonomia brasileira em política internacional e a denúncia das estruturas de poder mundial. Entretanto, no momento em que a Guerra Fria já havia terminado, a sujeição econômica do governo de Fernando Henrique não foi capaz de sustentar a autonomia nacional e a adesão ao MTCR, CTBT e TNP consagrou a concordância brasileira em relação ao congelamento do poder mundial e a sua renúncia no direito de discutir tais questões.¹⁹

¹⁸ SILVA, op.cit., p. 217.

¹⁹ FERREIRA, op. cit. p. 21-22.

1.2 A CRISE ECONÔMICA ARGENTINA E AS MEDIDAS POLÍTICAS ADOTADAS NOS MANDATOS PRESIDENCIAIS DE CARLOS SAÚL MENEM

O apogeu e queda do presidente Carlos Menem

Em julho de 1989 Carlos Menem assumiu a presidência da Argentina num momento econômico de hiperinflação, com moeda desvalorizada e cenário social marcado pela violência e saques a depósitos e supermercados. Diante disso optou por promover reformas neoliberais que previam a redução dos gastos do Estado, eliminando o déficit público e retirando-o da economia, abrindo-a a competição internacional.

O Congresso Nacional da Argentina, induzido pelo prestígio de Menem, aprovou a Lei de Emergência Econômica, que suspendeu subsídios, privilégios e regimes de promoção e autorizou a dispensa de empregados estatais e a Lei de Reforma do Estado que autorizou a privatização de empresas estatais. Determinou-se o fim das restrições às importações e a redução de tarifas e taxas alfandegárias, com aumento de impostos internos.²⁰

Nenhuma destas medidas conteve a hiperinflação em longo prazo, especialmente em decorrência da fragilidade cambial da moeda argentina, até que, ao assumir o Ministério da Economia, Domingo Cavallo adotou um programa de reformas baseado na alteração definitiva da estrutura da economia argentina, através da total privatização das empresas públicas, descentralização das funções do Estado, flexibilização do mercado de trabalho, liberalização da economia, abertura comercial e financeira. A primeira medida adotada foi a aprovação da Lei de Convertibilidade, fixando a paridade cambial, na qual um dólar equivalia a um “novo peso”, e a proibição de que o Executivo emitisse moeda acima das reservas, de forma a garantir tal paridade e evitar novas desvalorizações.²¹

De imediato os resultados do Plano de Convertibilidade foram significativos, a inflação cedeu, encerrou-se a fuga de peso para dólar, os capitais emigrados voltaram, as taxas de juros baixaram, reativou-se a economia e a arrecadação fiscal e divisas geradas pelas privatizações e licitações petrolíferas possibilitaram o resgate dos títulos da dívida pública, favorecendo a retomada da confiança dos credores externos, que possibilitou a assinatura, em 1992, de um acordo com Fundo Monetário Internacional (FMI) para a liberação de

²⁰ ROMERO, Luis Alberto. **Breve Historia Contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001. p. 270-272.

²¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Conflito e integração na América do Sul: Brasil, Argentina e Estados Unidos - da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 486.

empréstimos já aprovados pelo Banco Mundial e pelo banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).²²

Entre 1991 e 1994 a economia argentina viu uma entrada considerável de dólares no país, com os quais o Estado saldou seu déficit, as empresas se reequiparam e os cidadãos ampliaram sua capacidade de consumo, angariando ao presidente Menem um forte apoio político. Neste contexto, o presidente governou de maneira radical e deliberativa, com suborno a militares, submissão do partido justicialista, controle do sindicalismo e neutralização dos adversários políticos. Com isso, lançou-se a uma ambiciosa manobra política propondo a reforma da Constituição Federal para permitir a reeleição presidencial.

Diante de seu peso político, o único a posicionar-se diretamente contra a proposta de Menem foi Raul Alfonsín, mas este acabou cedendo após a assinatura do Pacto de Olivos, em novembro de 1993, em troca de medidas que interessavam a União Cívica Radical. A partir disso, convocou-se a Convenção Constituinte, cujos trabalhos realizaram-se em 1994, sendo integralmente atendidos os propósitos de Menem quanto à reeleição.²³

Nas eleições de 1995, Menem obteve uma vitória expressiva sendo eleito para o segundo mandato. Foi nesse momento que, em virtude de crises econômicas em países emergentes e instabilidades no cenário internacional, os Estados Unidos elevaram as taxas de juros, fazendo com que a dívida externa argentina passasse de 60 bilhões de dólares, em 1992, para 100 bilhões, em 1996. Dependente de capitais externos e das decisões dos investidores, o que se viu na economia argentina foram os efeitos tradicionais, ou seja, aumento das taxas de juros, recessão, desemprego e crise fiscal que exigiam novos ajustes e reformas econômicas internas para que se obtivesse qualquer renovação de crédito externo.²⁴

Ficou claro que o país não havia encontrado um modo sustentável de garantir seu crescimento econômico e inserção no mercado internacional, então Domingo Cavallo iniciou mais uma série de privatizações e restringiu as receitas federais repassadas às províncias, que culminou na resistência dos dirigentes políticos da aprovação da Lei de Orçamento de 1996 e passaram a criticar duramente o ministro, que deixou o cargo em julho de 1996, sendo este ocupado por Roque Fernandez, que presidia o Banco Central. O novo ministro aumentou os preços dos combustíveis e impostos, reduziu o número de empregados públicos, fez cortes no orçamento e acelerou as privatizações pendentes, no caso os correios, aeroportos e Banco

²² ROMERO, p. 273.

²³ GIRBAL-BLACHA, Noemi M. (Coord). **Estado, Sociedad y Economía en la Argentina (1930 a 1997)**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000. p. 223.

²⁴ ROMERO, op.cit., p. 288.

Hipotecário Nacional, tendo como única preocupação melhorar as receitas e equilibrar as contas.²⁵

Diante da evidência de que a economia argentina estava sob dependência das decisões internacionais, o peso e poder político de Carlos Menem começaram a ruir. Em 1996 a aprovação popular de sua administração política e econômica eram de, respectivamente, 22% e 17%, enquanto no início do Plano de Convertibilidade era de 70% e 74%. Nas eleições deste ano houve uma considerável perda de cadeiras de seu partido no Congresso Nacional.²⁶

Ao final dos dois mandatos de Menem, a Argentina via-se imersa em mais uma crise macroeconômica em virtude dos constantes ajustes neoliberais, o Estado estava enfraquecido em suas capacidades de decisão e ação política, vinculado às diretrizes do poder econômico e financeiro global e nas mãos do FMI e Banco Mundial. Em decorrência das privatizações, o setor industrial estatal e as ações sociais foram relegados a segundo plano, ficando o país restrito às agendas internacionais na busca por linhas de crédito e melhoria dos intercâmbios.

A postura de Carlos Menem em relação aos militares e à política externa argentina

Em relação aos militares, Carlos Menem desenvolveu uma política baseada em dois desafios, o primeiro deles era promover a estabilização das relações entre civis e militares e, o segundo, afirmar a subordinação das Forças Armadas à autoridade governamental. Com o compromisso pré-eleitoral com os carapintadas de favorecer uma política conciliatória, embora houvesse uma ampla mobilização social contra essa postura, fez prevalecer o indulto aos ex-comandantes militares e líderes de sublevações presos e condenados durante o governo de Alfonsín. Entretanto, os carapintadas desejavam modificações na condução do Exército e, diante da negativa de Menem, o coronel Mohamed Ali Seineldín, juntamente com outros indultados, promoveram um levante e mataram dois oficiais. Diante da situação o presidente ordenou uma forte repressão aos rebelados e os comandos militares responderam, resultando um conflito com 13 mortos e cerca de 200 feridos, sendo que os responsáveis pelo levante foram julgados e o líder condenado à prisão perpétua.

Na ação destacou-se a liderança do general Martin Balza, o qual Carlos Menem conduziu ao posto de comandante do Exército. O militar dedicou-se de maneira fiel e discreta a submeter definitivamente o Exército aos parâmetros democráticos. Em 1994, diante da morte, ocasionada por maus tratos, de um conscrito do Quartel de Zapala, o presidente

²⁵ Ibid., p. 289.

²⁶ CANO, op. cit., p. 123.

suprimiu o serviço militar obrigatório e o substituiu por um sistema de voluntariado profissional.²⁷

Diante da crise econômica, as Forças Armadas da Argentina sofreram um acentuado corte orçamentário, sendo que em 1994 o gasto militar foi de apenas 1,74% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, os treze complexos industriais estatais que fabricavam, com participação militar, veículos blindados, mísseis antiaéreos e submarinos, tiveram a maior parte de suas empresas privatizadas e as Forças Armadas foram eximidas de seus controles.²⁸

Finalmente, Menem desativou o Projeto Condor II, de amplo interesse tecnológico, científico e estratégico, segundo a ótica militar, ao qual os Estados Unidos posicionaram-se ostensivamente contrários, pressionando com seu peso político e econômico para que houvesse o congelamento e desativação do projeto.

Iniciado em 1982, o Projeto Condor II fora uma iniciativa da Força Aérea Argentina com o objetivo de construir um míssil de médio alcance, capaz de atingir uma distância de mil quilômetros e de transportar uma carga de quinhentos quilos. Para tanto, firmou-se o Consórcio CONSEN, entre a Argentina e a empresa aeroespacial Messerschmidt-Boelko-Blahn, de Munique, responsável pelo aporte de tecnologia e pela obtenção de financiamento do projeto. Dentro desse mesmo projeto, em 1983, a Força Aérea Argentina e o CONSEN firmaram um acordo com o Egito, em que a Argentina lideraria o desenvolvimento do míssil e o Egito construiria as suas próprias instalações para a produção, sendo que, no ano seguinte, o Iraque aderiu ao consórcio e passou a financiar ativamente o projeto.²⁹

Com a ascensão de Menem e a sua reaproximação de Washington, o governo estadunidense passou a exigir sua completa desativação, postura que as Forças Armadas Argentinas consideravam uma interferência à soberania do país, além de um ato discriminatório, pois os Estados Unidos não questionavam a produção e venda de armamentos similares, e até mais complexos, por parte de outras nações, como por exemplo, a França.³⁰

Menem tentou negociar alternativas ao simples abandono do projeto e a destruição do míssil, oferecendo seu compromisso de não exportar tal tecnologia em troca de acordo de cooperação com os Estados Unidos para utilizar a tecnologia desenvolvida com fins civis, além de sugerir também, como barganha pelo fim do projeto militar, a coprodução entre argentinos e estadunidenses do avião de treinamento IA-33 Pampa. Ambas as propostas foram

²⁷ ROMERO, op.cit., p. 383.

²⁸ GIRBAL-BLACHA, op.cit., p. 225.

²⁹ AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e política externa na América Latina**: uma análise a partir da experiência argentina recente. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 97.

³⁰ Ibid., p. 115.

negadas por Washington e Carlos Menem, em abril de 1991, anunciou o congelamento do Projeto Condor II, encerrando a colaboração com o Egito e o Iraque e, em maio do mesmo ano, anunciou sua completa desativação.³¹

Em relação à política externa, Carlos Menem criticou as posturas assumidas anteriormente por Alfonsín, dentre elas o afastamento dos Estados Unidos, especialmente em decorrência de seu apoio ao Projeto Condor II, e a pretensão do ex-presidente em tornar-se líder do Terceiro Mundo. De acordo com Menem, era preciso comportar-se como um país médio e permanecer ao lado da Europa Ocidental e, particularmente, acompanhar unilateralmente os Estados Unidos. Diferentemente dos demais países latino-americanos, Menem alinhou-se favoravelmente na resolução da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas para que fossem investigados abusos contra os direitos humanos em Cuba.³²

Além disso, a Argentina abandonou o movimento dos Países Não Alinhados, encerrou o Projeto Condor II e respaldou todas as posições internacionais estadunidenses, acompanhando-o, mesmo que simbolicamente, no envio de tropas para o Golfo Pérsico e para a Ex-Iugoslávia. O presidente aceitou todas as condições impostas para a renegociação e reestruturação de sua dívida externa e, no campo da Segurança Internacional, ratificou sua participação no Tratado de Tlatelolco e no TNP. Ingressou no MTCR e empenhou-se em participar de operações de paz das Nações Unidas.³³

Em âmbito regional, destacam-se os entendimentos com o Chile, em agosto de 1991, de um ajuste que finalizou todas as divergências territoriais pendentes, demarcando 24 pontos em litígio, embora tenham permanecido dois pontos pendentes, a Laguna do Deserto e o dos Gelos Continentais. As relações entre Argentina e Grã-Bretanha, rompidas desde 1982, foram reatadas em 1992, firmaram-se acordos para estabelecer a troca de informações sobre segurança e controle de navegação marítima e aérea e instalar comunicação entre as ilhas do Canal de Beagle e o continente. No campo militar, acordaram em aumentar os conhecimentos recíprocos das atividades militares no Atlântico Sul, comprometendo-se a informarem reciprocamente qualquer movimento de forças navais, aéreas e terrestres com o objetivo de que nenhuma ação fosse interpretada como hostil.

Outro ato de destaque foi a assinatura de um acordo firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai que instituiu a Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS), que objetivou aperfeiçoar o controle sobre tráfego marítimo na região do Atlântico, através do intercâmbio

³¹ Ibid., p. 98.

³² Ibid., p. 115.

³³ BANDEIRA, op. cit., p. 479.

diário de informações. Cada comando de Comunicação Operativa elaboraria seu próprio relatório com os dados referentes ao tráfego comercial e militar e os comunicaria aos outros três países, permitindo o controle sobre todo o Atlântico Sul, sendo que, uma vez por ano, realizariam exercícios bélicos em conjunto.³⁴

³⁴ SILVA, op. cit., p. 196.

1.3 A CONSOLIDAÇÃO DA COOPERAÇÃO NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA A PARTIR DA CRIAÇÃO DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES (ABACC)

O fim da Guerra Fria e a cooperação como caminho para o desenvolvimento de tecnologia sensível

O término da Guerra Fria provocou uma mudança nos padrões da ordem mundial com o fim bipolaridade que até então sustentava a estrutura internacional. Nesse momento, alguns aspectos destacaram-se, tais como a preponderância do capitalismo sobre o socialismo, a superioridade militar estadunidense, a supremacia da economia de mercado e a difusão da ideologia neoliberal. As questões de segurança internacional passaram a dividir espaço com preocupações econômicas, sendo visível o aumento da interdependência econômica entre os países e a formação de pólos regionais para enfrentar as novas condições de competição e confrontação globais.³⁵

Nesse contexto os Estados Unidos difundiram suas prerrogativas econômicas através do Consenso de Washington, cujas diretrizes foram inspiradas nas proposições dos organismos financeiros internacionais como o FMI e BIRD que propunham para os países em desenvolvimento, como forma de alcançar o crescimento econômico, medidas como disciplina fiscal, alterações nas prioridades dos gastos públicos, reforma tributária, taxa de juros positiva, taxas de câmbio de acordo com a lei de mercado, liberalização do comércio, fim das restrições aos investimentos estrangeiros, privatização das empresas estatais, desregulamentação das atividades econômicas e garantia dos direitos de propriedades.³⁶

No início da década de 1990 os países da América Latina viviam uma situação paradoxal, pois de um lado haviam obtido sucesso na superação dos governos autoritários, através da implantação de regimes democráticos, mas por outro fracassaram de modo generalizado na solução da crise econômica e social, encontrando-se imersos na estagnação e altos níveis de desemprego e inflação.

O desaparecimento do conflito Leste/Oeste significou o fim da possibilidade dos países da região obterem benefícios através do alinhamento incondicional. Os Estados Unidos alteraram suas diretrizes e parâmetros para a região, diminuindo a questão ideológica e acentuando a dimensão econômica. A concessão de créditos de emergência e renegociação de

³⁵ LÓPEZ, Ernesto. Nova problemática de segurança e “novas ameaças”. In: MATHIAS, Suzeley Kalil; SOARES, Samuel Alves. **Novas Ameaças: Dimensões e Perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, 2003. p. 66.

³⁶ BANDEIRA, op.cit., p. 477.

dívidas era feita em troca da implantação incondicional das disposições do Consenso de Washington e, diante da gravidade das crises econômicas internas, diversos países latino-americanos, entre os quais o Brasil e a Argentina, aceitaram e adotaram incondicionalmente as imposições estadunidenses, ficando inviabilizados de manterem quaisquer projetos nacionais.³⁷

O esmorecimento da competição político-militar entre Estados Unidos e União Soviética significou o fim do embate estratégico militar entre dois modelos de sociedade, mas isto não o fim das ameaças diante da possibilidade da proliferação de armas atômicas, químicas e biológicas no contexto de países desejosos de fortalecimento do poder nacional ou políticas de poder regional. Assim, os países altamente industrializados e militarizados empenharam-se em ampliar o alcance dos regimes de controle internacional. Sob direção dos Estados Unidos, foram feitos ajustes em acordos já existentes, tais como o TNP, e assinados novos ajustes, como o MTCR. Da mesma forma, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) assumiu um papel de destaque como mecanismo de conhecimento de tecnologias que pudessem ser aplicadas na construção de armas de destruição em massa e foram impostas várias restrições à exportação de material militar e tecnologia sensível aos países periféricos. Por outro lado, a efetiva redução dos arsenais atômicos já existentes nos países industrializados foi pequena, haja vista que, especialmente nos Estados Unidos e Rússia, ocorreu apenas a fragmentação de ogivas, ou seja, seus componentes não foram destruídos, apenas separados e poderiam ser recompostos com facilidade.³⁸

Em relação aos países da América Latina, os Estados Unidos procuraram impor políticas de não proliferação de armas de destruição em massa e as tecnologias de mísseis. Para tanto, empenharam-se em pressionar a adesão dos Estados aos acordos internacionais e aos regimes de controle, através do Tratado de Tlatelolco, da Convenção de Armas Químicas, em 1993, da expansão do TNP, em 1995 e, em seguida, a adesão e cumprimento por esses países do MCTR e do CTBC.

Incorporando novas preocupações em âmbito da segurança hemisférica, os Estados Unidos passaram também a discursar sobre política de migração, proteção de fronteiras, terrorismo, tráfico de drogas, meio ambiente e desastres naturais. Assim, baseados nas Medidas para Construir a Confiança Mútua (CBM - *Confidence Building Measures*) – cujos avanços deram-se a partir de 1992, ocasião em que se reuniram em Viena 48 nações européias, mais os Estados Unidos, e adotaram uma série de medidas que foram desde o

³⁷ Ibid., p. 476.

³⁸ SILVA, op. cit., p.160.

intercâmbio de informações militares até a redução de riscos de conflito – o governo estadunidense difundiu novos pressupostos de segurança e defesa nacional de coordenação entre os países latino-americanos, ganhando força os propósitos da segurança cooperativa, baseada na construção da confiança mútua, segundo os propósitos de coexistência pacífica.³⁹

Isso priorizava a troca de informações entre os países, o aumento da transparência e a redução da percepção das ameaças, a criação de canais mais eficazes de comunicação, o acesso às atividades militares recíprocas, a ampliação da previsibilidade através da notificação quanto às ações militares e a criação de canais de restrições às funções militares. O objetivo foi colocar as relações dos Estados da América latina sob novas bases, reduzindo as possibilidades das agressões internacionais através da associação preventiva, em nome da proteção da segurança conjunta.

Washington patrocinou o entendimento entre as nações da região para que articulassem suas políticas de defesa, através da coordenação ou conjunção de suas Forças Armadas, em prol dos interesses comuns, fossem econômicos, políticos, tecnológicos, culturais ou ambientais. Reordenou ainda o posicionamento estratégico de cada Estado, refazendo-se as políticas de alianças, defensiva ou ofensiva, via celebração de tratados de defesa mútua, com ou sem coordenação e ou integração das Forças Armadas.⁴⁰

A continuidade e consolidação da cooperação nuclear entre Brasil e Argentina na década de 1990

Ao assumir a presidência das República, Carlos Menem declarou seu alinhamento à política estadunidense, o que, inicialmente, prejudicou um pouco o caminho de cooperação adotado pelos presidentes anteriores do Brasil e Argentina. Entretanto, essa situação logo se reverteu em uma série de acordos, econômicos e tecnológicos, que se encaixaram dentro dos novos parâmetros da década de 1990, especialmente os referentes à tecnologia nuclear.

O primeiro passo foi em 06 de julho de 1990, na cidade de Buenos Aires, quando os presidentes brasileiro, Fernando Collor de Mello e argentino, Carlos Saúl Menem, assinaram um **Comunicado Conjunto** no qual trataram de diversos assuntos e reconheceram a nova situação internacional e posicionaram-se favoravelmente a dar continuidade ao caminho de amizade e cooperação adotado entre os dois desde a década anterior. No campo da cooperação nuclear, declararam que ambos possuíam pontos de vista semelhantes sobre política nuclear e

³⁹ Ibid., p. 168.

⁴⁰ Ibid., p. 169.

destacaram as tarefas realizadas pelo Comitê Permanente Brasileiro-Argentino sobre Política Nuclear.⁴¹

Alguns meses depois, em 28 de novembro de 1990, na cidade de Foz do Iguaçu, os dois presidentes assinaram a **Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro – Argentina**, através da qual deram um passo fundamental na consolidação da cooperação nuclear entre os dois países, pois determinaram a criação do **Sistema de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC)** que seria aplicado a todas as atividades nucleares de ambos os países. Para que o mecanismo fosse implantado, estabeleceram que as seguintes atividades fossem realizadas:

- a) Intercâmbio das respectivas listas descritivas de todas as instalações nucleares;
- b) Intercâmbio das declarações dos inventários iniciais dos materiais nucleares existentes em cada país;
- c) Primeiras inspeções recíprocas aos sistemas centralizados de registros;
- d) Apresentação à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) o sistema de registros e relatórios que forma parte do Sistema Comum de Contabilidade e Controle, com o objetivo de harmonizá-lo com os registros e relatórios que ambos os países submetem à Agência em conformidade com os acordos de salvaguardas vigentes.⁴²

Finalmente, determinaram que deveriam ser empreendidas negociações com a AIEA para a assinatura de um acordo de salvaguardas e, tão logo este fosse concluído, deveriam tornar as providências para a entrada em vigência plena do Tratado de Tlatelolco. Desta forma, em 20 de agosto de 1991, na cidade de Guadalajara (Estados Unidos Mexicanos), os dois países assinaram o **Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear**, através do qual efetivaram a criação do SCCC com o objetivo de verificar com um grau razoável de certeza que os materiais nucleares em todas as atividades nucleares de ambos os países não fossem desviados para a construção de armas nucleares ou outros dispositivos explosivos.⁴³ Tendo em vista a inexistência de distinção técnica entre dispositivos nucleares explosivos para fins pacíficos e os destinados a fins bélicos, ambos os países comprometeram-se a:

proibir e a impedir em seus respectivos territórios, bem como a abster-se de realizar, fomentar ou autorizar, direta ou indiretamente, ou de participar de qualquer maneira no teste, uso,

⁴¹ **Comunicado Conjunto.** Assinado entre Brasil e Argentina em 06 de julho de 1990. Parágrafo 07. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁴² **Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro – Argentina.** Assinada entre Brasil e Argentina em 28 de novembro de 1990, p. 02. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁴³ **Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear.** Assinado entre Brasil e Argentina em 20 de agosto de 1991. Artigo V. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

fabricação, produção ou aquisição, por qualquer meio, de qualquer dispositivo nuclear explosivo, enquanto persista a referida limitação técnica.⁴⁴

Entretanto, destacaram que o acordo não afetaria de forma alguma o direito inalienável de cada parte de desenvolver a pesquisa, produção e utilização da energia nuclear para fins pacíficos, o que incluía seu uso para a propulsão ou operação de qualquer tipo de veículo, incluindo submarinos.⁴⁵

Para alcançar seu objetivo o SCCC constituía-se em uma série de procedimentos instituídos por Brasil e Argentina que visavam contabilizar os materiais nucleares existentes nas instalações nucleares de cada território a partir de dois requisitos:

- a) A produção de qualquer material nuclear de composição e pureza adequadas para seu uso direto na fabricação de combustível nuclear ou no enriquecimento isotópico, incluídas as gerações subseqüentes de material nuclear produzidas a partir de tais materiais;
- b) A importação de qualquer material nuclear que reúna as mesmas características estabelecidas no inciso a) precedente, bem como quaisquer outros materiais nucleares produzidos em uma fase posterior do ciclo do combustível nuclear.⁴⁶

O nível adequado de contabilidade e controle dos materiais nucleares para cada instalação seria determinado segundo o valor estratégico obtido da análise de variáveis como a categoria do material nuclear, levando em conta a relevância de sua composição isotópica, o tempo de conversão em material nuclear, inventário e fluxo do material nuclear utilizado nas pesquisas, sistemas de medição para determinar os inventários de material nuclear e suas variáveis, avaliação da precisão e grau de aproximação das medições, assim como o cálculo de suas imprecisões, categoria e grau das instalações nucleares em comparação a outras existentes, existência de métodos de contenção e vigilância das instalações.⁴⁷

Para que o objetivo do SCCC fosse cumprido, firmaram a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) com personalidade jurídica própria para administrar e aplicar o SCCC. Foram facultadas à Agência as seguintes funções:

- a) Acordar com as Partes novos Procedimentos Gerais e Manuais de Aplicação e as modificações eventualmente necessárias aos já existentes;
- b) Efetuar as inspeções e demais procedimentos previstos para a aplicação do SCCC;
- c) Designar os inspetores que efetuem as inspeções mencionadas no inciso b);
- d) Avaliar as inspeções realizadas para a aplicação do SCCC;

⁴⁴ Ibid., Artigo I, parágrafo 03.

⁴⁵ Ibid., Artigo III.

⁴⁶ **Diretrizes Básicas do SCCC**, anexo ao Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Assinado entre Brasil e Argentina em 20 de agosto de 1991. Artigo II. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁴⁷ Ibid., Artigos V e VI.

- e) Contratar os serviços necessários para assegurar o cumprimento de seu objetivo;
- f) Representar as Partes perante terceiros no que concerne à aplicação do SCCC;
- g) Celebrar acordos internacionais, com expressa autorização das Partes;
- h) Atuar na justiça.⁴⁸

ABACC foi constituída por dois órgãos, Comissão e Secretaria. O primeiro seria representado por quatro membros, dois de cada país, com as funções de zelar pelo funcionamento do SCCC, aprovar procedimentos gerais e manuais de aplicação das vistorias, formar o quadro funcional e supervisionar o funcionamento da Secretaria, elaborar a lista de inspetores devidamente qualificados para a realização das inspeções nucleares de acordo com as indicações de cada uma das Partes, informar a uma das Partes sobre possíveis anormalidades na aplicação do SCCC.⁴⁹

Por sua vez, a Secretaria estaria sujeita ao regulamento aprovado pela Comissão, sendo que o cargo de maior hierarquia, o de Secretário da ABACC, seria alternado anualmente entre as nacionalidades do Brasil e Argentina. Coube à Secretaria a tarefa de executar as diretrizes e instruções estabelecidas pela Comissão, desenvolver as atividades necessárias à aplicação e administração do SCCC, representar a ABACC em suas relações com terceiros, designar entre os inspetores listados pela Comissão aqueles que executariam as inspeções determinadas pela aplicação do SCCC, receber e avaliar os relatórios de inspeções, comunicando qualquer irregularidade de uma das Partes e preparar o orçamento anual da Agência para sua aprovação pela Comissão.⁵⁰

Finalmente, determinou-se ao longo do documento que a sede da ABACC seria na cidade do Rio de Janeiro; nenhum dos dois países divulgaria informação industrial ou comercial sobre as instalações e características dos programas nucleares das Partes sem seu expresso consentimento, o que se estendia a funcionários que deixassem seus cargos ao longo dos anos; o financiamento da Agência seria provido de forma equitativa entre os dois países; o acordo entraria em vigor a partir da troca dos instrumentos de ratificação do mesmo, sendo que seu texto deveria ser transmitido pelas Partes ao Secretário Geral da ONU e ao Secretário da OEA para o seu registro; a duração do acordo seria indefinida, sendo que qualquer uma das Partes poderia denunciá-lo por nota diplomática, o que exigiria também a comunicação ao Secretário Geral das Nações Unidas e ao Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos, surtindo efeito seis meses depois da data da recepção da dita nota diplomática.

⁴⁸ **Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear.** Assinado entre Brasil e Argentina em 20 de agosto de 1991. Artigo VIII. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁴⁹ Ibid., Artigo XI.

⁵⁰ Ibid., Artigo XIII.

A relação entre ABACC e AIEA como garantia da utilização da energia nuclear para fins pacíficos

Em 13 de dezembro de 1991, foi assinado, em Viena, o **Acordo entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas**, conhecido como Acordo Quadripartite, pelo qual as Partes comprometeram-se a aceitar a aplicação de salvaguardas a todos os materiais nucleares utilizados em todas as atividades nucleares realizadas dentro de seus respectivos territórios com o objetivo de assegurar que nada fosse desviado para a aplicação em armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos.⁵¹

Em contrapartida, a AIEA comprometeu-se a efetuar as salvaguardas de maneira a evitar criar obstáculos ao desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil e Argentina, bem como fomentar a cooperação internacional na área nuclear, inclusive com o intercâmbio de materiais nucleares. Comprometeu-se ainda a evitar interferência indevida nas atividades nucleares dos Estados Partes, especialmente nas operações e instalações nucleares e preservar qualquer informação confidencial.⁵²

Para a aplicação das salvaguardas, a AIEA verificaria os dados fornecidos pelo SCCC, além de realizar medidas próprias de verificação, tais como visitas de inspeção anunciadas e não anunciadas, que deveriam ser comunicadas e autorizadas por Brasil e Argentina. Tais inspeções tinham como objetivo verificar se os relatórios enviados pela ABACC eram consistentes com os registros das instalações nucleares; verificar a localização, identidade quantidade e composição de todos os materiais nucleares submetidos a salvaguardas e verificar a informação sobre possíveis causas da existência de materiais não contabilizados ou de diferenças e incertezas em relação aos inventários físicos.⁵³

Ao longo do documento foram definidas outras questões como o fornecimento de informações à AIEA, normas sobre inspeções e inspetores, transferência de material nuclear para fora dos Estados Partes, privilégios e imunidades das Partes, finanças em relação às respectivas obrigações das Partes, responsabilidade civil por danos nucleares, responsabilidade internacional, interpretação e aplicação do acordo e solução de

⁵¹ **Acordo entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas**. Assinado entre Brasil, Argentina ABACC e AIEA em 13 de dezembro de 1991. Artigo 1. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁵² Ibid., Artigo 04.

⁵³ Ibid., Artigo 70.

controvérsias, término e isenção das salvaguardas, informações sobre inventários, projetos e instalações nucleares, frequência, rigor e notificação das inspeções e designação e conduta dos inspetores.

Determinou-se que o acordo passaria a vigorar na data que a AIEA recebesse, da ABACC e dos signatários, notificação de que os requisitos para a entrada em vigor foram cumpridos, sendo previsto que o mesmo permaneceria em vigor enquanto os países fossem signatários do SCCC.

Desta forma, assinados os acordos de criação da ABACC e SCCC, juntamente com o acordo em parceria com a AIEA, Brasil e Argentina adotaram plenamente os novos princípios de segurança cooperativa e salvaguardas internacionais postulados na década de 1990, como caminho para o desenvolvimento nuclear de ambos os países.

Os primeiros anos de funcionamento da ABACC e o sucesso das novas relações de cooperação nuclear entre Brasil e Argentina

A ABACC entrou em funcionamento em julho de 1992, sendo este ano dedicado a obtenção dos recursos humanos e materiais necessários para o início de sua operação e a aprovação da regulamentação interna.

Os primeiros passos técnicos da Agência foram a aprovação da Lista de Inspetores pela Comissão o início das compras dos equipamentos de inspeção e a organização da rede de laboratórios analíticos. Em setembro a Secretaria recebeu das autoridades nacionais do Brasil e da Argentina, conforme previsto nos Procedimentos Gerais do SCCC, o inventário inicial dos materiais nucleares existentes nos dois países e os Questionários Técnicos de todas as suas instalações. Em outubro iniciou suas primeiras visitas de verificação de projeto dessas instalações, sendo que, no final deste primeiro ano de funcionamento, a Agência já estava organizada e operativa.⁵⁴

Durante o ano de 1993 trabalhou-se fundamentalmente no aperfeiçoamento da organização da Secretaria e iniciou-se a aplicação de salvaguardas, visando a verificação da declaração inicial de inventário de materiais nucleares feitas pelos dois países. Estabeleceu-se uma metodologia, fixada nos Manuais de Aplicação, para a elaboração dos relatórios de contabilidade das instalações nucleares, e concluiu-se a compra dos equipamentos necessários para a realização das inspeções.

⁵⁴ Dados obtidos a partir da análise do Relatório Anual de 1993 da ABACC, que se refere às atividades desenvolvidas pela Agência nos anos de 1992 e 1993.

Considerando que tanto no Brasil quanto na Argentina já existiam instalações submetidas a salvaguardas da AIEA, a Secretaria da ABACC deu prioridade à atividade de verificação de projetos e do inventário inicial das instalações que, até aquele momento, não estavam sujeitas a salvaguardas. No final do segundo ano de funcionamento, todas as instalações de ambos os países estavam sob salvaguardas, seja da ABACC ou da AIEA, e o SCCC estava implantado.⁵⁵

Iniciou-se também uma fase de assinatura de importantes documentos de cooperação com outras entidades. O primeiro deles foi o **Acordo de Cooperação entre a ABACC e o Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (OPANAL)**, assinado no México em 28 de maio de 1993. Considerando que o OPANAL fora criado para assegurar o cumprimento das obrigações contraídas pelos Estados Partes do Tratado de Tlatelolco, acordaram que agiriam em estreita cooperação sobre assuntos de interesse comum, determinando que cada vez que um dos dois organismos se dispusesse a iniciar um programa ou atividade de interesse mútuo comunicar-se-iam de maneira a harmonizar adequadamente as atividades de ambos, levando em contas suas respectivas responsabilidades internacionais. Através do intercâmbio de informações, publicações e documentos a ABACC e o OPANAL poderiam solicitar um ao outro cooperação científica, técnica e de pesquisa em assuntos de interesse comum.⁵⁶

O acordo teria prazo indefinido, entraria em vigor quando após a assinatura do Secretário da ABACC e do Secretário Geral do OPANAL e poderia ser denunciado mediante notificação dirigida à outra parte com seis meses de antecedência.

O segundo documento, assinado no Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1993, foi o **Ajuste de Mútua Cooperação que entre si celebram a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) do Brasil e a ABACC**. No documento as Partes estabeleceram o objetivo de regular a cooperação mútua visando o intercâmbio de técnicas de salvaguardas, usos de laboratórios e equipamentos e troca de serviços afins e de interesse mútuo. Seria realizada uma reunião anual para a elaboração de um relatório contendo a descrição das atividades desenvolvidas em conjunto, relação de patentes das pesquisas, balancete financeiro e andamento dos trabalhos conjuntos.⁵⁷

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ **Acordo de Cooperação entre a ABACC e o Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (OPANAL)**. Assinado entre ABACC e OPANAL em 28 de maio de 1993. Artigo 1, parágrafo 2 e Artigo IV, parágrafo 1. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁵⁷ **Ajuste de Mútua Cooperação que entre si celebram a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) do Brasil e a ABACC**. Assinado entre CNEN e ABACC em 27 de outubro de 1993. Cláusulas 1 e 3. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

O prazo de vigência do ajuste seria de cinco anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado. Em caso de denúncia deveria ser feita uma comunicação expressa à outra parte com antecedência de trinta dias.

De teor e objetivo idênticos ao documento anterior, foi assinado no ano seguinte, em 15 de fevereiro de 1994, no Rio de Janeiro, o **Protocolo de Colaboração entre a ABACC e a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) da Argentina**, com vigência de cinco anos, prorrogado automaticamente caso nenhuma das Partes manifestasse a intenção de denunciá-lo, o que deveria ser feito por nota diplomática com antecedência de trinta dias.

Foi assinado também, em 18 de abril de 1994, em San Carlos de Bariloche, o **Acordo entre o Departamento de Energia dos Estados Unidos (DOE) e a ABACC concernente a pesquisa e desenvolvimento em controle de material nuclear, contabilidade, verificação e tecnologia avançada de contenção e vigilância para a aplicação de salvaguardas internacionais**. O documento estabelecia que a cooperação poderia incluir:

- 1.1 - Intercâmbio de informações, equipamentos, fundos ou pessoal.
- 1.2 - Intercâmbio ou empréstimo de materiais, equipamentos e componentes para avaliação e testagem.
- 1.3 - Projetos conjuntos para pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação de controle de material nuclear, contabilidade, verificação e tecnologia avançada de contenção e vigilância, técnicas ou procedimentos.⁵⁸

Estabeleceu-se um Grupo de Coordenação Permanente, com dois funcionários de cada país, para servir de coordenadores e supervisores da implantação do acordo, avaliando, em encontros alternados nos Estados Unidos e no Brasil, todas as atividades cooperativas. A aprovação e execução de qualquer atividade seria coordenada pelo grupo, que deveria emitir pareceres periódicos sobre o andamento da cooperação.⁵⁹

Ao longo do documento detalharam de que maneira dar-se-ia o intercâmbio ou empréstimo de equipamentos, o intercâmbio de pessoal, a garantia de segredo de informações sigilosas e os deveres e direitos das Partes. A vigência do acordo era de cinco a partir de sua assinatura, podendo ser denunciado mediante notificação por escrito pela parte interessada com um ano de antecedência.

Ainda no ano de 1994 o Acordo Quadripartite entrou em vigor, sendo que a ABACC estabeleceu como objetivo principal a verificação de projetos e do inventário inicial das instalações que já estavam sob salvaguardas da AIEA, bem como iniciou a realização das

⁵⁸ **Acordo entre o Departamento de Energia dos Estados Unidos (DOE) e a ABACC concernente a pesquisa e desenvolvimento em controle de material nuclear, contabilidade, verificação e tecnologia avançada de contenção e vigilância para a aplicação de salvaguardas internacionais**. Assinado entre DOE e ABACC em 18 de abril de 1994. Artigo 1. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁵⁹ Ibid., Artigo 02.

inspeções interinas correspondentes. Elaboraram-se critérios específicos de salvaguardas para cada tipo de instalação nuclear e um programa de comparação dos laboratórios de análise do Brasil e da Argentina para verificar a qualidade dos sistemas utilizados de forma a padronizar qualitativamente os trabalhos desenvolvidos em ambos os países.

Foram realizadas ao longo do ano de 1994 o total de 82 inspeções em instalações nucleares do Brasil e 104 inspeções em instalações nucleares argentinas, sendo enviados à AIEA a declaração inicial de inventários dos dois países e os Questionários de Informação de Projeto.⁶⁰

Em 1995 o maior esforço foi dedicado à coordenação de atividades entre a ABACC e a AIEA para avançar e aperfeiçoar a implementação do Acordo Quadripartite. Para tanto, foram feitas várias reuniões visando a interpretação de critérios de inspeções, sendo que a partir desta foi elaborado o documento Diretrizes para a Coordenação de Inspeções de Rotina e Ad-Hoc, que evitava a desnecessária duplicação de atividades por parte dos inspetores das duas agências. Neste ano foram realizadas pela ABACC 77 inspeções em instalações nucleares da Argentina e 72 inspeções no Brasil. Além disso, iniciaram-se também as inspeções por parte da AIEA, para a aplicação das salvaguardas internacionais, verificando a veracidade dos dados e relatórios enviados no ano anterior pela ABACC.⁶¹

Em 1996 destacou-se a elaboração, pela ABACC, AIEA e SCCC, do Programa para o Fortalecimento da Eficácia de seus sistemas de salvaguardas, que se comprometia a detectar também o material e as instalações não declaradas pelos Estados. Foram realizadas pela ABACC 81 inspeções em instalações nucleares brasileiras e 79 inspeções na Argentina, sendo que a Secretaria da ABACC também participou das inspeções que a AIEA efetuou para verificar a consistência do inventário inicial.⁶²

Em 11 de março de 1996 deu-se a assinatura, na cidade do Rio de Janeiro, do **Protocolo de Colaboração entre a ABACC e o Ente Nacional Regulador Nuclear (ENREN) da Argentina**, que regulamentava a colaboração mútua a fim de promover o intercâmbio de técnicas de salvaguardas e usos de laboratórios e serviços de interesse mútuo.⁶³

⁶⁰ Dados obtidos a partir da análise do Relatório Anual de 1994 da ABACC, referente às atividades desenvolvidas pela Agência no período de janeiro a dezembro deste ano.

⁶¹ Dados obtidos a partir da análise do Relatório Anual de 1995 da ABACC, referente às atividades desenvolvidas pela Agência no período de janeiro a dezembro deste ano.

⁶² Dados obtidos a partir da análise do Relatório Anual de 1996 da ABACC, referente às atividades desenvolvidas pela Agência no período de janeiro a dezembro deste ano.

⁶³ **Protocolo de Colaboração entre a ABACC e o Ente Nacional Regulador Nuclear (ENREN) da Argentina**. Assinado entre ABACC e ENRE em 11 de março de 1996. Artigo I. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Definiram a realização de uma reunião anual entre as Partes que deveriam emitir um relatório contendo a descrição das atividades desenvolvidas e a previsão dos trabalhos a serem realizados nos anos seguintes, baseados em informações técnicas e disponibilidade de recursos humanos e financeiros. O prazo de vigência seria de dez anos a partir da sua assinatura, renovando-se automaticamente por períodos de cinco anos, a menos que uma das Partes notificasse a outra seu interesse de denúncia com três meses antes da data de vencimento.

Finalmente, em 10 de novembro de 1997, os presidentes argentino, Carlos Menem, e brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, assinaram, na cidade de Brasília, a **Declaração Conjunta por ocasião do 5º Aniversário da ABACC**, na qual destacaram que a cooperação entre os dois países para o desenvolvimento dos usos pacíficos da energia nuclear beneficiou-se de um processo de construção de confiança mútua intensificado a partir de 1990 e que a ABACC era um dos pilares essenciais da política de não proliferação nuclear do Brasil e da Argentina. Afirmaram que a entrada em funcionamento da Agência possibilitou a devida aplicação do Acordo Quadripartite e que todas as salvaguardas aplicadas contribuíam para confirmar junto à comunidade internacional a vocação pacífica dos programas nucleares brasileiro e argentino, adquirindo reconhecimento e respeito internacionais e sendo um exemplo para outras regiões do mundo.⁶⁴

Reiteraram o compromisso de prosseguir com o desenvolvimento da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos, sua disposição em estender os frutos da cooperação nuclear a outros países e o apoio dos dois governos à ABACC na qualidade de instituição responsável pela implantação das salvaguardas a que estavam submetidos todos os materiais nucleares nos territórios de ambos os países.

Finalmente, declararam:

Seu propósito de dar prosseguimento à estreita cooperação em todas as aplicações pacíficas da energia nuclear e de complementarem-se nos aspectos sobre os quais reciprocamente julguem conveniente acordar;
Sua satisfação pelo fato de que a ABACC, nos últimos 05 (cinco) anos vem acumulando importante experiência na aplicação de salvaguardas, aperfeiçoando-se cada vez mais do ponto de vista técnico-operacional, tendo correspondido plenamente, e com competência, ao papel que lhe cabe no processo de confiança mútua entre o Brasil e a Argentina e contribuído para o regime internacional de não-proliferação nuclear.⁶⁵

⁶⁴ **Declaração Conjunta por ocasião do 5º Aniversário da ABACC**. Assinada entre Brasil e Argentina em 10 de novembro de 1997. p. 01. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

⁶⁵ Ibid., p. 02.

É importante destacar ainda que nestes cinco anos a ABACC realizou diversas ações para a capacitação de pessoal, incluindo a participou com a apresentação de trabalhos nos principais simpósios, reuniões e seminários mundiais sobre salvaguardas e regimes de não-proliferação nuclear.

Ao final de 1997 haviam sido realizadas 76 inspeções em instalações nucleares na Argentina e 66 no Brasil. Em todas as visitas da ABACC e da AIEA os procedimentos estabelecidos no SCCC foram devidamente observados e nunca foi detectado nenhum fato que indicasse o desvio de quantidades significativas de material nuclear para a fabricação de armas ou outros dispositivos nucleares explosivos.

Estava ainda em fase de finalização um acordo de cooperação entre a ABACC e a AIEA e outro entre a ABACC e EURATOM, intensificando-se ainda os contatos com o Japão e a República da Coreia com a finalidade de trocar informações e desenvolver, futuramente, uma cooperação técnica mais efetiva.

Assim, ao longo deste período a ABACC passou a contar com um sistema de contabilidade de grande confiabilidade internacional, um conjunto de inspetores adequadamente qualificados, um sistema de inspeções inteiramente implantado, uma estrutura de apoio técnico consistente, baseada nos recursos humanos e laboratórios próprios e dos dois países, a qual era continuamente aperfeiçoada e, finalmente, um sistema de planejamento e avaliação eficaz das atividades nucleares do Brasil e da Argentina, o que possibilitava um bom conhecimento das instalações e do programa nuclear dos dois países.⁶⁶

⁶⁶ Dados obtidos a partir da análise do Relatório Anual de 1997 da ABACC, referente às atividades desenvolvidas pela Agência no período de janeiro a dezembro deste ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as décadas de 1960 e 1970 Brasil e Argentina adotaram posturas de distanciamento político e rivalidade mútua em decorrência de sua busca individual por projeção regional. Fatores como a tentativa de aproximação dos Estados Unidos, em busca de tornar-se seu parceiro político, econômico e militar dentro da América Latina, o desenvolvimento e busca por tecnologia nuclear dentro do contexto da Guerra Fria e o conflito pela resolução da questão das usinas de Corpus e Itaipu comprometeram qualquer entendimento político entre os dois países, que somente modificaram suas atitudes frente ao novo cenário interno e externo da década de 1980.

Apenas a partir da assinatura do Acordo Tripartite de 1979, que solucionou as controvérsias em relação ao aproveitamento hídrico do rio Paraná, foi possível estabelecer um novo cenário político de abertura nas relações bilaterais entre os dois países. Os presidentes perceberam que estavam em situações similares e o melhor caminho era unir forças para buscar soluções conjuntas para os problemas comuns, pois, nenhum dos dois países tinha condições políticas e financeiras de prosseguir numa competição geopolítica e estratégica militar e, tampouco, de pleitear o exercício de uma hegemonia regional.

Assim, em 1980 deram início à cooperação a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, que marcou o início de uma nova abordagem de ambos os países frente às restrições que vinham sendo impostas ao acesso à alta tecnologia, bens e serviços nucleares em todo o mundo, percebendo a crescente importância da cooperação bilateral em áreas estratégicas como a nuclear.

Entre 1983 e 1985 Brasil e Argentina melhoraram suas relações bilaterais, reforçando o processo de cooperação e integração. A Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, assinada em Foz do Iguaçu em 1985, foi o primeiro documento conjunto que inaugurou uma nova fase de convergência de posicionamentos entre os dois países numa área sensível que há décadas era vista com desconfiança mútua. Posteriormente, uma série de iniciativas consolidou o desenvolvimento do processo bilateral de cooperação nuclear, resultando na assinatura das Declarações Conjuntas de Brasília em 1986, Viedma em 1987 e Iperó em 1988, as quais indicavam progresso no processo de construção de confiança, abertura e transparência das atividades nucleares do Brasil e da Argentina, expressando a convicção de que a ciência e a tecnologia nucleares desempenhavam um papel de fundamental importância no desenvolvimento econômico e social.

Os presidentes visitaram as mais sensíveis instalações nucleares de seus respectivos países, seguindo ainda visitas de técnicos na área nuclear que intensificaram a troca de informações sobre seus respectivos programas nucleares, estabelecendo uma fase de

confiança mútua e demonstrando à comunidade internacional que ambos os países eram capazes de desenvolver sua tecnologia para fins exclusivamente pacíficos. A interação entre os dois países ampliou-se e as antigas desconfianças, rivalidades e competição estratégica militar cederam lugar à coordenação política, à transparência e à cooperação, nos setores de tecnologia, no campo político, no setor econômico e, inclusive, no campo militar.

Os compromissos assumidos anteriormente foram reafirmados em julho de 1990 pela Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro, num momento em que o cenário mundial vira o fim da Guerra Fria e Brasil e Argentina possuíam governos democráticos. Embora a crise econômica tenha subordinado no período a política externa do Brasil e Argentina às diretrizes internacionais, especialmente em relação ao realinhamento à política dos Estados Unidos, os dois países mantiveram-se no caminho da cooperação e a aprofundaram com a criação do Sistema de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC), cujo objectivo era garantir que os materiais nucleares utilizados em todas as atividades nucleares no Brasil e Argentina fossem destinados para fins pacíficos.

Para administrar e aplicar o SCCC foi criada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), configurando-se numa etapa decisiva no sentido de assegurar a transparência em suas atividades nucleares. Da mesma forma, a personalidade jurídica própria assumida pela Agência possibilitou que ela se tornasse um mecanismo de transparência junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), principalmente a partir da assinatura, em 1991, do Acordo Quadripartite, que formalizou o compromisso do Brasil e Argentina em aceitar a aplicação de salvaguardas internacionais a todos os materiais nucleares utilizados em suas atividades nucleares, com o objetivo de assegurar que nada fosse desviado para a aplicação em armas ou dispositivos nucleares.

Desta forma, a ABACC surgiu num contexto derivado de um longo processo histórico de construção de confiança e de formação de uma aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina na área nuclear. Mais que os resultados de seu trabalho técnico, a criação de uma agência binacional de salvaguardas, modelo único em todo o mundo, tornou-se um exemplo e referência para demais países, sendo que as negociações para sua criação foram conduzidas diretamente pelos presidentes de cada país, numa demonstração clara da vontade política de dar transparência às atividades nucleares desenvolvidas.

Desta forma, consolidou-se a renúncia à competição pela hegemonia regional num cenário em que os desafios eram comuns, sendo substituída a desconfiança mútua pela coordenação estratégica diante das novas condições políticas, econômicas e sociais nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ARON, Ricardo. **O que Política Nuclear**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e política externa na América Latina**: uma análise a partir da experiência argentina recente. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina**: o continente nas relações Brasil-Argentina (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 2ª ed., 1995.

_____. **Conflito e integração na América do Sul**: Brasil, Argentina e Estados Unidos - da Tríplice Aliança ao Mercosul. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve História da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996.

BIASI, Renato. **A Energia Nuclear no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Exército, 1979.

CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Haroldo L. **A trama da integração**. Soberania e identidade no Cone Sul. Passo Fundo: UPF, 2005.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Brasil: Introdução ao Estudo de Uma Potência Média. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro: IBRI, ano XXVII, n. 105-108, 1984.

_____. Autonomia Militar e Construção da Potência. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de.; CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat.; MORAES, João Quartim de.; DREIFUSS, René Armand. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

CERVO, Amado Luiz. (Org.). **O Desafio Internacional**: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: UnB, 1994.

_____. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 45, n. 01, 2002.

_____. **Inserção Internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. SP: Saraiva, 2008.

_____; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.

CHAUVEAU, Agnés.; TÉTART, Phillippe. (Orgs.). **Questões para a história do presente.** Bauru: EDUSC, 1999.

DIAMINT, Rut. **Democracia y Seguridad en America Latina.** Buenos Aires: Nuevo Hacer Grupo Editor Latino americano, 2001.

DROSDOFF, Daniel. **Linha dura no Brasil:** o governo Médici (1968-1974). São Paulo: Global, 1986.

FAUSTO, Boris. DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina.** Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

FERREIRA, Oliveiros S. **Forças Armadas para quê?** São Paulo: GRD, 1988.

_____. **A crise da Política Externa: Autonomia ou subordinação?** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

GIRBAL-BLANCHA, Noemi M. (Coord.). **Estado, Sociedad y Economia en la Argentina (1930 a 1997).** Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000.

GIROTTI, Carlos Alberto. **Estado Nuclear no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOLDEMBERG, José. **Energia Nuclear no Brasil:** as Origens das Decisões. São Paulo: Hucitec, 1978.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Org.). **Argentina:** visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa do Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. Relações Brasil-Argentina: alcance e significado de uma parceria estratégica. In: **Contexto Internacional.** Vol. 19, n. 02, 1997.

LÓPEZ, Ernesto. **Seguridad Nacional y Sedición Militar**. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1987.

_____. Nova problemática de segurança e “novas ameaças”. In: MATHIAS, Suzeley Kalil; SOARES, Samuel Alves. **Novas Ameaças: Dimensões e Perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, 2003.

LOHBAUER, Cristian. **Brasil-Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Edusp, 2000.

MALHEIROS, Tânia. **Histórias Secretas do Brasil Nuclear**. Rio de Janeiro: WVA, 1996.

MÁRMORA, Leopoldo. A Integração Brasil-Argentina: Riscos, Possibilidades, Custos. In: **Política e Estratégia**. Vol. 06, n. 01, Jan.- Mar. 1988.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil**. O Projeto Militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995.

_____. VILLA, Rafael Duarte. (Orgs.). **Ensaio latino-americanos de política Internacional**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

_____. MEI, Eduardo. As relações Brasil-Argentina e a política externa do presidente Geisel (1974-1979). In: VILLA, Rafael Duarte; MATHIAS, Suzeley Kalil. (Orgs.). **Ensaio latino-americanos de política internacional**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul**. São Paulo: Anablume, 1996.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

O'DONNELL, Guillermo. A Argentina antes e um pouco depois das Malvinas. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Vol. 10, n. 04, nov. 1982.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 41, 1998.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996

RODRIGUEZ, Matilde. **Participação das mulheres na guerrilha na Argentina (1968-1980)**. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2001. (Dissertação de Mestrado em História).

ROMERO, Luis Alberto. **Breve Historia Contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2001.

ROSA, Luiz Pinguelli. **A Política Nuclear no Brasil**. São Paulo: Greenpeace, 1991.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Racionalidade e Estratégia. In: **Premissas**. Campinas: NEE/UNICAMP. Vol. 3, abr. 1993.

_____. (Org.). **Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SIMON, David (Org.). **Energia Nuclear em Questão**. Rio de Janeiro: Instituto Evaldo Lodi, 1981.

SILVA, Paulo Sérgio da. **Brasil e Argentina: a superação da lógica da desconfiança mútua e a construção da coordenação política e da cooperação estratégica e militar**. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2006. (Tese de Doutorado em História).

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. A Lenta Via Brasileira Para a Democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUTO, Cíntia Vieira. **A Diplomacia do Interesse Nacional: a política externa do Governo Médici**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política Externa do Governo Geisel (1974-1979). In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 45, n. 01, 2002.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STUART, Ana Maria. Política Externa e Institucionalidade Democrática na Argentina. Uma Trajetória de Desencontros. In: **Política Externa**. Vol. 10, n. 01, Jun-Jul-Ag. 2001.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

_____. **Relações Internacionais do Brasil de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Fontes

Agência de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – **Relatório Anual de 1993**. Cópia fornecida pela ABACC.

Agência de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – **Relatório Anual de 1994**. Cópia fornecida pela ABACC.

Agência de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – **Relatório Anual de 1995**. Cópia fornecida pela ABACC.

Agência de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – **Relatório Anual de 1996**. Cópia fornecida pela ABACC.

Agência de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – **Relatório Anual de 1997**. Cópia fornecida pela ABACC.

Acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina. Assinado entre Brasil e Argentina em 17 de maio de 1980. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_185_690.htm>. Acesso em 27fev. 2011.

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Assinado entre Brasil e Argentina em 17 de maio de 1980, artigo III, item 01. Disponível em <http://www.abacc.org/port/acordos_declaracoes/doc/acordo_de_coop_br_e_ar_para_des_e_aplic_portugues.pdf>. Acesso em 27 fev. 2011.

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Assinado entre Brasil e Argentina em 20 de agosto de 1991. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Assinado entre Brasil e Argentina em 20 de agosto de 1991. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Acordo entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas. Assinado entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA em 13 de dezembro de 1991. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Acordo de Cooperação entre a ABACC e o Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (OPANAL). Assinado entre ABACC e OPANAL em 28 de maio de 1993. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Acordo entre o Departamento de Energia dos Estados Unidos (DOE) e a ABACC concernente a pesquisa e desenvolvimento em controle de material nuclear, contabilidade, verificação e tecnologia avançada de contenção e vigilância para a aplicação de salvaguardas internacionais. Assinado entre DOE e ABACC em 18 de abril de 1994. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Pesquisa Científica e Tecnológica. Assinado entre Brasil e Argentina em 15 de agosto de 1980. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Ajuste de Mútua Cooperação que entre si celebram a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) do Brasil e a ABACC. Assinado entre CNEN e ABACC em 27 de outubro de 1993. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Comunicado Conjunto. Assinado entre Brasil e Argentina em 06 de julho de 1990. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Convênio de Cooperação entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA). Assinado entre CNEN e CNEA em 17 de maio de 1980. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Convênio de Cooperação entre Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (NUCLEBRÁS) e a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA). Assinado entre NUCLEBRÁS e CNEA em 17 de maio de 1980. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Declaração de Iguaçu . Assinada entre Brasil e Argentina em 30 de novembro de 1985. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear. Assinada entre Brasil e Argentina em 30 de novembro de 1985. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Declaração Conjunta sobre Política Nuclear. Assinada entre Brasil e Argentina em 10 de dezembro de 1986. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil..

Declaração Conjunta sobre Política Nuclear. Assinada entre Brasil e Argentina em 17 de julho de 1987. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Declaração de Iperó – Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear. Assinada entre Brasil e Argentina em 08 de abril de 1988. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear – Declaração de Ezeiza. Assinada entre Brasil e Argentina em 29 de novembro de 1988. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina. Assinada entre Brasil e Argentina em 28 de novembro de 1990. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Declaração Conjunta por ocasião do 5º Aniversário da ABACC. Assinada entre Brasil e Argentina em 10 de novembro de 1997. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Diretrizes Básicas do SCCC, anexo ao Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Assinado entre Brasil e Argentina em 20 de agosto de 1991. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Memorando de Entendimento Relativo a Consultas Sobre Assuntos de Interesse Comum. Assinado entre Brasil e Argentina em 17 de maio de 1980. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Protocolo de Cooperação Industrial entre Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (NUCLEBRÁS) da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA). Assinado entre NUCLEBRÁS e CNEA em 17 de maio de 1980. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Protocolo de Execução n.º 1 entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA) para a cooperação no campo da formação de recursos humanos no setor nuclear. Assinado entre CNEN e CNEA em 20 de agosto de 1980. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Protocolo de Execução n.º 2 entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA) sobre Informação Técnica. Assinado entre CNEN e CNEA em 20 de agosto de 1980. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Protocolo n. 17 de Cooperação Nuclear. Assinado entre Brasil e Argentina em 10 de dezembro de 1986. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Protocolo de Colaboração entre a ABACC e o Ente Nacional Regulador Nuclear (ENREN) da Argentina. Assinado entre ABACC e ENRE em 11 de março de 1996. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.